

Revolução dos Cravos

Breno Altman
Bruno Dias
Joana Mortágua
José Reinaldo Carvalho
Iole Ilíada Lopes
Isabel Moreira
Lincoln Secco
Valerio Arcary
Valter Pomar (org.)

50 ANOS
(1974-2024)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Revolução dos Cravos

Breno Altman
Bruno Dias
Joana Mortágua
José Reinaldo Carvalho
Iole Ilíada Lopes
Isabel Moreira
Lincoln Secco
Valerio Arcary
Valter Pomar (org.)

50 ANOS
(1974-2024)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Paulo Okamoto
Vice-presidenta: Vívian Farias
Elen Coutinho
Naiara Raiol
Alberto Cantalice
Artur Henrique
Carlos Henrique Árabe
Jorge Bittar
Valter Pomar
Virgílio Guimarães

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo,
Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci,
Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi,
Silvio Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério

Coordenador editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Costa

Revisão

Rita Camacho

Projeto gráfico e diagramação

Emílio Font

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Pomar, Valter (org.)

P843r Revolução dos Cravos : 50 anos (1974-2024) [livro eletrônico] /
Valter Pomar (org.) et al. - São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2023.

123 p.

ISBN 978-65-5626-151-5

1. Revolução dos Cravos 2. Portugal – História I. Título

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br

Sumário

Foi bonita a festa, pá!	7
Valter Pomar	
A revolução derrotada	9
Valerio Arcary	
Revolução dos Cravos: lições de estratégia e hegemonia	17
Breno Altman	
A Revolução que mudou a história de Portugal	27
José Reinaldo Carvalho	
Os ritmos da Revolução	37
Lincoln Secco	
Reflexões sobre o 25 de Abril: o fascismo, os militares e a revolução	57
Iole Ilíada Lopes	
Romper com a direita para retomar o projeto e os valores de Abril	75
Bruno Dias	
O nascimento e a explicação da distinção constitucional entre direitos, liberdades e garantias e direitos económicos, sociais e culturais – processo constituinte português	83
Isabel Moreira	
O legado de Abril	89
Joana Mortágua	
Cronologia: o antes, o durante e o depois do 25 de Abril	99
Personalidades mencionadas nos artigos	109
Glossário	115

Foi bonita a festa, pá!

Valter Pomar

Diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo

No dia 25 de abril de 1974, foi deposto o regime ditatorial vigente em Portugal desde 1933. Entretanto, os acontecimentos foram muito além, a tal ponto que o episódio é conhecido como o início da Revolução dos Cravos.

Cinquenta anos e alguns dias depois, mais precisamente em 10 e 11 de maio de 2024, a Fundação Perseu Abramo organizou o Seminário 50 anos da Revolução dos Cravos. Dentro da nossa tradição de pluralismo, convidamos para o debate pessoas que expressam diferentes tradições ideológicas, políticas e historiográficas.

Do Brasil, contamos com a participação de Valério Arcary, professor do Instituto Federal de São Paulo/IFSP e militante do PSOL; Breno Altman, militante petista e fundador do portal Opera Mundi; José Reinaldo de Carvalho, membro do Comitê Central e da Comissão Política Nacional do PCdoB, presidente do CEBRAPAZ; Lincoln Secco, professor livre docente de História Contemporânea da Universidade de São Paulo/USP; Iole Ilíada, doutora em Geografia, conselheira da Fundação Perseu Abramo.

De Portugal, contamos com a participação de Bruno Dias, membro do Comitê Central do Partido Comunista Português; Isabel Moreira, deputada do Partido Socialista; e Joana Mortágua, deputada do Bloco de Esquerda.

O seminário foi gravado e transmitido ao vivo. Posteriormente, os debatedores enviaram seus textos, que foram revisados por Rita Camacho, que também preparou a cronologia, o glossário e a nominata de personalidades que acompanham esta edição. A diagramação do livro foi feita por Emílio Font.

Importante registrar, também, a contribuição de diretores, conselheiros e funcionários da Fundação ao seminário, especialmente Eleonora Menicucci, Paulo Okamoto, Elen Coutinho, Carlos Árabe, Nabil Bonduki e Mila Frati; e de Pedro Prola, coordenador do núcleo do PT em Lisboa.

Esperamos que este livro, bem como o seminário que lhe deu origem, contribuam para que a esquerda brasileira conheça melhor o que foi a Revolução de Abril.

23 de julho de 2024

A revolução derrotada

Valerio Arcary

*Historiador, professor titular do Instituto Federal de São Paulo (IFSP)
e militante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).*

Duas luvas da mão esquerda não perfazem um par de luvas.

Duas meias verdades não perfazem uma verdade.

Multatuli, álias de Eduard Douwes Dekker (1820–87), Ideias.

Se o vaso não está limpo, tudo o que nele derramares se azeda.

Horácio (65–68 a.C.), Epístolas 1.2.

Atese sobre o destino da revolução portuguesa que permanece dominante, 50 anos depois do 25 de abril, porque a história é escrita pelos vencedores, é que o PCP tentou tomar o poder no auge do PREC (acrônimo de Processo Revolucionário em Curso) no Verão Quente de 1975. Ela se apoia na ideia de que uma “embriaguez” revolucionária ou “vertigem” insurrecional teria tomado conta da direção do PCP, que preparava um “golpe de Praga”, por referência ao processo na Tchecoslováquia em 1948. Defende que a revolução foi vitoriosa. Derrubou o regime fascista e impediu uma revolução socialista.

Teria sido vitoriosa porque a campanha de mobilização democrática de massas liderada pelo Partido Socialista, que dividiu o MFA, abriu o caminho para a queda do V Governo Provisório e, na iminência da ameaça de deflagração

de uma guerra civil, quando do levante dos paraquedistas na madrugada de 25 de novembro, foi neutralizado pela operação militar liderada pelo general Ramalho Eanes. Esta narrativa não é boa ciência histórica. Trata-se de uma operação ideológica reacionária.

O argumento deste texto é que o 25 de abril abriu um processo revolucionário que foi interrompido no 25 de novembro de 1975. A revolução social que nasceu do ventre da revolução política foi derrotada. Talvez surpreenda a caracterização de revolução social, mas toda revolução é uma luta em processo, uma disputa, uma aposta em que reina a incerteza. Na história, não se pode explicar o que aconteceu considerando somente o desfecho. Isso é anacrônico. É uma ilusão de ótica do relógio da história.

As liberdades democráticas nasceram do ventre da revolução, quando tudo parecia possível. Mas o regime democrático semipresidencialista hoje existente em Portugal não surgiu do processo de lutas aberto no 25 de abril de 1974. Ele veio à luz depois de um autogolpe da cúpula das Forças Armadas organizado pelo Grupo dos Nove em 25 de novembro de 1975. A reação triunfou depois das eleições presidenciais de 1976. Foi necessário recorrer aos métodos da contrarrevolução em novembro de 1975 para restabelecer a ordem hierárquica nos quartéis e dissolver o MFA que fez o 25 de abril. É verdade que a reação com táticas democráticas dispensou uma quartelada com métodos genocidas, como tinha acontecido em Santiago do Chile em 1973. Não foi acidental, contudo, que o primeiro presidente eleito fosse Ramalho Eanes, o general do 25 de novembro. A revolução foi derrotada.

A presença de um partido comunista em governos europeus foi um tabu que permaneceu intacto durante os anos de Guerra Fria, até mesmo na Itália, em que a orientação “eurocomunista” foi mais longe no distanciamento crítico em relação a Moscou. A única exceção foi a longínqua Islândia em 1971¹. Foi uma surpresa mundial quando Cunhal foi apresentado como ministro sem pasta no I Governo Provisório, liderado por Palma Carlos e Spínola. No espaço de 12 meses, o PCP cresceu, vertiginosamente, sua militância, que evoluiu de alguns milhares para algo além de 100 mil militantes ativos, e uma influência

¹ <https://books.google.com.br/books?id=-7ni6luNVYoC&lpg=RA4-PA67&dq=the%20iceland%20cp%20joined%20government%20in%201973%3F&hl=pt-BR&pg=RA4-PA68#v=onepage&q=the%20iceland%20cp%20joined%20government%20in%201973?&f=true> Consulta em 16/05/2024.

pelo menos dez vezes maior. Proporcionalmente, era um dos maiores partidos comunistas do mundo.

A autoridade moral e política de sua direção nos setores mais ativos das massas populares se explica porque o PCP tinha sido, durante quase 50 anos, a principal organização na oposição à ditadura e à guerra colonial. Os anos de prisão aos quais os membros do Comitê Central do PCP tinham sido condenados superavam, assombrosamente, dois séculos. A militância do PCP assumiu um papel decisivo na construção das mobilizações populares depois do 25 de abril, conquistou as posições de liderança nos sindicatos e associações populares.

Mas Cunhal, a liderança incontestada do PCP, não tinha qualquer estratégia de revolução socialista em Portugal. Nem o PCP agia em voo solo em relação a Moscou. Aliás, esta foi a acusação fantasiosa elaborada pela diplomacia alemã, dirigida pela social-democracia, e pela embaixada norte-americana, liderada por Frank Carlucci, depois embaixador na Nicarágua durante o primeiro governo sandinista. A estratégia do PCP era uma fórmula algébrica, portanto, com uma incógnita, de revolução democrática e nacional.

O PCP defendia a legitimidade dos governos provisórios, sustentado numa aliança político-social pela fórmula Povo-MFA, que consolidasse o setor público da economia, que era superior a 65% do PIB depois das nacionalizações, inclusive da banca, abrisse o caminho para um processo de reformas que ampliassem os direitos dos trabalhadores, em especial, as Unidades Coletivas de Produção que expropriaram os latifúndios no Alentejo, e a garantia da independência das colônias, em especial, um processo que garantisse a passagem do poder para o MPLA em Angola.

O PCP era consciente de que o ritmo de evolução da situação espanhola era muito lento, e não havia iminência de uma derrubada revolucionária do franquismo, e que a conjuntura de radicalização em França pós-68 tinha sido revertida pela eleição de Valéry Giscard-D'Estaing contra Mitterand, do Partido Socialista, e que o impasse italiano era imenso. Mas, sobretudo, que uma revolução socialista em um país europeu, signatário da OTAN, não seria possível sem uma guerra civil.

Ao contrário da fabulação paranoica contrarrevolucionária de que o PCP seria o partido da “guerra civil”, o PCP foi uma força consciente de contenção

no calor da crise revolucionária. Cunhal não era Lênin. Mas não seria injusto comparar Mário Soares com Kerensky. Vasco Gonçalves, muito mais que Otelo Saraiva de Carvalho, nos remete ao heroísmo de Chávez.

Cunhal não teve responsabilidade alguma pela formação do V Governo Provisório sem o Partido Socialista, ao contrário. O PCP alertou Vasco Gonçalves que a relação de forças dentro do MFA tinha se alterado, desfavoravelmente, pela formação do Grupo dos Nove. O PCP trabalhou para favorecer um acordo entre Vasco Gonçalves, Melo Antunes e o Partido Socialista. Esta localização tática sofreu pequenas oscilações em função das pressões de forças “gonçalvistas”, como a assinatura de Octávio Pato, um dos quadros históricos do PCP, por três dias, da adesão à FUR (Frente de Unidade Revolucionária).

A estupefação da burguesia norte-americana e europeia foi aterradora, quando o PCP não somente permaneceu nos governos provisórios seguintes, como aumentou, significativamente, sua influência até a queda de Vasco Gonçalves na Assembleia do MFA de Tancos, em 5 setembro de 1975. O imperialismo tremia de medo pela completa perda de controle da classe dominante portuguesa, e total incerteza do desenlace da situação revolucionária na sequência das decisões de impulso anticapitalista nos dias seguintes ao 11 de março. Em junho, começou a conspiração com o Partido Socialista.

Soares se apoiava no resultado das eleições para a Constituinte de abril de 1975, nas quais o Partido Socialista tinha conquistado 37,87% dos votos, e na mobilização contrarrevolucionária que, no norte do país, invadia e incendiava sedes de sindicatos, associações populares, e de partidos de esquerda, sobretudo do PCP. Mas sabia que não era o bastante. A batalha era pelo poder, mas no calor de uma situação revolucionária, em que embriões de poder popular existiam por todo o país. Teria que dividir a classe trabalhadora, e arrastar a maioria das camadas médias. Em condições normais de dominação política da burguesia em um regime democrático-eleitoral a legitimidade do processo eleitoral, ou seja, a votação, ainda quando as regras favorecem, clara e indiscutivelmente, os partidos que defendem os interesses dos capitalistas, é inquestionável. Mas no calor de uma revolução, a despeito do resultado das urnas, se impõe uma outra régua para medir o que é e o que não é legítimo.

O campo da revolução influenciava 20% da população, como ficou esboçado

na votação para a Constituinte de 25 de abril de 1975, no mês seguinte ao 11 de março. Mas eram um quinto, politicamente, mais ativo, apaixonado e mobilizado, e sua força social de impacto arrastava muitos mais. Mesmo em uma situação revolucionária, há uma maioria do povo inativo que apenas segue os acontecimentos.

A repercussão assustadora da burguesia europeia com o papel do PCP continuou crescendo porque, durante o V Governo Provisório, no Verão Quente de 1975, Cunhal foi acusado pelo Partido Socialista, dirigido por Mário Soares, de estar tramando uma insurreição militar apoiada na mobilização operária e popular para tomar o poder. Soares desafiou a hegemonia da mobilização de ruas que, até então, o PCP detinha, levando muitas dezenas de milhares às ruas na Alameda de Lisboa e, por todo o país, sobretudo na região centro-norte, contra o governo de Vasco Gonçalves, em defesa da democracia.

Mas para “envenenar” a consciência de milhões era necessário o espantinho da ameaça de iminência de uma insurreição, e o anúncio de perigo de guerra civil. Era falso. Nenhuma das forças políticas mais importantes à esquerda, a começar pelo PCP, mas considerando também as correntes radicalizadas no MFA, estava disposta a ir até o limite de uma ruptura, que só pudesse ser resolvida por uma medição de forças pelas armas. Tratava-se de um espantinho, a manipulação de um medo imaginário.

Mas uma operação política de manipulação de massas, que exige que haja engajamento e saída às ruas, não pode prescindir de um “grão” de verdade. Esse “grão” de verdade repousava, por um lado, na audácia da ação direta de muitas dezenas de milhares de ativistas que agitavam as massas para mudar a vida agora e já e, por outro lado, na firmeza tática da contrarrevolução que estava disposta a ir até a guerra civil, como Kissinger deixou claro.

Nesse processo, Soares procurava apoio político de retaguarda na hierarquia da Igreja, na embaixada americana, e nos governos europeus, estimulando a divisão do MFA que se expressou através da formação do “grupo dos nove”, liderado por Melo Antunes e Vasco Lourenço.

Mas enfrentava quatro obstáculos: (a) a legitimidade do MFA, que tinha derrotado as ambições cesaristas de Spínola e duas tentativas de golpe de Estado, expressa na fração militar que oferecia ainda apoio ao governo Vasco

Gonçalves; (b) a realidade institucional que reservava à Constituinte legitimidade para elaborar a nova Constituição, mas não para governar; (c) a ausência física da maior parcela da classe dominante, que tinha entrado em pânico depois da derrota do golpe do 11 de março e fugido para Espanha e para o Brasil; (d) a experiência de intensa democracia direta de um processo de radicalização social e dualidade de poder, ainda que atomizada, que se expressava em centenas de comissões de trabalhadores nas maiores empresas do país que tinham sido nacionalizadas, assembleias populares, unidades coletivas de produção na região de reforma agrária, em especial no Alentejo e, mais grave, nos quartéis.

Meses depois, quando o movimento militar dirigido por Ramalho Eanes, na madrugada de 25 de novembro de 1975, de fato, tomou pela força o poder – fazendo aquilo que denunciava que o PCP estaria preparando – Melo Antunes defendeu a participação do PCP na “estabilização democrática” sublinhando, dramaticamente, que a democracia portuguesa seria impensável sem o PCP na legalidade, para deixar claro que o golpe não seria uma “pinochetada”, e que foi feito para evitar aquilo que, no calor daqueles dias, se interpretava como o perigo de uma guerra civil, e não para provocá-la.

Admitiu, portanto, que o VI Governo Provisório e o Conselho da Revolução estavam fazendo uma intervenção armada nos quartéis (um clássico autogolpe), mas alegou que era em legítima defesa, para manter a legalidade do regime que procurava sustentação na Assembleia Constituinte, não para subvertê-la. Ainda que as liberdades democráticas civis tenham sido preservadas, as liberdades políticas nos quartéis foram suprimidas. Foi a antessala da erradicação do MFA, e o restabelecimento da hierarquia de cadeia de comando militar. O “autogolpe” de 25 de novembro foi liderado, operacionalmente, pelo general Ramalho Eanes, mas legitimado, politicamente, por Melo Antunes que, diferente do general que veio a ser eleito presidente nas eleições presidenciais de 1976, podia falar em nome de uma ala do MFA. A intervenção ao serviço do VI Governo Provisório, a pretexto de reprimir o levante dos paraquedistas, inverteu a relação militar de forças, abrindo caminho para o fim do Copcon, o Comando Operacional do Continente, dirigido por Otelo Saraiva de Carvalho, e da V Divisão, liderada pelo Coronel Varela Gomes. A derrota militar foi irreversível.

Cada revolução tem o seu vocabulário. Como o pêndulo da política se inclinou para a extrema-esquerda, o discurso da direita girou para o centro, e o do centro para a esquerda. O travestismo político – o descompasso entre as palavras e os atos – faz o discurso dos partidos irreconhecível. Mas, em Portugal, as forças burguesas superaram o unimaginável. Desde o PPD de Sá Carneiro, hoje o PSD de Luís Montenegro, até o PPM (Partido Popular Monárquico), todos reivindicavam alguma forma de socialismo, o que explica a linguagem socializante da Constituição que até hoje produz espanto.

A contrarrevolução tinha ensaiado uma quartelada bonapartista duas vezes com a direção de Spínola em 28 de setembro de 1974 e no 11 de março de 1975, e fracassou. Recorreu, depois, a outros dirigentes e a outros métodos. Uma combinação de espada e concessões. Usou a espada, cuidadosa e seletivamente, no 25 de novembro. Usou os métodos da reação democrática com as eleições presidenciais de 1976, a negociação dos empréstimos de emergência que os Estados da OTAN liberaram, e recorreu até à formação de um governo em voo solo do Partido Socialista liderado por Mário Soares.

Depois de novembro de 1975, com a destruição da dualidade de poderes nas Forças Armadas, o processo assumiu uma dinâmica lenta, contudo ininterrupta de estabilização do regime democrático liberal. A derrota da revolução portuguesa não exigiu derramamento de sangue, mas consumiu muitos bilhões de marcos alemães e de francos franceses. A integração posterior na Comunidade Econômica Europeia, com o acesso aos fundos estruturais, gigantescas transferências de capitais para modernizar a infraestrutura, e construir um pacto social capaz de absorver as tensões sociais pós-salazaristas, permitiu a estabilização do capitalismo e do regime democrático nos anos 80 e 90. Agora ameaçado pelo crescimento da extrema-direita do Chega de André Ventura.

O cheirinho de alecrim ficou difícil de encontrar. Mas ficaram os livros de Saramago, as lindas canções de Zeca Afonso, Sergio Godinho, Fausto e tantos outros.

Nota do editor: A íntegra da participação do autor no seminário pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=X7Z1FIuahig>

Revolução dos Cravos: lições de estratégia e hegemonia

Breno Altman

Jornalista e fundador do site Opera Mundi

A derrubada da ditadura salazarista, em 25 de abril de 1974, vai muito além de um episódio fascinante na história do século XX e das lutas revolucionárias. Do longo processo de resistência, desde os anos 30, até a vitória da contrarrevolução, selada em 25 de novembro de 1975, também é notável o debate sobre qual deveria ser a orientação de esquerda para enfrentar o fascismo à portuguesa e como essa batalha se articulava com a perspectiva socialista.

Resta pouca dúvida, na historiografia sobre a época, acerca do protagonismo exercido pelo Partido Comunista Português durante o período de combate ao salazarismo e na acumulação de forças que levaria ao 25 de Abril. Não apenas era a única organização revolucionária de relevância como também a principal estrutura de oposição à tirania. As discussões e elaborações dos comunistas, portanto, são obrigatórias para que se possa melhor entender a rebelião militar que colocou fim à autocracia e seus desdobramentos no biênio 1974-1976.

O ciclo mais interessante a se estudar, decerto, desenvolveu-se a partir de 1960. Seu marco inicial é a lendária fuga de líderes comunistas da Fortaleza de São Francisco, uma prisão de segurança máxima localizada na praça-forte de Peniche, ocorrida em 3 de janeiro daquele ano. Dez destacados dirigentes

conseguiram escapar da Alcatraz lusitana e retomar sua militância a céu aberto. Entre esses, estava Álvaro Cunhal, que seria eleito secretário-geral do PCP em março de 1961, cargo que exerceria até dezembro de 1992.

Ao redor das opiniões de Cunhal, mesclando ríspidas polêmicas com tensos e massivos embates contra a ditadura, iria se aglutinar o pensamento estratégico dos comunistas. Seus pontos de vista começaram a ser mais conhecidos nos primeiros meses em liberdade, articulados no texto “O desvio de direita nos anos 1956-1959”, aprovado pelo comitê central durante a mesma reunião na qual seria eleito chefe do partido. A plena consolidação dessas concepções ocorreria quatro anos depois, em abril de 1964, com o documento “Rumo à vitória: as tarefas do partido na revolução democrática e nacional”.

O alvo principal das críticas à linha em curso até o final dos anos 50, ao menos em um primeiro momento, foi a concepção de que poderia haver uma “solução pacífica” para a luta contra o fascismo, entendendo-se que a desagregação interna do regime salazarista seria o fator predominante para sua superação, com dissidências que se juntariam à esquerda e aos liberais em uma frente democrática que representasse um pacto das classes trabalhadoras com frações não monopolistas da burguesia. Para que essa aliança pudesse existir, ampliando-a aos cristãos novos desembarcados da ditadura, o programa deveria estar concentrado nos temas das liberdades e dos direitos civis, deixando para outra etapa quaisquer reformas antimonopolistas, antilatifundiárias, anticoloniais e anti-imperialistas. As mobilizações de massa tinham sua importância, ao menos retórica, mas deveriam estar subordinadas à busca de uma saída eleitoral ou palaciana por dentro do sistema.

O núcleo cunhalista declara guerra contra essas ideias e as responsabiliza pela difícil situação que vivia o PCP – destruído pela repressão, com pouca representatividade e inserção popular, organização débil, submissão à oposição liberal-burguesa, baixa tração entre a juventude, especialmente a operário-camponesa. Opor-se às formulações então dominantes apresentava um agravante internacional: seus defensores, maioria no comitê central até 1961, se abraçavam às deliberações assumidas pelo XX Congresso do PC da União Soviética, realizado em 1956, que promulgavam a possibilidade de transição do capitalismo ao socialismo sem recorrer à insurreição e à luta armada.

Essa tese provocava verdadeira ebulição no movimento comunista. Servia de aval para que o próprio conceito de revolução perdesse primazia entre vários partidos, substituído pela centralidade da questão democrática: a expansão de direitos e conquistas, por dentro da ordem, seria o caminho para ultrapassar o sistema capitalista de forma institucional, gradual e relativamente indolor.

Disposto a manter bom relacionamento com Moscou, Cunhal evita confrontar o PCUS, dirigido de 1953 a 1964 por Nikita Khrushchev, mas passa a afirmar que as posições soviéticas sobre a transição socialista não se aplicavam a Portugal, pela natureza do próprio regime fascista. Com esse argumento, limita sua crítica às fronteiras nacionais, mas claramente se diferenciando do rumo hegemônico entre os comunistas de todo o mundo. A linha contra a qual se batia, por exemplo, tinha razoável proximidade com o enredo adotado pelo Partido Comunista Brasileiro a partir da Declaração de Março (1958) e do V Congresso (1960). Mesmo depois do golpe militar, em 1964, quando se instaura uma ditadura na antiga colônia lusitana, a orientação do PCB seguiria muito semelhante àquela combatida pelo revolucionário português.

Mas qual era a alternativa proposta ao “desvio de direita”? Para efeito didático, poderia ser sintetizada em cinco pontos.

O primeiro: a derrocada do regime salazarista somente poderia ocorrer através de uma insurreição popular e armada, de fora para dentro do sistema, um movimento que chamava de “levantamento nacional”. O fascismo não poderia ser derrotado por meios institucionais, de dentro para fora, como propunham seus oponentes internos.

O segundo elemento dizia respeito ao papel das massas e suas organizações: ao contrário de uma função acessória, de pressão sobre o regime, Cunhal defendia que a mobilização operária e popular, além de central no encurralamento e enfraquecimento da tirania, cumpriria uma tarefa decisiva na estratégia insurrecional, para a qual o PCP deveria estar preparado em todos os terrenos, incluindo o militar. Não é à toa que a direção comunista criaria a Ação Revolucionária Armada (ARA), que concentraria suas atividades de 1970 a 1973, com feitos de grande impacto, como a sabotagem da Base Aérea de Tancos, na qual dezenas de aviões e helicópteros das Forças Armadas seriam destruídos.

O terceiro componente era uma especificidade portuguesa: a guerra colonial,

iniciada em 1961 por Angola, mas rapidamente disseminada para Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, provocava uma profunda tensão nas fileiras militares e tendia a estimular seu fracionamento, podendo deslocar oficiais para a ruptura com o salazarismo. Na lógica insurrecional desenhada por Cunhal, esse deslocamento teria um peso fundamental, decisivo.

O quarto aspecto referia-se ao programa antifascista, recusando sua limitação à conquista de um regime democrático liberal. A superação do salazarismo era vista como uma revolução libertadora, de caráter democrático e nacional, que construiria uma transição de médio e longo prazo para uma sociedade socialista, a partir de reformas estruturais que destruíssem as bases econômicas da ditadura: a dependência ao imperialismo, a dominação colonial na África, as relações agrícolas fundadas sobre o latifúndio e o predomínio dos monopólios empresariais. Esse programa alicerçava a democratização sobre medidas que melhorariam drasticamente a vida do povo, aumentando salários e universalizando direitos, com a adoção de reformas capazes de desapropriar o estoque de riqueza e a renda dos setores monopolistas da burguesia. A aposta que passaria a vingar no PCP era de que uma plataforma que fundisse radicalmente democracia política com emancipação econômica e social era a única saída para colocar o povo frontalmente contra o fascismo, desalojando as frações burguesas que tinham implantado a autocracia.

Finalmente o quinto aspecto, diretamente conectado ao anterior: a política de alianças deveria estar a serviço da hegemonia das classes trabalhadoras, de seu partido e de seu programa. Ou seja, seria inaceitável, na nova orientação comunista, que fossem amenizadas as formas de luta e a proposta de governo pós-fascista, de modo a facilitar adesão de frações burguesas vacilantes ou de grupos políticos cuja objeção a Salazar se resumia a “excesso de autoritarismo”. Cunhal não recusava acordos táticos e pontuais, mas sua concepção de frente se subordinava à intenção de dar ao proletariado português a direção do processo político, colocando sob sua batuta as demais classes e frações que poderiam se somar à resistência antifascista. Essa posição estava em nítido desacordo com a abordagem de “frente ampla” ou “frente democrática” impulsionada pelo Partido Comunista Italiano a partir de 1944, quando aceitou, sob a liderança de Palmiro Togliatti, fixar antifascismo e revolução como duas etapas distintas.

O PCP passaria a operar, com Cunhal, sob a bandeira da revolução antifascista, avistada como via de aproximação para a construção de um Estado socialista.

Construída uma ampla e sólida maioria em favor da nova linha política, o PCP viveu dez anos de acelerado crescimento a partir de 1964, mesmo na clandestinidade férrea imposta pela ditadura. Multiplicou seu enraizamento nas lutas e organizações operárias, fortificou-se como o grande representante do campesinato sem-terra, atraiu grande parte da juventude radicalizada e ampliou o prestígio na intelectualidade. A meta permanente da legenda passou a ser força própria, sem depender de aliados, construindo uma invejável máquina de combate, cujos braços se estendiam até para setores e lideranças militares.

Antes do 25 de Abril, os comunistas seguramente não eram a corrente majoritária entre os assalariados do campo e da cidade, incluindo as camadas médias, mas certamente constituíam o partido mais ativo e influente, mais organizado e determinado. As agremiações liberais e pequeno-burguesas de oposição ao salazarismo ou mesmo setores reformistas do movimento operário, como os socialistas, somente adquiririam maior musculatura e capacidade de ação às vésperas ou logo após a Revolução dos Cravos, empurrados por frações burguesas internas e pelo sistema imperialista, apavorados com o risco de Portugal sair de sua órbita. O PCP não considerava que a correlação de forças permitisse um movimento tão brusco, equivalente ao da revolução cubana, mas os acontecimentos foram fechando espaço para fórmulas intermediárias.

Vitorioso o levantamento nacional comandado pelos capitães, depois organizados no Movimento das Forças Armadas (MFA), com apoteótica mobilização popular, instala-se o governo presidido por Antônio Spínola, um general conservador que havia se apartado do salazarismo por conta da guerra colonial. Não era a saída preconizada pelo PCP, mas uma solução que enterrava o regime fascista sem mexer nos interesses de classe que o sustentavam, sob a liderança de um militar dissidente. Os comunistas aceitam participar desse governo, ao lado de socialistas, liberais e até conservadores. Mas apostam em uma crescente mobilização popular e sindical para arrancar as reformas defendidas em seu programa, ao mesmo tempo em que aprofundavam suas relações com a esquerda militar e propunham um pacto estratégico com o Partido Socialista,

comandado na época por Mário Soares. Era uma política de frente popular dentro da frente ampla pós-fascista, formada às pressas para deter e controlar o impulso revolucionário.

O crescimento do campo popular esbarrou no governo Spínola, servindo de estopim o choque sobre a questão colonial, com o velho general querendo impor uma solução parecida à do Reino Unido e da França quando perderam algumas de suas colônias, estabelecendo comunidades formalmente independentes, mas submetidas aos antigos capitais metropolitanos. Manobrando para reforçar o seu poder, Spínola opera para que o primeiro-ministro, Adelino de Palma Carlos, um advogado de posições liberais, propusesse a convocação de eleições presidenciais para outubro, além de referendo para uma Constituição provisória que seria elaborada pelo próprio governo. A reação do MFA foi imediata, assim como a resposta do PCP e do PS, colocando os setores revolucionários em pé de guerra.

O peso da esquerda civil e militar era incontrastável: em 11 de julho de 1974, cai o primeiro-ministro e assume, em seu lugar, o coronel Vasco Gonçalves, um dos dirigentes do MFA e muito próximo do PCP. Acuado, Spínola convoca uma grande manifestação conservadora para o dia 28 de setembro. O MFA, o PCP e o PS, além de outros partidos de esquerda, antevendo a ameaça golpista, levantam barricadas nos principais acessos a Lisboa, impedindo a chegada de caminhonetes trazendo do interior os apoiadores do general, que se demite da chefia do Estado, sendo substituído por um general progressista, Francisco da Costa Gomes.

Há uma clara mudança na relação de forças. O III Governo Provisório, empossado em 1º de outubro, novamente comandado por Vasco Gonçalves, começa a adotar medidas que afetavam os interesses imperialistas, a guerra colonial, o latifúndio e os monopólios, mesmo que os partidos liberais ainda se mantivessem na administração. Mas o giro à esquerda, com aumento de influência dos comunistas e seus aliados militares, vai abrindo gradualmente um fosso com o Partido Socialista. Incubada pela socialdemocracia alemã, a legenda de Mário Soares passa a temer que o PCP prepare uma “revolução dentro da revolução”, quando o objetivo dos socialistas se limitava a construir uma mescla de democracia liberal com Estado de bem-estar, nos marcos

da filiação portuguesa à OTAN. O PS mexe-se para se apresentar, a princípio discretamente, como a única corrente capaz de deter o avanço comunista.

A divisão no campo popular, no entanto, seria congelada por uma nova ofensiva golpista, outra vez dirigida por Spínola e disparada em 11 de março de 1975, com apoio de grupos militares e civis. O ex-presidente tenta tomar a Base Aérea de Tancos, mas o MFA rapidamente controla a situação e gigantescas mobilizações ocorrem em defesa do governo. Nos dias seguintes, ocupações de terras e empresas tomam conta do país, exigindo e lastreando nacionalizações dos grandes grupos econômicos, dos bancos e dos latifúndios, ao mesmo tempo em que é criado o Conselho da Revolução e o MFA providencia o expurgo de oficiais reacionários das Forças Armadas. Mais uma vez, mesmo tardiamente, a opção de Cunhal parecia se realizar: passava-se da derrubada do regime fascista a uma situação revolucionária. Era estabelecido, sempre com Vasco Gonçalves, em 26 de março, o IV Governo Provisório, o mais avançado daquele processo.

No dia 25 de abril, cumprindo a promessa do MFA, ocorreram eleições para a Assembleia Constituinte, cuja missão exclusiva era preparar a nova carta, sem interferir nas funções de governo. As eleições parlamentares estavam previstas apenas para o ano seguinte. A esquerda faz maioria, com o PS amealhando 37,87% dos votos, o PCP chegando a 12,46%, o Movimento Democrático Português (aliado dos comunistas) alcançando 4,14% e outros grupos de esquerda somando 3,97%. Uma maioria respeitável, de 58,44%, contra 41,56% dos partidos de direita, 152 cadeiras contra 97. Poderia ser um aval para o avanço e a radicalização das reformas. Àquela altura, entretanto, a unidade das forças populares, com o PS guinando à direita, não passava de miragem. Os socialistas se aproximavam dos grandes partidos liberais, o Partido Popular Democrático (PPD) – depois denominado Partido Social Democrata (PSD) – e o Centro Democrático Social (CDS), para se opor ao governo Vasco Gonçalves.

Esse cenário colocava a estratégia do PCP em xeque. A derrubada do fascismo era prevista como uma insurreição popular e armada, mas a transição para um regime de poder popular e uma sociedade socialista somente poderia ser assegurada, no contexto internacional da Guerra Fria e nas circunstâncias

portuguesas, por dentro do sistema construído pela própria Revolução dos Cravos.

A primeira grande batalha pública entre comunistas e socialistas seria sobre a questão sindical, detonada em maio de 1975. O PCP defendia a institucionalização da unicidade sindical e a criação de uma central única de trabalhadores, enquanto o PS era favorável à pluralidade, com o claro intento de esvaziar ou limitar a hegemonia dos comunistas sobre os sindicatos. Álvaro Cunhal fazia o debate, mas tentava contornar esse afastamento, que poderia ser fatal para a frente de esquerda que era a coluna vertebral de sua estratégia. Mário Soares, contudo, mostrava-se cada vez mais agressivo e próximo da embaixada dos Estados Unidos.

Não demorou para os comunistas enfrentarem abertamente os socialistas, que não escondiam mais sua disposição de acabar com o processo revolucionário. O *Jornal República*, próximo ao PS, passa a fazer forte oposição ao governo. Os gráficos e funcionários administrativos, organizados por um sindicato de direção comunista, fazem greve a partir de 19 de maio, ocupam as instalações do periódico e nomeiam uma redação pró-governo. Soares chama um protesto diante do jornal e ameaça sair do governo. O MFA decide suspender a publicação para encerrar a crise. O diário retornaria a partir do dia 18 de junho, tutelado pela comissão sindical. Irritado, o PS, junto com o PPD e o CDS, criam um clima de “ameaça à liberdade” e se lançam em ofensiva contra o bloco de esquerda.

A resposta dos comunistas e da esquerda militar, diante da conformação de uma coalizão contrarrevolucionária formada pelo PS e os liberais, buscou reforçar as estruturas governamentais surgidas com o 25 de Abril e colocar o povo em movimento para defendê-las. No dia 8 de julho, a Assembleia do MFA aprova o “Documento-Guia da Aliança Povo-MFA”. Dois dias depois, realiza-se enorme manifestação em apoio a esse texto, convocada pelo PCP e outros pequenos partidos de esquerda. Os socialistas, nesse clima, saem do IV Governo Provisório em 12 de julho, acompanhados pelo PPD no dia 17.

No dia 7 de agosto vem a público o “Documento dos Nove”, assinado por militares que refutavam o manifesto da Aliança Povo-MFA, dentre os quais se destacava o coronel Melo Antunes. Representava um endosso de parte dos quartéis às posições do PS e um severo rebatimento às reformas que vinham

sendo adotadas, colocando-se em guarda contra qualquer tentativa de se impor uma solução revolucionária para o impasse vivido. Logo apareceria um outro texto, puxado pelo major Otelo Saraiva de Carvalho, chefe do Comando Operacional do Continente (COPCON), combatendo o governo pela esquerda e reclamando por medidas mais duras para enfrentar a contrarrevolução. A fragmentação do MFA era alarmante. No dia 8, caíria o IV Governo Provisório.

Com apoio do MFA e do Conselho da Revolução, o presidente Costa Gomes mantém Vasco Gonçalves na chefia do V Governo Provisório, que duraria apenas até 19 de setembro, sem participação do PS e do PPD. Mobilizações contra e a favor do novo gabinete atravessam o país. Grupos de extrema-direita atacam e incendiam sedes do PCP. Dividida e paralisada, a revolução estava por um fio, que seria rompido com a queda do primeiro-ministro e sua substituição pelo vice-almirante Pinheiro de Azevedo, que teria a sustentação do PS, do PPD e dos oficiais moderados. Os comunistas também integram o governo, mas era evidente sua derrota, o papel secundário e a preocupação de recuar para recompor forças.

A partir de então, bloqueado institucionalmente o processo revolucionário, seus derradeiros capítulos ocorreriam nas ruas e nos quartéis, com as forças populares – incluindo o próprio PCP – tentando encurralar o governo e recuperar terreno, quando já estava nítido o avanço da contrarrevolução: a queda de Vasco Gonçalves tinha sido o beijo da morte na Revolução dos Cravos, ao menos como essa era interpretada pelos comunistas e outros grupos menos expressivos.

O ápice desse esforço de resistência aconteceria em 25 de novembro, depois de semanas nas quais as lutas sociais tinham se radicalizado e até paralisado o funcionamento da administração Azevedo. Paraquedistas da Base Escola ocuparam as bases aéreas de Tancos, Monte Real e Montijo, além do Estado-Maior da Força Aérea. Tropas do Regimento de Artilharia de Lisboa e de outras guarnições também se amotinaram. Mesmo sem um comando claro, setores populares se mobilizam em solidariedade aos rebeldes. Eram fortes os rumores, até hoje não esclarecidos ou negados por historiadores, de que militares moderados, articulados pelo Grupo dos Nove, o de Melo Antunes, teriam alimentado esse levante para justificar o desmantelamento completo

do MFA e do Conselho da Revolução. De toda forma, foi o pretexto adequado para enterrar de vez o processo revolucionário.

O presidente Costa Gomes e os militares moderados rapidamente estruturaram o cerco à sublevação, com apoio do PS, do PPD e do CDS. O PCP determinou o recuo de seus militantes, muitos dos quais tinham se mobilizado espontaneamente ao lado dos insurrectos, acreditando que era o que deveria ser feito para evitar uma possível tentativa de golpe. O major Otelo Saraiva de Carvalho, supostamente o líder da esquerda militar mais radical, passou ao largo do episódio.

Mario Soares, nos anos 90, insistiria na tese de que os comunistas, junto com setores revolucionários das Forças Armadas, teriam sido os responsáveis pelo 25 de Novembro, o que sempre foi desmentido por Álvaro Cunhal e a documentação disponível. Afinal, a estratégia do PCP estava condicionada por uma trava: a hegemonia no interior da revolução antifascista, depois do fim da ditadura, somente poderia ser obtida de forma institucional – novos movimentos de ruptura, a exemplo dos bolcheviques na Revolução de Outubro, em 1917, tenderiam a um cenário insuportável de guerra civil e intervenção da OTAN. Esse autobloqueio, associado à transferência do PS ao campo da contrarrevolução, carregando seus aliados militares e dividindo a esquerda, sob enorme pressão imperialista, condicionaria o ocaso da política traçada nos anos 60.

A correlação de forças pendera para o bloco empenhado em esterilizar a Revolução dos Cravos. Um dos maiores receios de Álvaro Cunhal se realizara: os aliados naturais tornaram-se majoritários no seio do povo, sem que o PCP encontrasse caminhos para se contrapor, e abandonavam o horizonte revolucionário que parecia ser a base da unidade popular quando os cravos se espalhavam pelas ruas do país.

Nota do editor: A íntegra da participação do autor no seminário pode ser vista aqui: https://www.youtube.com/watch?v=h_Ps_LeAlNQ

A Revolução que mudou a história de Portugal

José Reinaldo Carvalho

Membro do Comitê Central e da Comissão Política Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e presidente do Cebrapaz - Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz.

Há exatos 50 anos, em 25 de abril de 1974, Portugal viveu um acontecimento que mudou profundamente o curso de sua história: a Revolução dos Cravos. Esse episódio marcante não apenas derrubou o regime fascista de quase meio século, mas também inaugurou uma nova era de democracia, liberdade, soberania, progresso social e esperanças para o povo português.

A Revolução Portuguesa foi um movimento militar, de acentuado caráter democrático e popular e com grande protagonismo das massas trabalhadoras e do povo português em geral, que ocorreu principalmente em Lisboa, liderado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), composto por oficiais jovens e progressistas do exército português. Na manhã de 25 de abril, tanques e soldados ocuparam as ruas da capital portuguesa, numa ação coordenada para derrubar o regime fascista do chamado Estado Novo.

A principal motivação da Revolução dos Cravos foi o anseio por mudanças políticas, sociais e econômicas. Sob o regime fascista, Portugal viveu a noite dos tempos, marcada por brutal repressão política, que incluía prisões de

opponentes, tortura, assassinatos, censura e outras ações obscurantistas, um ambiente social de pobreza e estagnação.

A Revolução foi um marco na luta do povo português pela democracia e para promover transformações radicais nas estruturas econômicas e sociais que impediam o progresso do país. Os governos provisórios e o ímpeto das massas populares que engendraram medidas revolucionárias liquidaram a ditadura fascista, deram fim ao colonialismo e golpearam duramente os grupos monopolistas e os latifúndios foram duramente atingidos pela Revolução.

O caráter da Revolução e suas peculiaridades

A cadeia de acontecimentos ocorridos a partir do 25 de abril de 1974 demonstra o caráter democrático, popular, antimonopolista, anticolonialista e anti-imperialista da Revolução Portuguesa e as suas peculiaridades. Entre essas peculiaridades, destacam-se o papel protagonista do Movimento das Forças Armadas e a aliança Povo-MFA como forças motrizes; o caráter de massas extenso e profundo que assegurou o avanço da luta por transformações; um impetuoso processo de transformações políticas, econômicas e sociais num quadro em que não havia um poder estabelecido das forças revolucionárias de vanguarda.

A Revolução dos Cravos marcou o início de uma nova era para Portugal, caracterizada pela realização de transformações profundas, como as nacionalizações; as ocupações de terras, a reforma agrária, a formação de cooperativas e grandes unidades coletivas agrícolas; o controle e a gestão de empresas pelos trabalhadores; o dismantelamento da polícia política, a famigerada PIDE; a existência de um poder político de transição com características revolucionárias que se expressou nos governos provisórios e posteriormente na Assembleia Constituinte e na Constituição aprovada.

Também foi notável o impacto cultural da Revolução dos Cravos. Ela desencadeou uma onda de criatividade e expressão artística, à medida que as restrições à liberdade de expressão foram levantadas. Músicos, escritores, artistas e cineastas encontraram um novo ambiente de liberdade para explorar temas anteriormente censurados, contribuindo para o florescimento cultural no país.

A luta contra o colonialismo

Entre as principais conquistas da Revolução Portuguesa, representativa de uma mudança de época com alcance mundial, destaca-se a libertação das colônias da África, resultante, em primeiro lugar, da luta armada de libertação nacional sob direção revolucionária em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Antes da Revolução dos Cravos, desde o início dos anos 1960, esses países estavam imersos nos movimentos de libertação nacional, lutando contra o domínio colonial português. Esses movimentos, como o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), travaram guerras de guerrilha e mobilizaram apoio internacional na busca da independência e autodeterminação.

Esta luta se conjugou com a aspiração do povo português e a decisão das forças revolucionárias do 25 de Abril de pôr fim ao colonialismo na África.

Os objetivos do MFA

Embora o MFA não tenha apresentado um programa político formal durante a revolução, algumas de suas aspirações e objetivos se expressaram em documentos e nas ações. Algumas das suas principais ideias e propostas associadas foram:

1 - A democratização do poder: O MFA buscava a criação de um sistema político democrático em Portugal, no qual o poder não estivesse concentrado em um único partido ou líder. Isso incluía uma maior participação popular nas decisões políticas, a conquista da liberdade política e dos direitos civis. O movimento buscava a restauração das liberdades democráticas que haviam sido liquidadas durante o regime fascista, tais como a liberdade de expressão, de imprensa, de associação e de manifestação e o respeito aos direitos humanos. O MFA defendia a realização de eleições livres, a elaboração de uma nova Constituição democrática e a criação de instituições representativas e de soberania popular. O objetivo era estabelecer um sistema democrático duradouro, baseado na soberania popular.

2 - Fim da guerra colonial: Uma das principais demandas do MFA era o fim imediato da guerra colonial. O movimento defendia a autodeterminação e a independência dessas colônias.

3 - Reformas Sociais e Econômicas: O MFA propunha uma série de reformas sociais e econômicas para combater a pobreza, as desigualdades e o subdesenvolvimento em Portugal. Isso incluía a implementação de políticas que mencionamos anteriormente.

O papel do general Vasco Gonçalves

O general Vasco Gonçalves, General do Povo, desempenhou um papel significativo nos primeiros momentos pós-Revolução como líder dos II, III, IV e V governos provisórios de Portugal. Suas gestões foram marcadas por uma série de reformas e políticas progressistas que buscavam transformar a sociedade portuguesa de acordo com os ideais democráticos e socialistas.

O nome de Vasco Gonçalves está indissolúvelmente ligado à implementação da reforma agrária, à nacionalização de setores chave da economia, à democratização da educação, à atribuição de poderes às autarquias locais e regionais, às políticas sociais destinadas a combater a pobreza, a promover a igualdade e a garantir o bem-estar dos cidadãos portugueses.

As reformas implementadas durante os governos chefiados por Vasco Gonçalves granjearam amplo apoio popular, mas foram duramente combatidas pelos setores conservadores e reacionários. Seu legado permanece como um marco importante na história do país, refletindo os ideais e aspirações da Revolução Portuguesa.

A Assembleia Constituinte e a Constituição aprovada

Após a Revolução dos Cravos, Portugal deu início a um processo de transição política que culminou na convocação de uma Assembleia Constituinte. Esta Assembleia tinha a responsabilidade de elaborar uma nova Constituição para o país, que refletisse os valores democráticos e os ideais de liberdade e justiça social que emergiram com a revolução.

A Assembleia Constituinte foi eleita em 25 de abril de 1975, um ano após a

Revolução, através de eleições livres e democráticas. Foi composta por representantes de diferentes partidos políticos e movimentos sociais, refletindo a diversidade ideológica e política da sociedade portuguesa na época. A principal tarefa da Assembleia Constituinte era elaborar uma nova Constituição democrática. Durante os seus trabalhos, a Assembleia Constituinte debateu e deliberou sobre uma ampla gama de questões, incluindo os direitos fundamentais dos cidadãos, a organização do Estado, o sistema político, os poderes e responsabilidades do governo e as relações entre o Estado e a sociedade civil. Foi um processo longo e complexo, marcado por intensos debates entre os diferentes partidos e grupos representados na Assembleia.

Em 2 de abril de 1976, a Assembleia Constituinte aprovou a nova Constituição de Portugal, que entrou em vigor no mesmo ano. Esta Constituição, conhecida como a “Constituição da República Portuguesa de 1976”, é a lei fundamental do país, estabelecendo os princípios e valores fundamentais que regem a organização política, social e jurídica de Portugal.

A Constituição de 1976 é caracterizada por sua natureza democrática e progressista, refletindo os ideais da Revolução. Ela garante uma ampla gama de direitos e liberdades individuais, incluindo a liberdade de expressão, de imprensa, de associação e de manifestação, bem como o direito à educação, à saúde, ao trabalho e à habitação.

Além disso, a Constituição estabelece um sistema político baseado na separação de poderes e na soberania popular, com um Parlamento eleito pelo povo, um governo responsável perante o Parlamento e um sistema judicial independente. Ela também reconhece a autonomia das regiões autónomas dos Açores e da Madeira e estabelece os princípios básicos da política externa portuguesa.

É uma Constituição avançada, inclusive apontando o ideal socialista.

Ao longo dos anos, a Constituição de 1976 passou por várias revisões e emendas, algumas regressivas. No entanto, ela permanece como a pedra angular do sistema democrático português, garantindo os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e orientando a vida política e jurídica da nação.

O papel do PCP

Ao celebrarmos o 50º aniversário do 25 de Abril e suas conquistas, há que ressaltar que estas são inseparáveis do papel do Partido Comunista Português (PCP). O PCP desempenhou um papel significativo na história da Revolução Portuguesa. Liderado por Álvaro Cunhal, uma das maiores personalidades do século XX português e do Movimento Comunista Internacional, o PCP exerceu uma influência considerável na política portuguesa, mesmo nos rigorosos da clandestinidade imposta pelo regime fascista.

De grande importância foi o Programa do Partido elaborado 10 anos antes do 25 de Abril, que estabeleceu “oito pontos ou objetivos fundamentais”:

- 1 - Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático;
- 2 - Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento econômico geral;
- 3 - Realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha;
- 4 - Elevar o nível de vida dos trabalhadores e do povo em geral;
- 5 - Democratizar a instrução e a cultura;
- 6 - Libertar Portugal do imperialismo;
- 7 - Reconhecer e assegurar aos povos das colônias portuguesas o direito à imediata independência;
- 8 - Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

A Revolução dos Cravos comprovou a análise da situação, a caracterização da revolução e a definição dos objetivos, constantes no Programa do PCP.

Além de uma tenaz resistência e luta antifascista, os comunistas portugueses desempenharam um papel ativo na Revolução dos Cravos, apoiando os militares rebeldes do Movimento das Forças Armadas (MFA) e mobilizando os trabalhadores e as massas populares nas ruas e campos de Portugal. A sua influência foi fundamental na consolidação dos ideais revolucionários e na garantia de que a transição para a democracia fosse acompanhada por reformas sociais e políticas progressistas.

Repercussão na Europa

A Revolução dos Cravos teve um impacto significativo não apenas no país,

mas também na Europa e no mundo. Na Europa, a Revolução Portuguesa teve um impacto imediato ao inspirar movimentos democráticos em outros países que enfrentavam regimes autoritários ou ditatoriais. Países como Espanha, Grécia e até mesmo a própria Itália foram influenciados pelas demandas de liberdade e democracia que ecoaram a partir de Portugal.

Reação dos EUA

As reações dos Estados Unidos à Revolução Portuguesa consistiram inicialmente em manifestar preocupação em relação aos desdobramentos políticos. Os EUA estavam no auge da Guerra Fria e preocupados com o possível impacto que a queda do regime fascista em Portugal poderia ter nas dinâmicas geopolíticas da Europa Ocidental. A preocupação do imperialismo estadunidense centrava-se sobretudo com uma suposta expansão do comunismo na Europa a partir da extensão e profundidade que o movimento revolucionário assumisse. A inquietação americana era com a possibilidade de a Revolução dos Cravos resultar na formação de um governo alinhado com o bloco comunista. No quadro da Guerra Fria, qualquer sinal de instabilidade política na Europa era visto em Washington como uma potencial oportunidade para a influência soviética se expandir. Para o imperialismo estadunidense, para além de impedir a influência soviética no Ocidente, era prioritária a manutenção da esfera de influência norte-americana, o que incluía a presença de Portugal na OTAN, seu braço armado.

Os EUA exerceram pressão para garantir que os seus interesses estratégicos e de segurança nacional fossem protegidos. Foi intensa a movimentação do Departamento de Estado e de seu embaixador em Portugal na cooptação de líderes portugueses para garantir que qualquer transição política em Portugal não resultasse em uma mudança significativa nas relações transatlânticas.

Reação da URSS

A Revolução Portuguesa também teve repercussões na política externa da União Soviética, que acompanhou de perto os acontecimentos em Portugal e suas consequências para o equilíbrio de poder na Europa. A URSS via com

otimismo o desenvolvimento do movimento revolucionário em Portugal e a perspectiva socialista.

Repercussão no Brasil

A Revolução dos Cravos em Portugal, ocorrida em 25 de abril de 1974, teve impactos significativos no Brasil, tanto em termos políticos quanto sociais e culturais. Por uma série de razões históricas, os acontecimentos em Portugal tocaram fundo nossa subjetividade e sensibilidade. Embora geograficamente distantes, os eventos em Portugal ecoaram no Brasil de várias maneiras.

Vivíamos o auge do terror fascista no Brasil. Trinta e cinco dias antes da Revolução dos Cravos, tomou posse na Presidência da República o general Ernesto Geisel, verdugo do povo brasileiro, o penúltimo ditador de plantão. Assumiu o governo com o compromisso de promover o que na abstrusa linguagem dos militares no poder foi designado como uma “distensão lenta, gradual e segura”. Antes, tratou de intensificar o método do terrorismo de Estado e da guerra contra o povo brasileiro, que era a função precípua das Forças Armadas no poder no Brasil desde o golpe militar de 1964.

Em tal ambiente, a Revolução dos Cravos em Portugal inspirou movimentos de resistência e democratização do lado de cá do Atlântico. A queda do regime fascista em Portugal serviu de inspiração para as forças democráticas e progressistas em nosso país. O exemplo de uma revolução democrática em Portugal encorajou os brasileiros que lutavam por liberdade política e pelo fim da ditadura.

Os eventos da Revolução dos Cravos, apesar da censura, foram amplamente cobertos pela imprensa brasileira e acompanhados com vivo interesse pela opinião pública. Isso contribuiu para aumentar o debate sobre os rumos políticos do Brasil e para fortalecer a resistência à ditadura militar.

A Revolução Portuguesa estimulou a mobilização popular. A queda do regime fascista em Portugal demonstrou que mudanças políticas significativas poderiam ser alcançadas por meio da mobilização popular.

Isso encorajou os brasileiros a se engajarem em protestos, manifestações e outras formas de resistência contra o regime militar. Influenciou a cultura e a produção artística. A Revolução dos Cravos inspirou artistas, intelec-

tuais e escritores brasileiros, influenciando a produção cultural do país na década de 1970. Músicos, cineastas, escritores e artistas plásticos brasileiros encontraram na revolução portuguesa um símbolo de resistência e liberdade, refletindo essas temáticas em suas obras.

Em suma, a Revolução dos Cravos teve impactos significativos no Brasil, estimulando movimentos de resistência, fortalecendo o debate político, influenciando a cultura e a produção artística e contribuindo para a transição para a democracia na América Latina.

Nota do editor: A íntegra da participação do autor no seminário pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=jLrG-eHAUw8>

Os ritmos da Revolução

Lincoln Secco

Professor livre docente de História Contemporânea; autor, entre outras obras, do livro A Revolução dos Cravos: Economias, Espaços e Tomadas de Consciência (1761-1974).

O processo revolucionário português foi desencadeado no dia 25 de abril de 1974 com a intervenção popular nas operações militares que objetivavam a derrubada do presidente do Conselho de Ministros, Marcello Caetano; e findou no dia 25 de novembro de 1975, quando a Direita militar conseguiu paralisar o processo revolucionário e resolver o impasse militar que paralisava o Movimento das Forças Armadas, então dividido em três tendências irreconciliáveis.

Todavia, esse processo carregava em si as sobrevivências ideológicas que remontavam ao século XIX e que dividiam as elites das classes dominantes entre um projeto colonialista e a idealização de uma volta à Europa. Essas prisões de longa duração e as ações revolucionárias que as desafiaram no período 1974-1975 desembocaram numa conjuntura crítica aberta pela guerra colonial de 1961 a 1974.

A longa duração

O liberalismo europeu floresceu nos países ibéricos no início do Século XIX em meio às convulsões provocadas pela invasão napoleônica, mas trata-se de

um processo de escala europeia e com coordenadas mentais específicas nas penínsulas do sul da Europa. Não por acaso, as últimas ditaduras desmontadas na Europa mais de 150 anos depois foram Portugal, Grécia e Espanha.

A ascensão liberal nos anos 1820 tem desdobramentos revolucionários em Portugal, Espanha, Grécia e Nápoles. À Regeneração Portuguesa (1851)¹ correspondeu a Era Cánovas na Espanha, depois de uma efêmera República que findou em 1875; e ambas coincidem, grosso modo, com a época do *Risorgimento* Italiano, concretizado na fundação do Reino da Itália em 1861².

Os países mais atrasados do sul da Europa tentaram ingressar na corrida neocolonial como forma mais de adquirir prestígio do que para criar economias dependentes e funcionais para o desenvolvimento capitalista, o que não quer dizer que não propiciasse fortunas individuais³. O seu imperialismo pode ser classificado com a expressão que Lênin usou para o caso italiano: imperialismo esfarrapado⁴. Trata-se, para ele, de um imperialismo fundado na emigração e numa área interna atrasada (o *mezzogiorno*). Isto explica que, embora Giolitti (1842-1928) fosse contrário à empresa colonizadora, Sonino (1874-1922) era favorável por razões sociais (para escoar uma sobrepopulação “ociosa”) e de prestígio, embora entre 1880 e 1915 a média de emigração italiana para a África fosse menor que 2% do total dos emigrados⁵. Obviamente, os italianos emigraram para os Estados Unidos, Argentina e Brasil (em especial para o Estado de São Paulo). A Itália conquistou alguma influência colonial, mas ao custo de uma fragorosa derrota na Etiópia em 1º de março de 1896 na batalha de Adua (ou Adowa). Esta batalha determinou a queda do Primeiro-Ministro Crispi. Depois, a Inglaterra lhe permitiu agir na Líbia (que seria anexada em 1910).

A Grécia, incapaz de grandes pretensões neocoloniais e sem um passado

1 “Regeneração” é o início da Monarquia Constitucional portuguesa que se seguiu à insurreição militar de 1 de Maio de 1851.

2 Uma narrativa desse processo belamente escrita in: Romano, Sergio. *Storia d'Italia*. Milano: Tea, 2004.

3 No final do século XIX uma das grandes fortunas era, segundo Jorge Pedreira, a do Marquês de Vila Flor, homem de origem modesta (trabalhara numa loja) que se tornara rico em São Tomé. Bethencourt, F. e Chaudri, K. (Orgs). *História da expansão portuguesa*, vol. IV. Lisboa: Temas e Debates, 2000, p. 278.

4 *L'imperialismo Straccione*, na tradução italiana dos textos de Lênin sobre o movimento operário da Itália. Carocci, Giampiero. *Storia d'Italia dall'unità ad oggi*. Milano: Feltrinelli, 1975, p. 100.

5 Gonçalves, Paulo C. **Mercadores de braços. Riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o novo mundo**. Tese de Doutorado. S. Paulo: USP, 2008, p. 320.

histórico colonialista recente, voltou-se para o seu recôncavo oriental, sustentando uma rivalidade com a Turquia que se estendeu ao século XXI: a divisão do Chipre entre gregos e turcos espelha bem o problema. A Grécia, desde 1453, fazia parte do Império Otomano, ficando quase 300 anos sob ocupação turca (1826). Em 1833, o estado grego chegava um pouco mais acima de Atenas; em 1864 inseriram-se as ilhas “Eptánissa” (entre Grécia e Itália, no mar Jônico); em 1881, a Tessália, e depois das guerras balcânicas (1912-13), Ipíro, Macedônia, Creta e as ilhas do Egeu de Leste; por fim, em 1947, as ilhas do Dodecaneso.

A Espanha fora colocada fora do jogo depois da derrota na Guerra Hispano-Estadunidense de 1898. Ela já nem tinha uma Marinha suficiente para estabelecer uma ligação oceânica tão extensa entre o Caribe e as Filipinas. Suas pretensões de manter colônias no Mar Vermelho foram afastadas.

Portugal procurou criar um império de fato exatamente na conjuntura de retomada do ciclo expansivo da economia europeia depois da longa depressão pós 1873. Um tratado anglo-português foi assinado em 26 de fevereiro de 1884 e nele a Grã-Bretanha reconhecia a soberania lusitana sobre o estuário do Congo. Leopoldo, o genocida rei dos belgas e animador da Associação Internacional do Congo, deu à França, em 1884, o direito de preferência ao Estado Livre do Congo (na verdade seus domínios pessoais) como forma de ganhar a amizade francesa para obstar as pretensões portuguesas sobre o estuário do rio. O tratado anglo-português acabou sendo rechaçado pelo parlamento britânico e os problemas todos foram delegados à Conferência de Berlim (1884-5).

No sul do Congo, entretanto, os portugueses encontraram a resistência dos ingleses. Mais ao sul, os portugueses tentaram impedir o progresso da companhia da África do Sul, mas seu esforço para reunir Angola e Moçambique num único território (expresso no famigerado mapa cor-de-rosa) foi obstado pelo ultimato de 11 de janeiro de 1890, quando os ingleses humilharam os sentimentos nacionalistas portugueses. Em 1880, a Associação Africana Alemã estava preparando uma expedição aos rios tributários meridionais do Rio Congo⁶. Mais tarde, acordos secretos de 30 de agosto de 1893 dividiram as possessões portuguesas entre Alemanha e Inglaterra, mas a Guerra dos Bôeres, o esfriamento das relações anglo-germânicas e a Primeira Guerra Mundial não

6 Bolletino della Società Geográfica Italiana, 1880, p. 280.

permitiram a consecução desses acordos⁷. Ainda assim, como os italianos, os portugueses não povoaram seus territórios coloniais. Por volta de 1914, Angola possuía 2 milhões de habitantes e sua população branca era de somente 13 mil pessoas. Moçambique tinha 11 mil brancos em 3.200.000 habitantes⁸.

Pode-se dizer que a conjuntura e o desentendimento entre Inglaterra e França permitiram que Portugal ganhasse um império. As elites políticas e intelectuais portuguesas se voltaram em primeiro lugar para o mito do Novo Brasil em África. Uma vez reconhecida a separação do Brasil em 1825 pelo Governo de Portugal, era como se uma missão civilizatória houvesse sido completada. A Portugal, caso único no mundo, caberia doravante “civilizar” povos de outros continentes até que estivessem adultos como os brasileiros. Esse colonialismo singular encontraria justificativa ideológica no século XX no lusotropicalismo e na obra de Gilberto Freyre.

O colonialismo português envolvia interesses mercantis de empresários particulares e a ideia de prestígio cultural e racial. Entre os europeus, os portugueses seriam únicos, embora não superiores, pois estavam defasados materialmente, mas tinham a habilidade singular de dilatar a fé cristã e promover a aculturação mediante técnicas brandas, consensuais e assimilacionistas. Já perante os colonizados, os portugueses exibiam ao mesmo tempo a superioridade racial europeia e sua força militar e material. Por mais defasadas que esta fosse, ainda assim deveria superar os povos nativos das colônias.

A ambiguidade, portanto, não estava no domínio português na África (brando e duro ao mesmo tempo), mas no discurso de autojustificação dirigido aos europeus. A disputa de hegemonia se dava na sociedade civil portuguesa, embora não fosse possível abandonar o caráter predominante da coerção. Para as colônias, havia apenas coerção, mantendo-se uma direção consensual somente sobre a insignificante minoria branca e ao pequeno percentual de “assimilados”.

Nas oposições portuguesas, ora sob tintura republicana e liberal e, por vezes, socializante, vigorava o mito da volta à Europa. As duras defasagens industriais e de padrão de existência diante da Europa transpirenaica levavam

7 H. Brunschwig, *A partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 68.

8 A. Brunacci, *Dizionario generale di cultura*. Torino: Libreria Editrice Internazionale, 1915.

intelectuais a dissertarem sobre as causas de uma decadência que remontaria à perda do Brasil ou mesmo, longinquamente, ao desaparecimento de Dom Sebastião e ao desastre de Alcacer Quibir em 1578, com a posterior anexação pela Espanha (1580).

Em 1883, havia apenas 1.150 fábricas no país, ocupando 90 mil trabalhadores⁹. Uma burguesia débil pela situação estrutural e incapaz de dinamizar por inteiro a sociedade tradicional encontrava sempre uma dificuldade extremada de exercer hegemonia na sociedade civil igualmente debilitada. Dir-se-ia que em Portugal havia um pouco menos que sociedade civil e um pouco mais do que simples sociedade primitiva e gelatinosa. A diferença é que esta se transmuta naquela quando a maior parte da população consegue se orientar em torno de valores universais¹⁰. Na sociedade portuguesa caracterizada historicamente pelo exercício de um tipo de hegemonia passiva por parte dos grupos dominantes sobre massas socialmente indecisas e politicamente desagregadas, os indivíduos não construíram suas representações em torno de ideias-força que os mobilizassem para a defesa ativa de temas considerados de interesse geral.

A inexistência de um forte movimento operário (inobstante o esforço de anarquistas e socialistas no século XIX) permitia que a burguesia não precisasse agir como classe, fazendo-se representar por profissionais liberais ou velhos aristocratas ligados a um tipo de estabilidade cujo valor fundamental era a manutenção da Ordem e não a dinamização da sociedade industrial. A unidade das classes dominantes fora desfeita com o reconhecimento da perda do Império brasileiro em 1825, no caso português.

Essa falência teve um duplo significado: desorganizaram-se as finanças e se botaram fazendas a perder (fazendas há muito invertidas no ultramar). Também se redirecionou uma plethora de capitais antes dispersa nas colônias para a Metrópole, provocando um surto de evolução do industrialismo e de uma burguesia industriosa, voltada para dentro, para o desenvolvimento das forças produtivas internas, onde elas já contavam com mercado interno (ou externo).

Todavia, as mentalidades e a situação estrutural dessas camadas novas não

9 J. Vincent-Smith, *As relações políticas luso-britânicas 1910-1916*, p. 15.

10 Oliveiros Ferreira, *Os 45 cavaleiros húngaros*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 164.

permitiam que de uma maneira rápida surgissem os requisitos psicossociais típicos dos países de moderno empreendimento industrial.

Ainda assim, uma política econômica, ainda que não perene, surgiu e pretendeu proteger uma fragilizada burguesia. Fragilizada pelo seu caráter simultaneamente prematuro e tardio e pelas adversas condições concorrenciais. Um protecionismo na era de Litz, o economista do nacionalismo econômico, foi adotado por vezes com tarifas aduaneiras que se elevavam como resposta a imperativos externos. Com a Grande Depressão, a partir de 1873, uma onda conservadora substituiu os ares liberais pela adoção de políticas protecionistas e pela volta de partidos conservadores ao poder, excetuando-se a Inglaterra e a Holanda. Portugal, embora seja visto como atrasado em relação ao norte da Europa por não adotar políticas tarifárias favoráveis, em verdade as adotou em 1837, 1841, 1861, 1871, 1882, 1885 e 1892¹¹.

Entre 1851 e 1891, data do *ultimatum* britânico a Portugal, uma vez ultrapassadas as suas revoluções liberais, viveu-se o auge do chamado regime da Regeneração, marcado pela estabilidade política sob a Monarquia Constitucional e pelo crescimento das infraestruturas públicas. Mas uma outra marca se fazia valer: a corrida neocolonialista e a tentativa de estabelecer de fato e de direito um Império africano, como vimos.

Nas áreas coloniais, a burguesia *criolla* não era mais importante no caso espanhol porque o império fora perdido, se excetuarmos a sacarocracia cubana. Em Portugal, as elites na África ainda serão ralas e mesmo os elementos mais eminentes padecerão do despeito metropolitano. Honório Pereira Barreto (1813-1859), nascido em Cacheu, depois estudante em Lisboa, pertencia ao grupo dos “brancos da terra”. Tornou-se governador de Bissau e Cacheu aos 24 anos de idade. Mas sempre se lembravam de sua tez¹².

O Império Colonial se estabeleceu de fato a partir da corrida neocolonial

11 Cf. Marvaud, Angel. *Le Portugal et ses colonies*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1912, p. 150.

12 Em 1843, este mesmo Honório Pereira Barreto publicou um panfleto sobre a Senegambia Portuguesa, onde declarou sem pejo que ali havia governador, mas não havia governo. E só no final do século XIX, em plena corrida neocolonial que o governo português começará a estabelecer-se de fato em vastas áreas de Angola, Moçambique e Guiné Bissau. Mas, faltoso de capitais, terá que, desde o início, unir-se a estrangeiros (aceitando inclusive as equívocas ofertas inglesas para construção de ferrovias em Moçambique). Vide: Paul Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les peuples modernes*. Paris: Guillaumin et Cia. Libraires, 1882, p.62.

de fins do século XIX e foi possível por circunstâncias casuais combinadas a fatores históricos, como vimos. A resistência africana foi batida entre fins do XIX e o fim da década de 1920. Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque (1855–1902), militar português, foi responsável pela captura do grande chefe africano Gungunhana, em Chaimite (1895), e pela domesticação violentíssima do território moçambicano. O general Pereira d’Eça, futuro governador-geral de Angola durante a República (1915–1916), comandou as tropas portuguesas após o Desastre de Naulili. Artur de Paiva, que viveu uma boa parte da sua vida em Angola, participou em campanhas do exército português entre 1883 e 1897.

A República Portuguesa não se estabilizou. Foram 45 governos e sete eleições (em 16 anos). Em 1926, um golpe militar derrubou a primeira república portuguesa. O novo governo congregou as várias direitas que se formavam, mas não inaugurou uma nova fase republicana. Foi António de Oliveira Salazar, a partir de 1933, quem mais contribuiu para cristalizar um novo regime estável, durável, fundado no consenso das classes dominantes e mantido com permanente repressão aos opositores.

Salazar era um conservador nada afeito à mobilização popular. Quando o Movimento Nacional-Sindicalista (MNS) foi criado em 1932 para dar uma base de massas ao regime que se montava, o governante tratou de reprimir a organização de extrema-direita. Chefes da arruaça fascista foram perseguidos e seus camisas-azuis, proibidos. Em julho de 1934, o MNS foi proscrito.

Por outro lado, Salazar criou uma máquina repressiva baseada na PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), um campo de concentração no Tarrafal, onde matou muitos opositores, como o Secretário-Geral do Partido Comunista Português (PCP), Bento Gonçalves; usou organizações de educação cívica fascista uniformizadas para mobilizar a juventude, a Guarda Nacional e a Igreja Católica. Destruuiu sindicatos e proibiu greves e a imprensa livre, expulsou e perseguiu intelectuais e manteve o Exército nas colônias para garantir um império que, se era cada vez mais explorado por firmas multinacionais, não consumiu muito do orçamento público (o que mudaria com a Guerra Colonial).

Se Salazar não era o orador incendiário e de trejeitos tragicômicos, como Hitler e Mussolini, seu carisma foi construído por uma máquina de propaganda

que ressaltava o caráter mágico do homem discreto e simples que trabalhava em silêncio pela pátria; um ditador que a tudo via, que, de modo monástico e casto, expressava em seu ser Deus, pátria e família. Sua imagem era a da ordem e tranquilidade numa Europa sobressaltada por convulsões políticas e militares. Se Salazar não tivesse tais caracteres a ele atribuídos e se estes não fossem essenciais para a reprodução da ordem fascista em Portugal, ele teria sido substituído após a II Guerra Mundial. No entanto, sobreviveu aos ventos da descolonização, do antifascismo e até do início da Guerra Colonial, saindo do poder apenas em 1968 por razões de saúde.

A partir da derrota do nazifascismo, Salazar mudou a nomenclatura de colônias para províncias de ultramar, porém manteve o mesmo sistema colonial. Portugal ingressou na OTAN como membro fundador e o Departamento de Estado dos Estados Unidos apoiava o regime como um escudo autoritário contra a propagação do comunismo, além de operar militarmente a partir de Portugal, dada sua posição geográfica estratégica. Apesar das críticas crescentes na sociedade civil ocidental, o salazarismo gozou de amplo consenso diplomático dos governos em diferentes conjunturas e foi um fascismo muito bem-sucedido, especialmente porque não era visto assim.

Média duração

Durante a guerra colonial, a percentagem do PIB gasta com as forças armadas e a defesa nacional se manteve em patamares muito altos, próprios de países em esforço total de guerra (o problema é que essa situação durou quase quinze anos)¹³.

A luta anticolonial teve início em Angola (1961), Guiné-Bissau (1963) e Moçambique (1964). O teatro de operações era muito vasto, e exigia das forças armadas lusitanas um esforço de guerra caro e pouco eficiente. Angola era agitada por dois poderosos movimentos, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a UNITA (União para a Independência Total de Angola); em Moçambique, a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) era já um inimigo estruturado nos anos 60; o mais notável de todos era o PAIGC (Partido

13 Carrilho, Maria. “O Papel político dos militares”, p.89.

Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), liderado pelo mais formidável dos líderes africanos: Amílcar Cabral.

Esses movimentos custaram 8.290 portugueses mortos, num corpo expedicionário que nunca ultrapassou 200 mil homens por ano. Ao total, foram um milhão e trezentos mil portugueses que serviram as forças armadas nas colônias, o que representava 14,7% da população¹⁴!

A carreira militar tornou-se pouco atraente. Os oficiais portugueses não estavam tão afastados da sociedade civil quanto os brasileiros. Num território pequeno, centralizado em Lisboa e Porto, a convivência com turistas estrangeiros, intelectuais e estudantes universitários era comum. Alguns oficiais frequentaram a universidade durante sua estadia na metrópole. Outros leram obras de crítica social, destacando-se os romances de Jorge Amado. Mas não é isso que explica sua adesão a uma revolução, como veremos a seguir.

Diante da falta de oficiais, Marcello Caetano, que substituiu Salazar em 1968 (após a incapacitação física deste), teve que promover o aumento do quadro de oficiais médios, aumentando o efetivo de oficiais permanentes de 3.305, em 1965, para 4.164, em 1973¹⁵.

O futuro movimento dos capitães se revoltou contra o decreto, mas, no fundo, a base de insatisfação foi uma guerra virtualmente perdida. Com a entrada de mísseis antiaéreos em 1973 na luta guerrilheira, acabou a superioridade militar portuguesa. Além disso, o isolamento da política colonial portuguesa no cenário internacional ficou nítido no dia 24 de setembro de 1973, quando a independência da Guiné foi proclamada e obteve o reconhecimento diplomático de 86 países (mais do que o número de nações que mantinham relações diplomáticas com Portugal).

O Movimento dos capitães surgiu em setembro de 1973 por motivos corporativos e defesa da hierarquia violada pelo próprio decreto governamental, o qual permitia que oficiais sem curso regular na Academia Militar ingressassem na carreira permanente.

Mas, para derrubar o decreto, era preciso acabar com o governo, com o

14. Cf. Cervelló, Josep Sanches, *A Revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola*, p.132.

15 Carrilho, Maria. Op. cit, p. 85.

regime e com a própria guerra colonial. Eram fatores interligados e que promoveram a tomada de consciência de cerca de 10% dos oficiais que formariam o Movimento das Forças Armadas (MFA).

A contradição é que um movimento desse tipo, sem oficiais superiores, também violava a hierarquia. Além disso, uma “tomada de consciência” de um problema, ainda que crucial, é muito diferente de uma conscientização, termo carregado de conotações engajadas e cunhado por Paulo Freire. Uma revolução popular com uma vanguarda militar, sem um núcleo político dirigente, foi decisiva para que mais tarde os impasses da revolução se confundissem com as limitações estruturais e organizacionais das próprias forças armadas.

Em sua exposição durante o debate promovido pela Fundação Perseu Abramo, a deputada Joana Mortágua, partindo dos estudos do historiador Fernando Rosas, comentou o rompimento da cadeia de comando hierárquico no dia 25 de abril, além da pulverização do aparelho central de Estado. Decerto, essa pulverização se tornou saliente no Verão Quente de 1975 e chegou ao paroxismo durante os V e VI Governos. O V Governo durou apenas de 8 de agosto de 1975 a 17 de setembro devido ao isolamento político da ala militar ligada ao Coronel Vasco Gonçalves, como veremos adiante. O VI Governo teve uma fase de restabelecimento da autoridade política até 25 de novembro; de confronto militar no dia 25 de novembro; e até a posse do novo Governo Constitucional a 23 de julho de 1976, uma etapa de expurgos e punições para que o consenso fosse restabelecido mediante a coerção.

As contradições entre o imperialismo dos Estados Unidos, com apoio da OTAN e dos seus satélites europeus, e a Revolução Portuguesa se movimentaram no próprio interior da Revolução. Era imperioso que o Ocidente se valesse da mediação de atores internos. Destarte, os socialistas e a Direita garantiram o consenso eleitoral para o modelo liberal europeu e uma burguesia local virtualmente sem Exército reconstituiu politicamente as Forças Armadas e recriou a hierarquia e o centralismo do aparato repressivo.

Lembremos que hierarquia e disciplina, valores típicos do meio social interno militar, não deixam de ser justificativas ideológicas. Igualmente, a democracia liberal ocidental não era a única alternativa a uma ditadura que, em verdade, a Esquerda jamais tentou impor em Portugal. O que o MFA não conse-

guiu foi dar suporte militar a um pluralismo socialista na acepção de Hermann Pfütze: “multiplicidade de ações conscientes” conduzidas por “operários e empregados, rendeiros e trabalhadores agrícolas, soldados e estudantes”¹⁶. Nas palavras dos próprios oficiais portugueses, tratava-se de “um pluralismo socialista que compreende a coexistência (...) de várias formas de construção da sociedade socialista. O MFA repudia, portanto, a implantação do socialismo por forma violenta ou ditatorial... Isso implica o reconhecimento da existência de vários partidos políticos e correntes de opinião, mesmo que não defendam necessariamente opções socialistas”¹⁷. O fato é que aquela proposição foi sabotada pela própria social-democracia europeia e pelos socialistas portugueses que aceitaram a dicotomia Socialismo Real X Liberalismo Ocidental como inevitável. Diante dessa visão dual, os socialistas obviamente aderiram ao capitalismo “democrático”.

Uma indagação que perpassava a Esquerda é: por que uma economia socialista não podia erigir uma superestrutura política democrática? Naturalmente, a hegemonia exige coerção, portanto, a Direita teria que ser contida dentro do ordenamento jurídico socialista, garantindo seu consentimento mínimo. Em caso de ultrapassagem do quadro de forças estabelecido, deveria ser reprimida.

Nos países ocidentais, a força é o último fundamento da democracia liberal. No caso português, a contradição entre a vanguarda (MFA) e o estabelecimento militar só podia se resolver mediante duas formas: a restauração do Exército da burguesia ou a transformação completa das Forças Armadas numa organização popular a serviço do socialismo plural e democrático.

A crise de 1974 era de conjuntura e não de estrutura. Ao menos não de todas as estruturas. Uma solução capitalista continuava possível, mesmo abolindo o império colonial. Para as classes dominantes, era viável manter o regime ditatorial e a dependência da Europa e dos Estados Unidos. Mas a burguesia portuguesa não podia deixar de ceder ao menos uma democracia liberal dependente.

A conjuntura envolvia uma crise geral das ditaduras do sul europeu. À

16 Apud Eisfeld, R. “A Revolução dos Cravos e a Política Externa”, Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 11, Lisboa, Maio de 1983.

17 Plano de Acção Política do MFA, Lisboa, 21 de junho de 1975.

exceção da Itália, onde o fascismo foi reintegrado no aparelho de Estado disfarçadamente e dentro da democracia liberal, amparando o terrorismo direitista, as conspirações golpistas e até um pequeno partido neofascista legalizado com outra nomenclatura. A Grécia vivenciava a Ditadura dos Coronéis, instalada em 1967 para evitar as eleições daquele ano. Em julho de 1974, um Golpe de Estado no Chipre e a invasão turca da ilha derrubaram o governo grego. A 8 de dezembro de 1974, a monarquia foi abolida e, a 1 de junho de 1975, adotou-se nova constituição.

Na Espanha, o processo se iniciou com a morte de Franco em 20 de novembro de 1975. Foi uma iniciativa de cima para baixo através de uma Lei para a Reforma Política e convocação de eleições, realizadas a 15 de junho de 1977. A 6 de dezembro de 1978, foi aprovada em referendun a Constituição.

A Grécia, assim como Portugal, já pertencia à OTAN (desde 1952) e tinha importância geopolítica para os Estados Unidos. A Espanha ingressou em 1982. Nos três casos, só Portugal seguiu uma via revolucionária que colocou em perigo a hegemonia dos Estados Unidos na Europa Ocidental, dado o seu papel singular de um império colonial em derrocada e as respostas que seu exército e suas forças políticas ofereceram à crise da conjuntura.

Curta duração

No dia 24 de abril, o MFA iniciou suas operações para o fim do regime. No dia seguinte, a multidão que tomou conta de Lisboa, juntando-se aos militares, devolveu ao Exército o perdido prestígio, o que levou o mesmo a devolver aos populares o apoio militar de que necessitavam para avançar em suas conquistas sociais. Ambos se legitimavam reciprocamente.

Durante a Revolução dos Cravos, Portugal sofreu os abalos das lutas políticas pelo rendimento nacional e pelo controle das empresas. A autoatividade popular se revelou em todos os âmbitos: escolas, bairros, instituições públicas e empresas. Multiplicaram-se os organismos de poder popular. Em fevereiro de 1975, havia 2.500 apartamentos ocupados. De 25 de abril até 1 de junho de 1974, houve 160 conflitos entre trabalhadores e empresas. As experiências de autogestão eram credenciadas e acompanhadas pelo Estado, mas a maioria foi caracterizada como selvagem e não tinha essa tutela. A estimativa é de 937

empresas autogestionárias¹⁸, mas houve provavelmente mais de 3 mil ocupações em algum momento do processo revolucionário.

O produto diminuiu, a participação dos salários aumentou e o país viveu o impasse: superar a crise via desenvolvimento autônomo e socialista ou integrar-se à Europa e restaurar o despotismo de fábrica capitalista.

Entre as ações típicas que afirmaram a autonomia das bases da revolução, podemos indicar três principais: o movimento popular que já no 25 de abril ocupou casas, creches e presídios políticos; o movimento organizado de trabalhadores rurais e urbanos que muitas vezes superou os limites impostos por suas representações sindicais e associativas; o próprio MFA, cujos soldados e oficiais de baixa patente colocaram em risco a unidade do Exército como garantidor da ordem burguesa em Portugal.

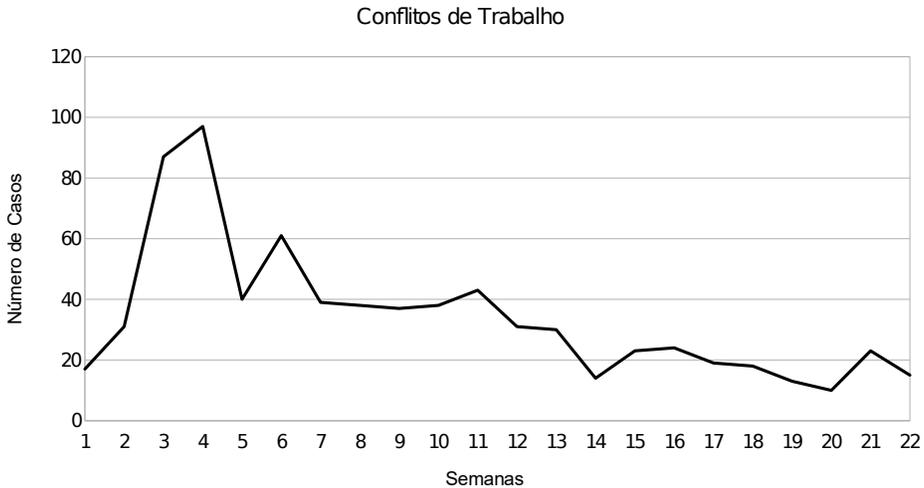
As greves superaram as expectativas do Partido Comunista Português, totalizando 734 entre o 25 de abril e a tentativa de golpe de 28 de setembro. As lutas nas empresas e os conselhos de fábrica levaram socialistas e comunistas e o próprio MFA a tentar controlar o movimento sindical.

O I Governo Provisório do jurista conservador Palma Carlos e a presidência de Spínola tornaram-se rapidamente anacrônicos diante da velocidade das mudanças revolucionárias. Na crise política de julho de 1974, quando caiu o Primeiro Governo, o MFA transformou o comando operacional do 25 de abril no Comando Operacional do Continente, ao qual submeteu grande parte das forças militares do país. O Major Otelo Saraiva de Carvalho, chefe das operações do 25 de abril, tornou-se Brigadeiro e assumiu o comando. O Copcon foi criado em 8 de julho de 1974. Na posse do II Governo, chefiado por Vasco Gonçalves, foi criada a V Divisão do Estado Maior com funções de serviço de informação, publicidade e elaboração de doutrina. Dessa maneira, o MFA criava um dispositivo militar próprio. Por outro lado, no mesmo mês, o General Spínola, a quem o MFA entregara o poder no 25 de abril, mas que era um notório fascista (ainda que em desacordo com o regime de Marcelo Caetano) criou o Batalhão de Comandos, unidade de tropas especiais de combate ligeiras não blindadas. Essas organizações foram decisivas. As duas primeiras durante a radicalização da Revolução, após o 28 de setembro, quando um autogolpe de Spínola

18 Ferreira, M. *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*. Lisboa: Alfa, 1990, p. 174.

foi derrotado e ele abandonou a presidência em favor do discreto e insípido general Costa Gomes. A terceira pelo papel que desempenhou no fim da Revolução a 25 de novembro.

A Revolução ocorreu em meio a uma crise mundial. Em 1973, o crescimento do PIB foi de 11,3% e, em 1974, de 2,2% (preços constantes de 1963). Orlando Neves e sua equipe publicaram em 1978 um levantamento ainda bastante impreciso (como eles próprios reconheciam) de conflitos trabalhistas recolhidos na imprensa. O mês de maio assistiu a um surto grevista, mas em julho cresceu a contestação ao I Governo Provisório. O MFA apossa-se do governo na semana 12 da contagem¹⁹.

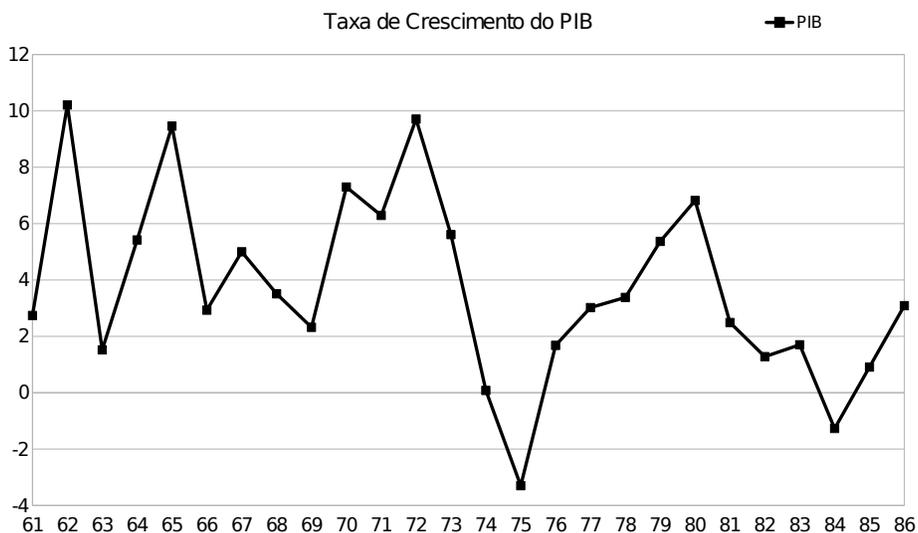


Há uma queda na semana 12 em diante, porém sobem os casos de reivindicação de expurgos (saneamentos) nas hierarquias empresariais e do Estado, bem como outros tipos de conflito urbanos e rurais. O III Governo Provisório, iniciado em outubro, foi marcado por nova ascensão das lutas populares. As comissões de trabalhadores iniciaram experiências autogestionárias em algumas empresas e várias greves foram convocadas, novas ocupações de casas em Lisboa, a exigência da reforma agrária... No fim de 1975, 25% da superfície

¹⁹ Neves, Orlando (Coord.). *Diário de uma Revolução*. Lisboa: Mil Dias, 1978, pp. 193-238.

arável de Portugal eram geridos por unidades cooperativas de produção. Aproveitou-se ainda a lei da unicidade sindical a 13 de janeiro de 1975, propugnada pelo PCP, e que reconhecia na Intersindical, dominada pelos comunistas, a única central de trabalhadores legítima – o MFA buscava no PCP (que entre junho e setembro havia dobrado de tamanho e agora contava com mil filiados) o instrumento de manutenção da ordem no efervescente “mundo do trabalho”, tão propício a reivindicações salariais reprimidas.

A Revolução partiu de uma moeda apreciada (cerca de 25 escudos para um dólar), com reservas de ouro e expansão do PIB, embora a crise do Petróleo já mostrasse uma tendência à desaceleração.



A Revolução sofreu diversos abalos econômicos e financeiros. A taxa de inflação subiu de 9,5% em 1973 a 18,9% no ano seguinte. A taxa de crescimento do PIB per capita caiu de 11,2% em 1973 para -0,3 em 1974 e a -7,9% no ano seguinte²⁰. A taxa de produtividade, que cresceu a mais de 10% em 1973, no ano seguinte teve uma queda abrupta (medida pela relação do PIB por pessoa ocupada).

A participação dos ganhos dos trabalhadores no rendimento nacional varia

²⁰ Fonte: Data Worldbank

e muda, bem como o nível de desigualdade (a depender do autor ou autora e da periodização, claro). Entre 1973 e 1976, a participação das remunerações do trabalho passou de 49,2% a 64,7% para Varela e Barbosa; de 34,2 a 68,7%; de 47% a 63,5% entre 1973 e 1975 para Pereirinha²¹, mas este autor também aponta expressivos 49,7% em 1971; ou de 48% (1974) a 57% (1975) para Carrion²². É verdade que a despesa com segurança social foi de 4,5% do PIB em 1973 para 6,7% em 1975²³, mas num quadro de retração do produto.

É difícil também medir o impacto da Revolução na desigualdade porque as mensurações muitas vezes prendem-se à curta duração e o índice normalmente usado é insuficiente. O índice de Gini, que mede a desigualdade dos rendimentos, foi de 0,316 em 1974 para 0,174 em 1978, indicando, nos dois casos, uma desigualdade extremamente baixa. Mas como ele mede desigualdade de rendimentos sem levar em conta a massa de riqueza do país, isso não indica o grau de satisfação das classes trabalhadoras. Além disso, a riqueza patrimonial pode ser ocultada. No curto prazo, ele não serve para aquilatar o impacto do processo revolucionário.

O que sabemos, com ou sem aqueles números, é que, após o 25 de abril, os salários reais subiram 10% em cada um dos anos de 1974 e 1975 e o salário-mínimo foi fixado em 3.300 escudos pelo decreto Lei 217/74 (27 de maio). A liberdade sindical e a inversão de correlação de forças militar a favor das classes trabalhadoras resultaram no aumento do número de greves e ocupações de empresas e terras e conquistas salariais, portanto é de se esperar que houve aumento da participação dos trabalhadores no rendimento nacional expressivo; e que a produtividade caiu se for medida pelo custo do trabalho em relação ao produto por ele gerado.

Mas isso não é suficiente. Até 1973, havia emigração constante e, no ano seguinte, o fluxo se inverteu com os retornados. Assim aumentou o número de trabalhadores. A emigração caiu de 120 mil em 1973 a 70 mil em 1974. Também se deve levar em conta que a Revolução eclodiu no meio de uma crise

21 Pereirinha, José. “Evolução salarial em Portugal na década de 70”, *Estudos de Economia*, v. I, n. 1, Lisboa, 1981.

22 <https://www.brasilefators.com.br/2024/04/25/os-50-anos-da-revolucao-dos-cravos>

23 Varela, Raquel. e Barbosa, Luisa. “Segurança social, trabalho e Estado em Portugal”, *21 Temporalis*, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

internacional que elevou o preço do barril de petróleo. Em outubro de 1973, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo restringiu o fornecimento de petróleo a Portugal por ter deixado a base de Lajes disponível aos Estados Unidos durante a guerra do Yom Kippur. Isso mudou em março de 1974. Embora o império colonial já fosse defasado e anacrônico, 11% da produção nacional se dirigiam às colônias. Seguiu-se uma crise na balança de pagamentos em 1976-1977.

Houve problemas de liquidez no setor bancário e a massa monetária aumentou 37% durante o ano de 1974. O redesconto atingiu 42,284 milhões de contos, apesar da taxa ter subido de 5% a 7,5% em dezembro. Os grandes grupos financeiros, através de sua máxima expressão política, o General Spínola, sabotaram o poder revolucionário e financiaram todos os principais partidos (incluindo o PS) à exceção do PCP. Essa situação explica a nacionalização do setor financeiro promovida em 1975.

O IV Governo Provisório, surgido depois da tentativa de golpe de oficiais spinolistas a 11 de março de 1975, radicalizou as medidas econômicas. Por outro lado, a instalação de uma Assembleia Constituinte de maioria de socialistas moderados e direitistas serviu de contraponto à Revolução.

No final do verão daquele ano, vários sindicatos de serviços, incluídos os bancários, foram conquistados por membros do PPD, PS e MRPP²⁴, e isso já indicava também a inversão de forças político-militar no governo provisório, assinalada pela queda de Vasco Gonçalves (cujo V Governo foi isolado e efêmero), pelo VI Governo de Pinheiro de Azevedo, pela intervenção militar de Direita a 25 de novembro, exclusão da esquerda militar, fechamento da V Divisão e posteriormente do Copcon.

Aquela crise demonstrou a falta de unidade militar. Inicialmente houve a tentativa de uma Troika unindo Otelo, Vasco Gonçalves e Costa Gomes. Mas Otelo inclinou-se para um anticomunismo de esquerda, gerando uma alternativa à esquerda dos gonçalvistas e não entre estes e o Grupo dos Nove, como foi interpretado por Castaño e Rezola²⁵. Embora sua força militar não fosse

24 Noronha, Ricardo. “Nacionalizações e Transição Socialista na Revolução Portuguesa 1974-1975”, *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. v.3, n.2, Dossiê: 40 anos da Revolução de abril de 1974, dez. 2013.

25 Castaño, D. e Rezola, M. *Conselho da Revolução*. Lisboa: Edições 70, 2021, p. 123.

desprezível, ele não dispunha de apoio social além de uma vanguarda radicalizada em Lisboa. De outro lado, Vasco Gonçalves tinha um grande peso no MFA, mas não havia um real controle sobre quem de fato integrava o movimento e muitos adesistas de última hora, defensores da normalização e da volta aos quartéis, deram a aparência de que o Grupo dos Nove tinha mais força do que de fato possuía. O que os Nove obtiveram foi o apoio tático da Direita militar, emudecida após o 25 de abril. Os Comandos liderados por Jaime Neves, criados por Spínola em 1974, serviram de sustentáculo para o ataque rápido a uma extrema-esquerda militar desorganizada e sem comando unificado no dia 25 de novembro. O Agrupamento Militar de Intervenção criado pelo VI Governo Provisório também foi a constituição de um braço de força para garantir as operações necessárias à manutenção do novo curso da Revolução. Por fim, o desmantelamento da V Divisão retirou a capacidade de informação e organização dos gonçalvistas.

Nesse quadro militar de forças, Otelo serviu para enfraquecer a esquerda ao atacar Gonçalves e os Nove reforçaram o mesmo campo direitista ao se livrarem em seguida de Otelo. Ao fim e ao cabo, também os Nove foram marginalizados do processo, mantendo-se formalmente à frente de um Conselho da Revolução esvaziado apenas para garantir que a democracia liberal não aparecesse como uma ruptura com a Revolução. Na prática, eles não contavam mais, ainda que sua presença tenha sido suficiente para ao menos impedir um retrocesso ainda maior.

Conclusão

Podia uma vanguarda militar, mesmo unida e apoiada num núcleo político revolucionário (condições ausentes em Portugal) levar a revolução ao socialismo? É difícil responder. O presidente em exercício, general Francisco Costa Gomes, definiu o problema em 1975: “Temos em Lisboa um microcosmos político, mais apto a absorver os avanços revolucionários, mas que projecta um círculo de agitação na cintura industrializada, cujo raio é da ordem dos 30 Km. O resto do país corre o risco de perder a ligação com a frente da coluna, com zonas onde cresce um descontentamento já sensível e outras batidas na passada e atraídas pelo reacionarismo. Avançar um processo revolucionário

tem um ritmo máximo muito concreto, muito pragmático, sob pena de rotura com forças internas e externas que se tornariam oponentes. (...) A marcha da Revolução tomou uma aceleração que o povo não tem capacidade para absorver. Coloco uma pergunta: devemos fazer um compasso de espera estendendo a mão aos que ficaram para trás ou devemos acelerar uma vanguarda que descolará mais da coluna de marcha?”²⁶.

O quadro internacional geopolítico não favorecia aos revolucionários. Diferentemente das revoluções clássicas, a russa e a chinesa, não havia uma guerra interimperialista a desestabilizar as potências dominantes. E, diferentemente de Cuba, Portugal era membro da OTAN. Além disso, os soviéticos não pareciam dispostos a apoiar militarmente a revolução portuguesa. Portugal dependia econômica e militarmente dos Estados Unidos e das potências europeias. A União Soviética estava mais interessada em garantir apoio aos movimentos mais à esquerda em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Por outro lado, havia uma crise na economia e nos governos (Alemanha, Japão, EUA vivenciaram escândalos que derrubaram seus principais dirigentes) e a União Soviética estava no auge de sua influência militar na Guerra Fria. Em seguida, é verdade, seria derrotada por suas debilidades econômicas e renúncia de suas elites dirigentes, mas ninguém previa isso naquela altura.

Lembremos que o autor da citação acima, Costa Gomes, jamais foi um revolucionário e sim um adesista de última hora cooptado pelo MFA. Seu diagnóstico era correto no essencial. Embora a Revolução não fosse só Lisboa, como ele argumenta, havia uma resistência conservadora no país. Mas quanto desse conservadorismo passaria da resignação à ação? Entre as vanguardas revolucionárias e as elites do campo reacionário, quem tinha mais número, mais organização e mais força? Era seguramente a Esquerda. O que lhe faltava era apoio internacional, pois a Revolução triunfa num só país, mas o socialismo não. Especialmente num pequeno retângulo do extremo ocidente europeu.

No curto prazo, a vanguarda militar teria que desencadear uma guerra civil para a qual seus membros, presos a lealdades construídas nas Forças Armadas e aos valores de um meio social interno, não se aventuraram a realizar. No limite, o MFA teria que ser o núcleo de um novo Exército.

26 In Ferreira, M. Op. cit., p. 156-7.

A longa duração, se permitiu o fim de um colonialismo (até porque não era mais uma alternativa viável para o governo português), condicionou a vitória da ideologia europeia, democrática e liberal, embora isso não fosse inevitável. Mario Soares, o líder socialista, venceu Alvaro Cunhal, do PCP. Como Soares declarou, em Portugal, os mencheviques venceram. Parece que nem isso aconteceu.

O 25 de abril assemelha-se mais à Comuna de Paris. Foram bem mais do que os três meses parisienses, mas pouco para consolidar uma nova sociedade. Conta-se que Lênin dançou na neve quando o poder soviético ultrapassou aquela marca de três meses. Como a Comuna de Paris, o ensaio português de 25 de abril espera o seu Outubro de 1917.

Nota do editor: A íntegra da participação do autor no seminário pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=o-ajjJBzceU>

Reflexões sobre o 25 de Abril: o fascismo, os militares e a revolução

Iole Ilíada Lopes

Possui bacharelado e licenciatura em Geografia pela Universidade de São Paulo (1991), mestrado e doutorado em Geografia Humana também pela USP. Tem experiência no ensino e na pesquisa da Geografia Humana.

As notas a seguir representam um conjunto de reflexões sobre a Revolução dos Cravos, motivadas pela participação no seminário organizado pela Fundação Perseu Abramo por ocasião dos 50 anos do evento, nas quais se buscou extrair, do caso particular português, algumas interpretações mais gerais – sem desconhecer, é claro, o que é singular daquele processo, a começar por seu lirismo, derivado da simbólica flor e das músicas usadas como senha para a ação que derrubou o ditador António Salazar, nas primeiras horas do dia 25 de abril de 1974.

Para tanto, o texto tomou como roteiro aquele proposto pela mesa de que participamos no referido seminário, abordando três questões: o salazarismo; os militares; a revolução.

Evidentemente, tais reflexões representam apenas algumas opiniões apresentadas para o debate. Um debate que, a nosso ver, se faz cada vez mais necessário nos dias atuais, por razões que tentaremos expor a seguir.

O salazarismo como expressão do fascismo

Podemos dizer que o salazarismo, que se conforma entre o final da década de 1920 e o início da década de 1930, é um fenômeno do seu tempo. Um tempo marcado, em linhas gerais, pelas consequências do fim da I Guerra Mundial, pela vitória da Revolução Bolchevique na Rússia e por uma crise estrutural do Capitalismo, que se evidencia com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. Um tempo também em que alguns países na Europa, entre eles Portugal, lidavam com situações políticas instáveis, decorrentes das tentativas de transitar de regimes monárquicos para regimes republicanos.

Foi nesse contexto turbulento que os governos autoritários de tipo fascista se tornaram funcionais ao sistema econômico e político, seja como forma de garantir a sobrevivência dos capitais e das taxas de lucro, seja para evitar o alastramento das experiências revolucionárias como a que tinha sido vitoriosa em 1917 na Rússia.

Não por acaso, nesse período, ascenderam ao poder Benito Mussolini, na Itália, em 1922 (cujo fascismo, por seu caráter precursor, acabou por denominar regimes desse tipo); Adolf Hitler, na Alemanha, em 1933; Francisco Franco, na Espanha, em 1936 – ainda que sua ditadura só se consolidasse em 1939, com o fim da Guerra Civil; e Ioánnis Metaxás, na Grécia, também em 1936.

Em Portugal, depois do conturbado período aberto com a derrubada da monarquia (1910), um golpe militar em 1926 instituiu uma ditadura nacional, na qual António de Oliveira Salazar assumiu, dois anos depois, o cargo de ministro da Finanças. Salazar, além de um fervoroso católico conservador, adepto de ideias como as do grupo monarquista e integralista *Action Française*, era economista, professor da Universidade de Coimbra, e já havia escrito alguns trabalhos em que defendia, para enfrentar as dificuldades econômicas do país naquele momento, medidas de austeridade fiscal. Eram medidas duras e impopulares, e quando assumiu a pasta, para implementá-las foi concentrando cada vez mais poderes, até ser nomeado, em 1932, como primeiro-ministro. E, em 1933, o novo regime de tipo fascista foi institucionalizado com a aprovação de uma Constituição que fundou o *Estado Novo*, no qual Salazar se tornou, com plenos poderes, presidente do Conselho de Ministros.

Há alguns analistas que questionam o caráter fascista do regime salazarista,

argumentando, entre outras coisas, que ele não se apoiava na mobilização popular ou no culto autopromovido à personalidade de Salazar – que seria um tipo austero, sem o *physique du rôle* dos líderes fascistas ou a capacidade retórica de encantar as massas. Este tipo de análise, a nosso ver, é problemático em dois sentidos. No sentido propriamente científico, ao estabelecer, como “régua de medição”, *tipos-ideais* nos quais nenhuma realidade se encaixa totalmente. Registre-se que nem as ciências naturais utilizam tal rigor comparativo para estabelecer suas leis e fazer suas análises comparativas. E, no sentido político, é problemático na medida em que tais análises são úteis aos que querem *absolver* os ditadores fascistas de plantão. É o caso de Salazar, a quem não faltam aqueles que apresentam seu governo como uma ditadura branda e que negam grande parte de seus maus-feitos, o que, por corolário, serve para condenar os pretensos “excessos” cometidos na revolução que o derrubou.

Se há diferenças entre a personalidade de Salazar e a de tipos como Hitler, Mussolini ou o próprio Franco, não é aí que deve ser buscada a natureza do regime que ele conduziu, mas sim no caráter do mesmo, que no fundamental tinha os elementos definidores de um regime fascista: um autoritarismo que não aceitava qualquer contestação, e que não se resumia ao funcionamento das instituições, mas incorporava todas as dimensões da vida, apoiando-se para tanto no conservadorismo religioso e no nacionalismo exacerbado.

Outra característica de regimes dessa natureza presente no salazarismo é apoiar-se sempre na combinação do binômio “convencimento” e coerção. Para o “convencimento” – entre aspas, já que não obtido de forma livre –, o regime salazarista recorria à propaganda, cujas versões e valores eram disseminados por aquilo a que Gramsci chamou de *aparelhos de hegemonia*, com destaque para as escolas e meios de comunicação, totalmente submetidos ao controle do governo, e também para as igrejas – no caso português, a Igreja Católica. Não por outra razão, o salazarismo criou o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN). Conjugadas à propaganda, atuavam para a adesão de parcelas importantes da população portuguesa ao regime a ignorância e a desinformação, resultantes dos baixos níveis de educação, da repressão às manifestações culturais e da censura em todos os âmbitos: do que se lê, do que se ouve, do que se veste etc.

Não surpreende que o lema do Estado Novo português – a chamada *trilogia de Salazar* – fosse “Deus, pátria e família”, o que ajuda a evidenciar a filiação ideológica do salazarismo às correntes fascistas.

Mas para os que não se “convencessem”, o regime recorria à coerção, imposta graças a uma terrível polícia política – a PIDE, Polícia Internacional e de Defesa do Estado –, que se utilizava de uma rede de informantes infiltrados e cometia toda a sorte de arbitrariedades e violências contra os que questionavam o regime ou a ordem econômica. O salazarismo chegou mesmo a ter um campo de concentração: o *Campo do Tarrafal*, localizado em uma área inóspita do município de mesmo nome, no Arquipélago de Cabo Verde, para onde eram levados os inimigos do regime – e posteriormente também os prisioneiros africanos das guerras anticoloniais travadas contra Portugal. O “Campo da morte lenta”, como era conhecido pelos prisioneiros por razões fáceis de entender, só foi fechado após a Revolução dos Cravos, tendo sido transformado, em dezembro de 2000, em Museu da Resistência.

Algo importante a destacar é o fato de que, em regimes assim, o autoritarismo e o conservadorismo não permeiam apenas a vida institucional, mas são erigidos como valores em si mesmos, sendo reproduzidos também nos âmbitos da vida privada. São, portanto, sociedades marcadas pelo autoritarismo dos homens sobre as mulheres e sobre os seus filhos; dos patrões sobre os empregados; dos professores sobre os alunos; e assim por diante.

No que se refere à relação dos homens com as mulheres, Portugal era um exemplo claro. As mulheres, quando conseguiam trabalhar fora – o que era ditado pelas necessidades econômicas, não por seu desejo pessoal –, ganhavam metade dos salários auferidos pelos homens. Só tinham o direito de votar em casos excepcionalíssimos. Sem a autorização do marido, não podiam tirar passaporte, abrir conta bancária ou mesmo tomar contraceptivos. E, até a década de 1960, se uma mulher tentasse escapar de um marido que a maltratava, podia ter sua “posse” recuperada por ele judicialmente, à força. Quanto ao conservadorismo, até inocentes manifestações públicas de carinho entre namorados eram proibidas – isso mesmo no período em que na Europa e em outras partes do mundo já se iniciara a chamada revolução sexual.

Dissemos acima que o salazarismo era fruto do seu tempo. Mas muitos

chamam a atenção para o fato de que ele sobreviveu a esse tempo, tendo se estendido por três décadas depois da derrota do fascismo italiano e do nazismo alemão na II Guerra Mundial, e da reestruturação capitalista que a seguiu. Nesse sentido, dizem, o salazarismo teria se tornado um regime anacrônico.

De fato, logo após a vitória dos aliados na II Guerra, certamente temendo que seu destino fosse o mesmo dos homólogos italiano e alemão, Salazar chegou a anunciar um relaxamento do regime, convocando, por exemplo, eleições legislativas em 1945. Mas logo mudou de ideia, percebendo que não interessava aos países capitalistas que estavam do lado vencedor da guerra incomodar o seu governo naquele momento. Tanto assim que, na citada eleição, tratou de garantir, pelo uso da violência, que a oposição – reunida no Movimento de Unidade Democrática (MUD), mas sem a participação do Partido Comunista Português (PCP), mantido na ilegalidade – desistisse de participar, deixando o partido salazarista União Nacional como único concorrente.

Para entender essa permanência do regime salazarista, antes de mais nada, é preciso lembrar do papel da derrota na guerra para a derrubada de Hitler e Mussolini. Em Portugal, a suposta “neutralidade” mantida no conflito – que se deu por sobrevivência econômica, ainda que Salazar não escondesse sua admiração pelos regimes fascistas da Alemanha e Itália e tivesse inclusive com eles colaborado, sobretudo comercialmente – garantiu que esse efeito não se produzisse.

Além disso, governos como o de Salazar logo se mostraram bastante funcionais ao capitalismo, em um momento de forte transnacionalização da economia mundial, através da qual parte importante do valor produzido tanto na metrópole portuguesa quanto nas colônias era apropriado pelos países centrais – o que levava o PCP a afirmar que Portugal era um “país colonizador em África e colonizado na Europa”. Ao mesmo tempo, o anticomunismo que lhe era constitutivo resultava bastante útil aos EUA e seus aliados nos tempos da Guerra Fria então inaugurados. Não custa lembrar que Portugal foi um dos 12 membros fundadores da OTAN, em 1949.

Isso ajuda a explicar por que o regime salazarista não foi o único de feição fascista que se manteve após a II Guerra. Na Espanha, a ditadura de Franco só seria superada após sua morte, ocorrida em 1975. Na Grécia, a democracia

tampouco havia se estabilizado após 1945, e o *metaxismo* havia retornado ao poder durante o chamado Regime dos Coronéis, que durou até 1974. Em comum entre os três países citados estava o fato de conformarem uma espécie de periferia do capitalismo europeu, o que reforça a ideia da funcionalidade desses regimes ao sistema.

As reflexões acima nos levam a concluir, portanto, que o fascismo é um regime que pode se instalar quando, em períodos de crise econômica e política, a ele recorrem as classes dominantes. E que sua manutenção mais ou menos longa se deve a três pilares fundamentais: a coerção violenta; o apoio popular obtido por instrumentos de propaganda e censura e apoiado em identidades pretensamente “naturais”, organizadas em torno da família, da “pátria” ou da religião; a funcionalidade que ele possui à manutenção da ordem geopolítica hegemônica. Vistos por esse ângulo, não deveríamos pensar que os regimes fascistas instalados nos anos 1920 e 1930 foram uma espécie de anomalia ou “exceção histórica” – algo que jamais voltaria a se repetir na Contemporaneidade, como muitos quiseram crer.

A ascensão da extrema-direita no mundo a que temos assistido atualmente parece demonstrar o que dissemos acima¹, evidenciando que a ideologia produzida por esses regimes pode a eles sobreviver, e mesmo ficando adormecida por um longo tempo, reaparecer e ganhar musculatura quando tais condições novamente se fazem presentes.

É o que ocorre neste momento também em Portugal, objeto dessas reflexões, com a ascensão do partido Chega. Se é verdade que nem todos os membros daquele partido de extrema-direita reivindicam abertamente o salazarismo – até porque a memória da Revolução dos Cravos é ainda no geral positiva –, seu discurso sempre remete à tese de que todos os problemas de Portugal advêm da democracia construída a partir do 25 de Abril.

Concomitantemente, cresce em Portugal o número de publicações revisionistas, que buscam demonstrar que o período salazarista não era tão negativo

1 No momento em que este texto estava sendo elaborado, a extrema-direita mundial fazia um grande encontro internacional em Madrid, em evento organizado pelo partido espanhol Vox que contou com a participação – presencial ou por vídeo – de personalidades como Marine Le Pen (França), Giorgia Meloni (Itália), Viktor Orban (Hungria) e Javier Milei (Argentina). Portugal também se fez presente, com um inflamado discurso de André Ventura, presidente do partido Chega.

quanto seus adversários o retrataram. E para quem tem dúvidas sobre a eficácia dessa disputa ideológica sobre o passado, basta ver alguns dos comentários publicados em vários dos vídeos que foram produzidos (ou reproduzidos) nas redes sociais por ocasião dos cinquenta anos da Revolução Portuguesa. Neles, lemos que Salazar era um homem honesto e patriota, que naquele tempo se vivia melhor, que hoje em dia todos são corruptos, entre outras coisas de semelhante teor.

É claro que essa disputa está em curso, e, nesse sentido, foram muito importantes as enormes manifestações nas ruas comemorando a data da derrubada do regime salazarista. Falemos, então, sobre essa derrubada, e sobre os militares que a tornaram possível.

Os militares em Portugal

Como sabemos, o regime salazarista foi finalmente derrubado em 25 de abril de 1974. E o foi inicialmente por uma sublevação militar, o que costuma causar certa estranheza aos brasileiros, que estavam nesse momento vivendo um dos piores períodos da Ditadura Militar que fora implantada pelo golpe de 1964. O mesmo ocorria com outros países latino-americanos. Basta lembrar que, no Chile, fazia pouco mais de sete meses que os militares haviam imposto um violento fim ao governo Allende.

Muitos gostam de lembrar que, apesar dos militares portugueses terem sido os responsáveis por colocar Salazar no poder, também foram eles, por um bom tempo – até os anos 1940, quando o PCP e a luta social assumiram esse papel –, que estiveram na linha de frente das principais tentativas de derrubar o regime, em um movimento que ficou conhecido como “revirvalho” ou “reviralhismo”, de caráter democrático e republicano, que contava também com civis, e que fora influenciado pela Guerra Civil na Espanha.

Mas é importante assinalar que esses foram movimentos ocorridos antes das mudanças impostas à mentalidade militar do Ocidente a partir da Guerra Fria e da criação da OTAN. Também no Brasil, como sabemos, houve movimentos progressistas militares anteriores a esse período, com destaque para o tenentismo. E houve lideranças militares comprometidas com a luta pela redemocratização e pelo socialismo, formadas ainda antes das doutrinas pró-EUA

e anticomunistas – como a “doutrina de segurança nacional” – serem parte constituinte da educação militar, impulsionadas, no caso brasileiro, por institutos como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, de que participava ninguém menos que o general Golbery do Couto e Silva, um dos maiores ideólogos do regime militar) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que, por razões óbvias, recebiam financiamento dos EUA e do empresariado.

No caso português, após esse período inicial do *reviralthismo*, pode-se dizer que, durante muito tempo, prevaleceu nas forças armadas portuguesas a lealdade ao regime. Isso não significa que não tenha havido defecções e tentativas de golpes por parte de militares – sobretudo por divergência com relação à política ultramarina de Portugal, a partir dos anos 1960, de que falaremos mais a seguir. Mas estas tentativas haviam sido até então empreendidas por altos oficiais que vinham das fileiras do regime e se alinhavam no geral ao salazarismo, mesmo que estivessem contra Salazar. Um exemplo notório foi o fracassado golpe chefiado pelo então ministro da Defesa Nacional, Júlio Botelho Moniz, em 13 de abril de 1961.

Tal situação seria modificada por dois fatores. O primeiro foi o aumento da impopularidade do regime, depois de décadas, chegando ao seu auge com Marcello Caetano, que assumira o governo com o afastamento por motivos de saúde (1968) e a posterior morte (1970) de Salazar. A mudança no comando do governo havia gerado expectativas de que o regime fosse capaz de se autor-reformar ou de promover alguma forma de democratização pactuada. Essa expectativa logo se frustrou – mostrando ser possível, apesar do caráter bonapartista de que se revestem os regimes fascistas, sua sobrevivência àqueles que lhe emprestaram sua principal face pública –, o que ampliou a insatisfação popular.

Mas o segundo fator foi certamente o mais decisivo, e se relaciona às guerras de libertação nacional travadas nas colônias portuguesas. Para Portugal, era uma guerra em várias frentes, que já se prolongava por mais de dez anos, e que, sobretudo a partir dos anos 1970, ficava cada vez mais claro que o país não poderia vencer, o que contribuía para que os militares se sentissem cada vez menos orgulhosos de nela lutar. Afinal, desde a década de 1960, este tipo de colônia era considerado algo anacrônico, condenado pela comunidade inter-

nacional – na medida em que Inglaterra e França, por exemplo, já tinham encontrado uma forma de manter seus interesses imperialistas nos antigos territórios ultramarinos a partir de soluções políticas que reconheciam a sua independência formal. Essa condenação, que já vinha sendo manifestada por resoluções da ONU, ficou ainda mais evidente quando a Guiné-Bissau teve sua independência, que foi proclamada unilateralmente em setembro de 1973, reconhecida por um vasto número de países à revelia de Portugal.

Internamente, na sociedade portuguesa, também crescia a contestação ao regime colonial português, ainda que poucas informações fidedignas chegassem sobre o que se passava nas guerras na África. Mas o número de portugueses mortos, contados na casa dos 10 mil, e o enorme contingente de feridos e mutilados falavam por si só. Isso sem contar os jovens que se recusavam a ir à guerra, escondendo-se, emigrando ou desertando após serem engajados.

Havia ainda outra maneira como essa guerra impopular impactava a mentalidade militar, resultante do fato de que, em uma situação de conflito bélico, o âmbito do serviço militar se amplia muito. Em Portugal, na época, o serviço militar obrigatório era de quatro anos, dos quais pelo menos dois eram cumpridos no *front*. Muitos dos que serviam nas guerras tinham, portanto, uma formação crítica e/ou eram filhos de trabalhadores do campo e da cidade cansados das políticas de Salazar. Alguns tinham entrado em contato com a literatura de esquerda na sua juventude – casos de Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Gonçalves, personagens destacados do processo revolucionário português. Mas outros o fizeram justamente quando acessaram textos produzidos pelos revolucionários africanos ou por aqueles em quem eles se inspiravam, o que acabou por influenciar parte da oficialidade portuguesa.

Assim, os efeitos das guerras coloniais para a perda de apoio ao salazarismo nas forças armadas portuguesas foram devastadores, sobretudo entre a oficialidade intermediária. Não eram incomuns, na época, os relatos de ações de resistência, protestos e insubordinações nos quartéis.

Mesmo entre o alto oficialato, havia críticas à política ultramarina portuguesa. Isso se evidenciou com a publicação, em fevereiro de 1974, do livro do general António de Spínola, ex-comandante na Guiné-Bissau, chamado

Portugal e o Futuro, em que defendia a necessidade de uma transição política negociada para o velho império colonial. O livro foi um sucesso de vendas, o que incomodou o regime, levando Marcello Caetano a demiti-lo do cargo de vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, junto com o chefe, general Francisco da Costa Gomes, que havia dado o parecer favorável à publicação. O episódio é importante, porque ajuda a explicar a razão pela qual, quando os “capitães de abril” sentiram a necessidade de indicar alguém de alta patente para presidir o país, esses foram os nomes a que recorreram.

Esse é o contexto, portanto, em que se constituirá o Movimento das Forças Armadas (MFA) – não à toa, liderado por muitos dos que tinham servido no além-mar. Sua criação, em 1973, inicialmente como “movimento dos capitães”, deu-se por razões corporativas, ligadas à luta contra decretos que facilitariam o acesso de pessoas que não eram da carreira militar a patentes de oficial. Podemos dizer que ela refletia o clima político daquele momento, no qual crescia em Portugal o número de ações de caráter associativo e reivindicatório, conforme abordaremos adiante.

No processo, no entanto, o MFA foi-se ampliando e radicalizando seus objetivos, uma vez que se convenceu de que as guerras coloniais só terminariam com a derrubada do regime salazarista. Isso se dava, em grande medida, porque tais ideias gradativamente iam-se tornando hegemônicas também na sociedade portuguesa. Não significa, contudo, que não houvesse divergências no movimento sobre como derrubar o governo, sobre os passos a tomar a seguir, ou mesmo sobre o formato posterior que deveriam assumir tanto a democracia a ser instalada quanto o reconhecimento da independência das ex-colônias.

Antes do 25 de Abril, há um fato militar importante ocorrido em março daquele ano, que muitos consideram uma espécie de catalisador do que viria a seguir: a tentativa de golpe em Caldas da Rainha – a “Intentona das Caldas” –, já organizada pelo MFA, da qual participaram cerca de 200 homens. A tentativa foi mal planejada, como assumiu posteriormente o próprio Otelo Saraiva de Carvalho, tendo fracassado e levado à prisão vários dos que dela participaram. Tais prisões teriam aumentado a insatisfação do oficialato. Mas também teriam ensinado uma lição: um golpe dessa natureza só poderia dar certo com muito preparo e organização.

Assim, finalmente, realizou-se a vitoriosa ação do 25 de Abril e o regime salazarista foi derrubado. E o foi, portanto, a partir de um levante militar – de um golpe de Estado, ainda que de caráter progressivo. Mas é preciso cuidado para não extrair daí a conclusão de que todos os que participaram desse levante tinham necessariamente uma consciência antifascista. Além da já citada insatisfação com os rumos da guerra, alguns o fizeram simplesmente por lealdade a seus superiores, que haviam aderido ao movimento; e outros, como confessariam depois, por “força das circunstâncias”. A principal “circunstância”, leia-se, era a iminente derrota das tropas leais ao governo, que fez com que muitos, no próprio dia 25 de abril, passassem para o lado dos revoltosos.

Não seria correto, portanto, imaginar que todos os militares em Portugal eram progressistas. Parece mais adequado, a nosso ver, vê-los como expressão das contradições vividas no seio da própria sociedade portuguesa e como artífices de uma necessidade histórica.

Por essa razão, aliás, seria também um erro imaginar que não houvesse divisões entre os militares que inicialmente apoiaram a derrubada do governo. Tanto assim que as principais ações contrarrevolucionárias posteriores seriam dirigidas por militares. Basta lembrar o papel cumprido pelo próprio general Spínola, envolvido em várias tentativas de golpe (ou autogolpe) para deter a revolução e restituir um governo autoritário sob seu comando – a primeira em julho/74, ao tentar aprovar o reforço dos poderes presidenciais e o adiamento das eleições; a segunda em setembro/74, quando tentou apelar às “maiorias silenciosas” contra o comunismo; e a terceira em março de 1975, que também foi derrotada.

Será também a divisão do MFA que jogará a pá de cal sobre o impulso revolucionário, explicitada com a publicação do “Documento dos Nove”, em agosto de 1975. Não por acaso, esse racha ocorreu no contexto do chamado Verão Quente, em que sem dúvida a luta de classes e a disputa pelos destinos da revolução haviam se acirrado. E ele foi decisivo para o desfecho de 25 de novembro de 1975, no qual, sob o comando do general Ramalho Eanes, a hierarquia dos quartéis foi restabelecida e o MFA acabou por dissolver-se. Eanes, aliás, seria eleito presidente no ano seguinte.

Mas se o 25 de Abril foi um golpe militar, o que nos autorizaria a chamar o que houve naquele país de revolução? Entramos aqui em nosso terceiro tema.

A Revolução em Portugal

O que é afinal uma revolução? O tema é complexo e objeto de muitas controvérsias. De nosso ponto de vista, adotamos a ideia de que uma revolução é a derrubada de um *regime* – não só de um governo, mas de um regime –, que expressa uma determinada correlação de forças, pelas classes subalternas, o que em si já significa uma alteração nessa correlação. E como não se muda nem um regime e nem a correlação de forças da noite para o dia, *uma revolução é sempre um processo, do qual a tomada das instituições é só um momento*. Haveria, portanto, um antes, um durante e um depois da derrubada do regime propriamente dita.

Se isso é verdade, uma revolução pode fracassar antes ou depois do poder ser tomado; assim como pode ser parcialmente vitoriosa, quando nem todos os objetivos propostos inicialmente são atingidos; ou ser vitoriosa durante um tempo, mas não ser capaz de estabilizar um novo regime que cristalize a nova correlação de forças. Visto por esse ângulo, pois, o que define a revolução não é necessariamente seu resultado final, e tampouco a forma como o regime anterior foi derrubado – que no mais das vezes assume feições de “assalto ao palácio”.

Sendo um processo, uma revolução nunca é um raio em céu azul. Em geral, ela se torna possível graças a dois fatores: um enfraquecimento do regime que se quer derrubar, pelo peso de suas contradições e, portanto, das insatisfações que gera; e um acúmulo de forças, que vem da luta, da disputa ideológica e da resistência construídas ao longo do tempo pelas camadas populares e seus representantes.

Esse foi sem dúvida o caso da Revolução Portuguesa, para o qual inclusive se criou uma sigla: o PREC (Processo Revolucionário em Curso). Afinal, a derrubada do regime salazarista verificou-se justamente quando este vinha perdendo sua base de apoio, enfrentava cada vez maiores contradições e divisões internas e se esgotava objetivamente como sistema político e econômico.

Não à toa, além da insatisfação militar já aludida antes, Caetano começava

a enfrentar também fissuras políticas, com destaque para alguns deputados da Assembleia Nacional que faziam parte do grupo de Sá Carneiro e haviam sido eleitos pela própria Ação Nacional Popular, o partido salazarista sucessor do União Nacional. Esse grupo constituiria a chamada “ala liberal” na Assembleia e daria origem depois ao PPD (Partido Popular Democrático), que também teria um papel no processo da revolução.

Essas divisões expressavam as dificuldades vividas pelo governo Caetano na época, quando, em Portugal, já se sentiam os efeitos da nova crise do capitalismo dos anos 1970, agravados pelo peso das despesas da guerra colonial no orçamento nacional. Para enfrentar a crise, o governo lançaria mão mais uma vez de medidas impopulares, como o congelamento de salários e o aumento de impostos indiretos – que sempre penalizam os mais pobres –, em um momento em que a inflação começava a pesar no bolso dos portugueses, já bastante pauperizados pelos anos de atraso econômico.

Nesse contexto, o número de greves cresceu, assim como o número de organizações de caráter sindical, desafiando a repressão do regime, ainda violento. Para muitos, esse ascenso das lutas sindicais explicaria o impressionante ato de Primeiro de Maio ocorrido no Estádio do Alvalade, em Lisboa, dias após a derrubada do regime, onde Álvaro Cunhal e Mário Soares, principais líderes do PCP e do PS (Partido Socialista, fundado em 1973 como sucedâneo da *Ação Socialista Portuguesa*), voltando do exílio, discursaram exigindo que suas organizações, como principais partidos representantes da classe operária, integrassem o núcleo do governo.

Mas não só os trabalhadores haviam intensificado sua luta no período que antecedeu o 25 de Abril. Também os estudantes e o chamado “movimento democrático” – constituído por setores médios urbanos e rurais, artistas e intelectuais – ampliaram suas atividades. Aqui, não é difícil identificar um certo paralelo com o que vivemos no Brasil na segunda metade dos anos 1970 e nos anos 1980, embora no caso brasileiro tenha prevalecido a transição conservadora, “por cima”, e não um processo de feição revolucionária.

Voltando a Portugal, é razoável pensar que, mesmo com essa ascensão das lutas sociais, uma derrubada do regime não teria sido possível sem o concurso dos militares. Aliás, com as divisões internas produzidas nesse segmento pela

insatisfação com a guerra, o próprio PCP, em suas resoluções, já os incluía como atores fundamentais para a revolução democrática e nacional, de caráter anti-fascista, anti-imperialista e antimonopolista, defendida então pelo Partido a partir das bases debatidas no VI Congresso (1965).

No entanto, o que conferiu àquele processo seu caráter revolucionário não foi a tomada do governo em si, mas o fato de que, quase simultaneamente ao golpe militar, o povo saiu às ruas não apenas para apoiar os militares, mas para participar do processo. Os relatos de quem viveu esse momento são impressionantes, e convergem na avaliação de que havia uma incrível energia social aprisionada, represada, que foi *destamponada*, liberada pela derrubada do regime salazarista.

Foi como se a sensação repentina de liberdade abrisse não só a possibilidade, mas a necessidade de que se extirpasse de uma vez os autoritarismos do Estado fascista anteriormente referidos, e que atravessavam todas as relações sociais, das econômicas às familiares. Não há dúvida de que o povo experimentou a sensação de que o poder lhe pertencia: queria mandar nos locais de trabalho, nas escolas, nos hospitais, nas ruas, nos bairros, nas terras. As mulheres queriam mandar nas suas casas, nas suas vidas e no país. Era como se o verso “o povo é quem mais ordena”, entoado por Zeca Afonso na canção que virou símbolo da revolução, ecoasse em todas as consciências.

Estima-se que cerca de três milhões de pessoas estiveram envolvidas em distintas formas de democracia direta em Portugal entre 1974 e 1975, através das quais tomaram decisões e ações que só depois foram institucionalizadas pelo governo. Essa é outra característica das revoluções: a conscientização e politização de contingentes populacionais que, até então, pouco se envolviam em assuntos públicos. E que, na medida em que conquistam suas demandas, mais se sentem dotados de poder e mais reivindicam. O resultado, no caso português, foram transformações profundas, concretas, estruturais.

Apesar dessas conquistas, a Revolução Portuguesa, como todas as revoluções, não foi um mar de rosas – ou de cravos, neste caso.

Para começar, ela não tardou a enfrentar as forças contrarrevolucionárias, seja nas tentativas de golpes “spinolistas” citadas acima, seja quando do incremento das invasões, depredações e ataques a bomba dirigidos às sedes

das organizações de esquerda, especialmente o PCP, que se intensificaram no também já referido Verão Quente de 1975.

A atuação dessas forças contrarrevolucionárias era facilitada pela própria divisão interna do movimento revolucionário, que, aliás, foi uma característica sempre presente no processo. A unidade do 25 de Abril foi forjada em torno do objetivo de derrotar o regime fascista. Mas a partir daí havia uma disputa sobre os rumos a seguir. E parte importante desse rumo foi tomado empurrado pela força do povo nas ruas.

Podemos dizer que, nesse processo, havia uma espécie de “descasamento” entre os poderes e suas representações. Os sucessivos governos provisórios eram sustentados principalmente pelo MFA, que tinha sido, afinal, quem os instituía. Eram governos apoiados pelo PCP, o partido de maior presença nas organizações populares – o que não significava que o partido tivesse controle sobre todas as manifestações e ações então realizadas, das quais participavam grupos de todo o espectro da esquerda portuguesa, isso quando elas não tinham um caráter espontaneísta. Por sua vez, essa força social do PCP tampouco havia se expressado como força eleitoral na Assembleia Constituinte eleita em 25 de abril de 1975, na qual o PS obteve 37,87% dos votos; o PPD (da “ala liberal” de Sá Carneiro, hoje PSD), 26,38%; e o PCP, apenas 12,53%; Também obtiveram representação o CDS (Centro Democrático Social, de direita); o MDP (Movimento Democrático Português, de esquerda); a UDP (União Democrática Popular, da esquerda maoísta); e a ADIM (Associação para Defesa dos Interesses de Macau, de direita) – esses dois últimos com um representante eleito cada.

Esse “descolamento” não é de todo estranho aos processos revolucionários. Afinal, quem participa diretamente desses processos, mesmo quando se contam na casa dos milhões, são os setores mais organizados, mais politizados e conscientes das classes trabalhadoras. Na democracia liberal, no entanto, votam também aqueles que, vítimas da ideologia – aqui entendida como *falsa consciência* – e do atraso que lhes são impostos, o fazem muitas vezes contra seus próprios interesses.

No caso português, a situação se complicaria ainda mais com o aumento das divergências e disputas entre o PCP e o PS – cujo rompimento com o

governo, em julho de 1975, pode ser considerado um fator decisivo para os rumos da revolução. Essa cisão, que provocará divisões e confusão no interior da classe trabalhadora e dos setores médios, será atravessada pelos interesses da burguesia portuguesa e internacional, assim como pelos interesses estratégicos dos EUA e seus aliados ocidentais, que temiam evidentemente a radicalização da revolução e a instauração do socialismo no país.

Os EUA, aliás, tratarão de deixar isso claro através de seu embaixador Frank Carlucci, que seria, depois, diretor da CIA no governo Reagan: caso o processo se radicalizasse, Portugal não só sofreria retaliações econômicas, como não se descartava uma intervenção militar. Afinal, como já dissemos, Portugal era membro da OTAN. E os famosos exercícios militares feitos em fevereiro de 1975 pelo porta-aviões *USS Saratoga* no Rio Tejo, nas proximidades do Palácio de Belém, foram lidos como uma demonstração da seriedade da ameaça.

Portugal vivia naqueles dias o que muitos compararam à situação russa entre a Revolução de Fevereiro e a de Outubro. Mas apesar da radicalidade do processo, nem o PCP – embora tivesse desde o início sido acusado disso – defendia sua conversão em uma *revolução socialista*. Os argumentos para isso se relacionavam às razões acima colocadas, que levavam à conclusão de que Portugal entraria em uma guerra civil se o processo se acirrasse.

Evidentemente, não é possível saber com certeza o que teria ocorrido se uma ruptura mais radical tivesse sido tentada, apoiada na existência de um “poder popular”, como defendiam grupos mais à esquerda do PCP. Mas é preciso ter em conta a dificuldade de se tentar algo assim, em uma situação em que, diferentemente dos *soviets* na Rússia em 1917, esse poder popular não se encontrava suficientemente organizado para assumir o poder; em que muitos no MFA, que era quem garantia objetivamente o poder do governo provisório, tampouco apoiavam a ideia; e em que Portugal se encontrava isolado politicamente na Europa Ocidental, cercado pela ditadura franquista na fronteira com a Espanha. Além disso, não era difícil convencer o povo português, naquelas circunstâncias, de que qualquer ruptura representava uma tentativa de estabelecer uma nova ditadura.

Eis outro tema, aliás, que mereceria uma reflexão mais aprofundada por parte dos que defendem a luta pelo socialismo: o da tensão entre os compro-

missos democráticos e a ideia de “ruptura” com a ordem vigente. Um dos grandes problemas atuais da chamada esquerda democrática tem sido o de se apresentar como defensora da ordem política estabelecida e do “sistema” – isso em um momento em que esse sistema e essa ordem não são satisfatórios para a maior parte das sociedades no mundo. O resultado é permitir que a direita se aproprie da bandeira das grandes transformações, e com isso ganhe corações e mentes para seus nocivos projetos.

Pode-se dizer, assim, que a Revolução Portuguesa não foi capaz de estabilizar a nova correlação de forças emergida do PREC. Se isso é verdade, por outro lado tampouco a contrarrevolução triunfou totalmente. A promulgação da nova Constituição em 2 de abril de 1976 – com um texto bastante avançado, que consagrou liberdades, direitos e garantias democráticas fundamentais, e que em seu preâmbulo estabeleceu a transformação de Portugal em uma “sociedade sem classes”, que teria “por objetivo assegurar a transição para o socialismo”, mediante “o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras” – é uma demonstração disso.

É certo que, ao longo das décadas, e principalmente após o desmonte neoliberal, muitas das conquistas obtidas na Revolução Portuguesa foram perdidas. Mas muitas se mantiveram até hoje, o que deve ser comemorado. O fato é que Portugal só conseguiu respirar efetivamente ares democráticos após a Revolução dos Cravos. E entre todas as lições do processo para nossos dias, está a inescapável de que não se derrota o fascismo sem muita luta. Viva o 25 de Abril!

Nota do editor: A íntegra da participação do autor no seminário pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=ljeBeaX-AjI>

Romper com a direita para retomar o projeto e os valores de Abril

Bruno Dias

Membro do Comitê Central do Partido Comunista Português

Antes de mais, o nosso agradecimento pelo convite que nos foi dirigido pela Fundação Perseu Abramo, e a nossa saudação pela iniciativa realizada nestes 50 anos da Revolução Portuguesa. Não apenas por celebrar a Revolução de Abril, mas também por criar a oportunidade de nos encontrarmos (ou aqui, presencialmente, ou participando por ligação à distância) para esta partilha de reflexão e aprendizagem – também com alguma abordagem e análise, da experiência histórica da Revolução Portuguesa, mas também da situação atual e das tarefas que temos pela frente olhando para o futuro.

Valorizamos as várias intervenções e participações nas várias mesas ao longo deste Seminário, e importa sempre lembrar o que foi também sendo dito em várias ocasiões: não há propriamente um modelo de experiência histórica, nem pode haver. Caetano Veloso diz-nos numa das suas canções que “de perto, ninguém é normal”; e se nós olharmos no concreto para a realidade das revoluções, não haverá também um modelo único. Temos pontos comuns na experiência dos nossos países e povos, e certamente que a Revolução Portuguesa teve as suas idiossincrasias.

Num ponto prévio, gostaria apenas de dar um contributo para a reflexão que aqui tem sido feita sobre o processo revolucionário e a ideia de os trabalha-

dores, o povo, a juventude aderirem massivamente ao levantamento militar, e daí para frente ter havido (em simultâneo, enriquecendo esse processo) um levantamento popular – concretizando assim a ideia de Insurreição Popular Armada, apontada pelo VI Congresso do PCP em 1965.

Creio que é importante relembrar e sublinhar que os trabalhadores, o povo, a juventude não só “aderiram”, não só se “tornaram” protagonistas do processo revolucionário: foram protagonistas do derrubamento do fascismo já antes do dia 25 e da eclosão do levantamento militar.

Foi já dito aqui hoje [11 de maio de 2024] que só se derruba uma ditadura com muita luta. O que nós tivemos foram dezenas de anos de lutas heroicas em Portugal. As crises académicas, particularmente em 1962 e 1969 (nas universidades, havendo também as lutas no ensino secundário). O Primeiro de Maio, com particular destaque para o de 1962, com milhares e milhares de trabalhadores nas ruas, em greves e manifestações, em Almada, no Barreiro, no Couço, no Porto, no tempo em que a greve era crime. A luta gloriosa com a conquista da jornada de oito horas pelos operários agrícolas nos campos do Alentejo e Ribatejo, também em 1962. As lutas operárias no sector industrial, do têxtil ao metalúrgico, ou ainda nos transportes. A criação da Intersindical em 1970, precursora da grande central sindical de classe, a CGTP-IN. O Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, em 1973 (que contou, aliás, com militares que tinham vindo da guerra e estavam empenhados nessa luta).

São apenas alguns exemplos de uma resistência muito dura e muito longa, que foi decisiva para a Revolução. Há esse protagonista incontornável, o MFA e as Forças Armadas portuguesas; e há esse protagonista incontornável que é o Povo, a classe trabalhadora.

Temos falado do 25 de Abril como uma revolução inacabada, mas que não ficou no ponto em que estava quando se “deixou por acabar”. Ou seja, foi inacabada, mas desde então até hoje não ficou igual: houve retrocessos muito graves, com uma contrarrevolução e com a política de direita ao longo destas décadas – sabendo-se também que essa contrarrevolução foi, ela própria, uma contrarrevolução inacabada. Que tem o seu projeto, que tem os seus protagonistas (alguns continuam a ser os mesmos, outros vão sendo cooptados).

A história desse processo é a história de uma expressão da luta de classes, de

uma luta política em que tem estado em causa, desde logo a defesa da Constituição, que permanece como um projeto de futuro, um projeto para o Portugal de Abril, de democracia nas suas múltiplas vertentes, política, econômica, social, cultural, num quadro de independência e de soberania, apesar de ter sido mutilada em sucessivos processos de revisão.

A questão das convergências e das divergências – quer no processo revolucionário quer na vida e na luta até hoje e no que temos pela frente – é naturalmente um tema de debate político. Já aqui se falou da acusação caluniosa que desde aquela época foi dirigida ao PCP, de supostamente ter a intenção de instituir uma ditadura em Portugal. Essa calúnia foi atirada (por Mário Soares) num debate televisivo, e teve do meu camarada Álvaro Cunhal uma resposta muito curta e clara. A frase “olhe que não” ficou célebre, e ainda hoje todos se lembram dela.

Mas houve uma outra frase, que foi dita pelo meu camarada, e que já não é assim tão lembrada, mas que tinha um significado importante. Esclarecia o que pretendiam os comunistas portugueses: “o que nós queremos é fazer a democracia com democratas, a revolução com revolucionários, o socialismo com socialistas”. Desde os tempos da resistência à ditadura, o PCP defendia a unidade antifascista, e no processo revolucionário defendia a unidade, a convergência das forças democráticas. A própria Aliança Povo-MFA era um elemento fundamental nesse quadro.

Convergência para seguir um rumo. E o combate contra a política de direita assume aqui um aspeto que separou as águas. O apelo à convergência no campo democrático era desde logo um apelo lançado pelo PCP que não era normalmente correspondido pelo Partido Socialista. Isso aconteceu em 1975, aconteceu ao longo dos tempos – com particular destaque para 1979, quando acabou por ficar em funções o governo do PS com o CDS, então o partido mais à direita na AR e que havia votado contra a Constituição; ou ainda para 1987, quando havia uma maioria de partidos na AR que permitiria uma convergência se fosse essa a opção.

Em 2015, “por força das circunstâncias” (e as circunstâncias eram outras), criou-se condições para combater e derrotar a direita, necessidade que estava colocada perante a ofensiva brutal com a intervenção do FMI, da Comissão

Europeia e do Banco Central Europeu, no que designamos por Pacto de Agressão e que ficou conhecido por “a troica” – a qual, de resto, foi trazida para Portugal pelo Governo PS em 2011 e prosseguida com o PSD/CDS (pelo primeiro-ministro Passos Coelho que tanto se vangloriava de “ir para além da troica”). Essa ofensiva foi derrotada quando, na sequência das eleições de 2015, a direita ficou em minoria e a luta dos trabalhadores exigia uma mudança.

O meu camarada Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP, afirmou então: “o PS só não será governo se não quiser”. Mas também deixou claro que, sobre as convergências, “o problema não é com quem – é para fazer o quê”. Quando entramos na discussão política das opções concretas, da governação e da aprovação de leis, das medidas para responder aos problemas do país, temos este ponto de partida: não se combate a direita com políticas de direita. E podemos acrescentar: não se combate a extrema-direita com políticas de direita.

Mais tarde, houve condições do Partido Socialista para “sacudir a pressão”, e retirar aquilo que um deputado do PS olhando para nós no Plenário da AR, chamou de “empecilhos”, como um obstáculo para fazer a política que verdadeiramente pretendiam, a partir da diferente correlação de forças que passou a existir.

Ora esta questão leva-nos a retomar um tema que já tem sido abordado aqui: o carácter necessariamente antimonopolista, anti-imperialista, que teria de ter a Revolução Democrática e Nacional, conforme era defendido pelo PCP desde o VI Congresso. Uma revolução onde o que está em causa são as liberdades individuais, e onde não se trata desses “assuntos mais aborrecidos” como os monopólios ou o latifúndio ou o imperialismo, faz-nos lembrar o que diz a canção de Sérgio Godinho: *só há liberdade a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde, educação – só há liberdade a sério quando houver liberdade de mudar e decidir, quando pertencer ao povo o que o povo produzir.*

Quando se fala em liberdade, raramente se fala dos contratos de trabalho e das leis laborais, ou das leis da habitação. Quando se opta, mais do que nunca, por transformar o direito à habitação num negócio milionário para alguns, está a pôr-se em causa também a liberdade; quando se coloca na política económica, monetária, a subordinação do país a um projeto de dominação supranacional,

então está a ser posta em causa a nossa liberdade enquanto povo, a liberdade do país decidir o seu rumo.

Tal como nos anos do processo revolucionário, também hoje a questão do posicionamento de Portugal no contexto internacional e desde logo da Europa (lembrando aqui o que parece óbvio, mas sempre é importante lembrar: que a União Europeia não é a Europa). Nas Américas, a ALCA foi derrotada – mas nós temos a ALCA na Europa. Temos um projeto de dominação, um projeto de integração capitalista europeu que está a ser um fator de ofensiva do imperialismo, de subordinação e condicionamento, visando anular e eliminar aspetos fundamentais do Portugal de Abril. É aquela frase que tantas (demasiadas) vezes já ouvimos: “isto é mesmo assim, são regras *da Europa*”.

Há então questões concretas que se colocam hoje, relativamente às opções políticas que temos pela frente, que evidenciam a necessidade de uma convergência – mas em que o problema, mais uma vez, não é “com quem”: é “para fazer o quê”.

O PCP sempre tem chamado a atenção para a necessidade de uma ruptura com a política de direita, para se retomar o projeto e os valores de Abril. Não se trata de voltar a um filme que está em pausa para retomar a gravação, trata-se de um rumo que é preciso retomar. Isto significa coisas concretas, significa a legislação laboral, a política de habitação, o combate aos monopólios, a política agrícola.

Estava tudo na Constituição? Muitas destas coisas ainda estão! Dos princípios fundamentais da organização económico-social (artigo 80º da CRP), o primeiro princípio é o da Subordinação do poder económico ao poder político democrático.

Tudo isto não pode ser apenas uma ideia sem tradução concreta. E levanta a necessidade de inverter o rumo de destruição ao longo destas décadas das conquistas de Abril com sucessivos governos, incluindo com a decisão de 12 anos após a Revolução de Abril, em 1986, colocar Portugal na então CEE, hoje União Europeia.

É cada vez mais evidente a necessidade de defender firmemente os interesses portugueses, designadamente nas instituições europeias, combatendo decisões que os prejudiquem; minimizar com medidas concretas os condicionamentos e consequências negativas da integração; lutar contra as imposições

supranacionais e as limitações à democracia e à vontade dos povos; reclamar e utilizar a favor do progresso de Portugal e do bem-estar dos portugueses todos os meios, recursos e possibilidades; agir especificamente e em articulação com os trabalhadores e os povos de outros países para romper com o processo de integração capitalista europeu e promover uma Europa de paz e cooperação baseada em Estados livres, soberanos e iguais em direitos; lutar por um desenvolvimento soberano de acordo com os interesses nacionais dos trabalhadores e do povo, cuja concretização deve prevalecer face a condicionamentos ou constrangimentos, assumindo as exigências, caminhos e opções que a situação coloque como necessários.

Esta ideia, que está no Programa do PCP, aponta caminhos e opções que se evidenciam como necessários, em função do contexto concreto. E esta questão central de uma relação entre Estados livres, soberanos e iguais em direitos, já estava plasmada no Programa do Movimento das Forças Armadas em 1974. E pode desdobrar-se em várias questões, desde a destruição do colonialismo quer na relação de Portugal com outros estados e entidades em outras “frentes”, até à questão da OTAN já aqui falada. No fundo, o aspeto fulcral que tinha sido apontado, de ultrapassar a situação de Portugal como, simultaneamente, país colonizador e colonizado.

Ficou claro ao longo desta iniciativa que o 25 de Abril não é a história de um dia, nem a história “daquele” dia e dos que se lhe seguiram.

Sendo este Partido, o PCP, o partido que assumiu desde o início uma posição contra a guerra, e que foi insultado de “traidor à pátria” e outras coisas mais, hoje assume com a mesma coragem uma posição contra a guerra, de defesa da Paz, contra o militarismo, contra a promoção da corrida aos armamentos e de confrontação bélica que hoje acontece, talvez até com mais crueza no território da Europa, também nessa matéria colocam-se “novos desafios” (que alguns talvez não esperassem ter de enfrentar tão rápido quanto isso) que hoje estão a provocar problemas e ameaças ao campo democrático. É também por essa via, pelo menos no contexto português e de outros países, que surge a retórica do belicismo, do elogio da guerra, até da “guerra infinita”, agora apropriada por alguns que noutros tempos (de George W. Bush, por exemplo) combatiam essas mesmas posições e essas mesmas doutrinas.

Coloca-se hoje uma exigência e uma tarefa que está mais atual do que nunca: a luta antifascista, a luta contra a extrema-direita – que terá necessariamente de ser feita através da ruptura com as políticas de direita. É um tema que marcou muito o processo revolucionário, mas que também marca muito o presente e o futuro. A luta contra a política de direita, e principalmente a apresentação de uma alternativa.

Em Portugal, o PCP tem vindo a propor e a apresentar a Política Patriótica e de Esquerda, em que estas vertentes são indissociáveis de um projeto alternativo à política de direita que tem sido praticado por sucessivos governos. Governos do PSD, ou do PS, ou do PS com o CDS, ou do PSD com o CDS, ou do PS com o PSD.

O que se coloca, ao fim e ao cabo, tem a ver com a constatação da necessidade, não apenas de levantar uma bandeira de esperança, mas afirmando a possibilidade de que a vida pode ser diferente, de que os povos podem construir o seu rumo e o seu futuro, escapar a essas “inevitabilidades” que nos querem impor. Talvez seja esse um dos legados de Abril: é o projeto, são os valores – mas é também a prova. A prova de que é possível e vale a pena lutar para construir essa mudança.

Essa transformação tem sempre de ter uma vanguarda. Quem nunca desista dela, quem lance e prossiga essa caminhada. Mas quando essa luta está enraizada na população, na classe trabalhadora, na juventude, a transformação pode ser alcançada e construída. Cada um fazendo a sua parte, sem um guião detalhado, mas com opções claras, e falando verdade.

Pode parecer inalcançável para uns, ou um escândalo para outros, mas essa transformação da sociedade, esse caminho de libertação da humanidade para um futuro melhor há de estar ao nosso alcance. É possível e vale a pena lutar. Viva o 25 de Abril!

Nota do editor: A íntegra da participação do autor no seminário pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=lk1b8Q6U4Fw>

O nascimento e a explicação da distinção constitucional entre direitos, liberdades e garantias e direitos econômicos, sociais e culturais – processo constituinte português

Isabel Moreira

Deputada à Assembleia da República pelo Partido Socialista, mestre em Direito Constitucional, advogada.

I. Antecedentes

A doutrina não é sempre o único dado esclarecedor dos fatos; há também que recordar quem neles esteve, isto é, as contribuições documentadas relativas aos processos constituintes, originário e supervenientes. Esses contributos começam pelo grito primeiro do texto constitucional, pelo que se valem o que valem, em termos de relevância do elemento histórico de interpretação, falam por si – por vezes de forma definitiva – no que toca à compreensão de um ou outro elemento que se aborde.

Temos de ter em conta os projetos de Constituição então apresentados,

os trabalhos preparatórios da Constituição que, como é sabido, tiveram lugar entre 2 de junho de 1975 e 2 de abril de 1976 e os trabalhos constituintes das revisões constitucionais que assumam relevância. Com isto, não se pretende ocultar o *contexto* de tais trabalhos nem o conjunto de direitos que se podem encontrar em textos como as 35 leis constitucionais aprovadas sucessivamente pela Junta de Salvação Nacional, pelo Conselho de Estado e, finalmente, pelo Conselho da Revolução, que só em 1982 viria a ser extinto. O contexto é ainda fundamental uma vez que não se pode ignorar que a Constituição foi elaborada ao longo do designado processo revolucionário em curso, desencadeado após o 25 de Abril. Por isso, e até para uma interpretação retroativa, mas objetiva, é preciso sublinhar o ambiente em que se realizaram as eleições para a Assembleia Constituinte. Em segundo lugar, devem ser tomadas em consideração as circunstâncias materiais e psicológicas em que se elaborou a Constituição e os fatos – consumados – perante os quais a Assembleia Constituinte, sucessivamente, se viu colocada.

Começando pelo *contexto* do processo constituinte, *é conhecida a imposição, por parte do poder político-militar, da primeira Plataforma de Acordo Constitucional, assinada entre o MFA e os principais partidos. Este documento é de análise fundamental, pois o mesmo marca os trabalhos constituintes até dezembro de 1975. O Conselho da Revolução não foi deixado à margem deste processo. Pelo contrário: competia-lhe, por exemplo, apreciar e sancionar os diplomas legislativos da Assembleia ou do Governo sobre exercício de liberdades e direitos fundamentais, bem como legislar sobre matérias de interesse nacional de resolução urgente, quando a Assembleia ou o Governo não o pudessem fazer e, mais impressionante, competia-lhe o poder de iniciativa no tocante às alterações à Constituição. É muitas vezes citado o texto relativo aos “Pontos programáticos a incluir na Constituição”: “Além das disposições que constituem a base deste acordo, a Constituição deverá consagrar os princípios do Programa do Movimento das Forças Armadas, as conquistas legitimamente obtidas ao longo do processo, bem como os desenvolvimentos do Programa impostos pela dinâmica revolucionária que, aberta e irreversivelmente, empenhou o País na via original para um socialismo português”. A Lei n.º 11/75, de 9 de novembro, no seu artigo 1º, n.º 1, proibia aos órgãos de comunicação social a divulgação de relatos ou notí-*

cias de quaisquer acontecimentos ocorridos em unidades ou estabelecimentos militares ou que se reportassem a tomadas de posição, individuais ou coletivas, de militares, bem como, no n.º 2, a divulgação de quaisquer comunicados, moções ou documentos de idêntica natureza relativos aos acontecimentos ou tomadas de posição referidas no n.º 1, salvo se provenientes de entidades que a lei enumerava. As sanções seriam aplicadas pelo Conselho da Revolução. Esta lei que repõe um dos instrumentos do regime que se queria ultrapassar – a censura – *não teve vida longa, revogada que foi, no final de setembro de 1975, pelo Conselho da Revolução, porventura sensibilizado pela distância de tal instituto do sentimento nacional.*

Foi entre março e novembro de 1975 que se aprovou os preceitos constitucionais relativos aos direitos fundamentais. Reconheceu-se o valor primordial da dignidade da pessoa humana, mas com a “contrapartida” ilegítima da sobrevivência de “anomalias” do sistema (aos olhos de hoje), como a Lei n.º 8/75 e o Conselho de Revolução, o qual tutelou a democracia representativa até 1982. Outro elemento que se retira do espírito não só da revolução, como também dos textos mais relevantes anteriores à Constituição, é a ideia de solidariedade.

Importa reter, da análise dos projetos de Constituição apresentados por cada um dos partidos políticos com assento na Assembleia Constituinte, desde logo, para o que nos ocupa, o *consenso existente em torno da necessidade de constitucionalizar direitos sociais* – não se seguindo, assim, exemplos de Direito comparado como o alemão, embora, como se verá mais à frente, o *significado* atribuído a tais estruturas normativas não tenha sido também ele consensual. Por outro lado, interessa compreender que aquela constitucionalização assentava – exceto nos projetos do MDP/CDE, do PCP e da UDP – na dicotomia que se manteve até hoje entre direitos, liberdades e garantias e direitos sociais, preconizada pelo PS. Fundamental é também recordar a rejeição da precedência da organização económica sobre os direitos – de significado ideológico intuitivo –, bem como da sujeição dos direitos a conceitos de carácter revolucionário e autoritários, cara ao MDP/CDE, ao PCP e à UDP. Por outro lado, por maior contributo do PPD, se estruturou o núcleo duro dos princípios essenciais ao sistema de direitos fundamentais, e não apenas de direitos, liberdades

e garantias (dignidade da pessoa humana, liberdade, igualdade, solidariedade, Estado de direito e democracia política), não deixou de ser rejeitada a consagração de um direito ao livre desenvolvimento da personalidade (preconizada pelo CDS) – hoje constitucionalizado – que merecerá atenção particular, e à inviolabilidade da pessoa humana proposta pelo PPD.

Já sabemos que a aprovação dos preceitos relativos aos direitos, liberdades e garantias ocorreu dentro do difícil período que foi o Verão de 1975. Depois de aprovada a sistematização da Constituição, do estudo já feito pela Doutrina e daquele que se debruça diretamente sobre os trabalhos das diversas Comissões, verificamos que os artigos propostos pelas Comissões, relevando aqui os relativos aos direitos, liberdades e garantias e os respeitantes a direitos e deveres econômicos, sociais e culturais, não foram posteriormente alterados o que, aliado à velocidade com que se concluiu o trabalho das comissões em causa, só pode ser entendido como tendo havido uma pressão oriunda da necessidade de consenso e como sinal de que a *decisão constituinte* foi, de fato, das Comissões, e não do Plenário. O papel apagado, neste ponto, do Plenário, não terá sido alheio ao contexto político.

A sistematização das matérias é um ponto fundamental para se compreender o legado vencedor em 1975 que até hoje marca o texto fundamental. É que a sistematização fala por si, por exemplo, quanto à primazia da pessoa sobre o Estado e vice-versa ou quanto à primazia da organização do poder político sobre a organização econômica, aspectos que, naturalmente, fazem parte do significado dos direitos fundamentais da Constituição de 1976. Ora, quanto a estes aspetos, a bem de uma visão personalista, a decisão constituinte sobre a sistematização da Constituição consubstanciou a rejeição da concepção marxista dos direitos fundamentais protagonizadas pelo PCP e pelo MDP/CDE, traduzida, por exemplo, na defesa da precedência da organização econômica sobre os direitos fundamentais. Saiu vitoriosa a concessão segundo a qual é o Estado e a organização política e econômica a ele subjacente que existe ao serviço da pessoa humana e não esta ao serviço de tais “estruturas”. Desta maneira, apesar de ter sido rejeitada a consagração da expressão “Estado de Direito”, optou-se por uma ordem sequencial de matérias que aponta para a sua construção.

No que toca à divisão dos *direitos fundamentais*, as atas dos trabalhos cons-

tituintes dão-nos conta que se deveu ao PS, e aos seus representantes na Comissão de sistematização, o desenho bipolar dos direitos fundamentais, isto é, uma delimitação sistemática entre direitos, liberdades e garantias e direitos económicos, sociais e culturais.

O que se deva entender por *direitos sociais* não foi uma questão pacífica entre os partidos políticos. Adquirida a sistematização referida, o consenso entre PS, PPD e CDS relativamente aos direitos de liberdade não se repetiu nos direitos sociais. O PS esteve mais próximo do PCP e deveu-se ao PSD o protagonismo na chamada de atenção para aspetos relacionados como o divórcio entre o texto e o contexto, o combate ao articulado proposto, a denúncia e rejeição da filosofia marxista, no seu entender subjacente a alguns dos artigos daquele isto em nome de uma concessão dos direitos sociais segundo a qual estes são a expressão de um pressuposto e de um princípio de solidariedade social. Já para o PCP não havia base possível para esta concessão – que soma a sociedade ao Estado, no que toca aos direitos sociais –, antes considerando desde logo que os direitos sociais são recentes e “direitos de classe. O PS considerava que os direitos sociais eram direitos do povo e dos trabalhadores.

Venceu, assim, um catálogo de direitos sociais de extensão generosa. Esta extensão generosa, amparada pelo artigo 50º e pela organização económica de cariz marxista constitucionalmente consagrada, é também uma *intenção* de efetivação.

É curioso verificar que a *divisão sistemática entre direitos de liberdade e direitos sociais*, opção que se mantém até hoje plasmada na CRP, não foi, desde o início, um ponto pacífico. Não é possível deixar de transcrever as palavras do deputado Jorge Miranda que tão bem expressam uma ideia de unidade e de continuidade entre as várias categorias de direitos fundamentais. Conforme afirmou, “a pessoa (ou a liberdade) não se esgota no usufruir dos direitos consagrados pelas revoluções liberais. Temos todo o apreço por esses direitos, e não transigimos na sua defesa, mas entendemos que a liberdade – para ser a de todos e não apenas a de alguns, e para traduzir a dimensão comunitária do homem – exige direitos sociais, económicos e culturais (...). A liberdade (...) é também a liberdade – libertação da miséria, da insegurança e da necessidade. A nossa visão desta parte do texto constitucional não pode, portanto, deixar de

ser profundamente unitária e global”.

Durante o debate, é certo, esta ideia foi abandonada e contestada ao ponto de, analisadas as intervenções mais importantes dos deputados do PSD, podermos afirmar que acabou por vingar, no seio do Partido, uma visão favorável à separação das duas categorias de direitos, mas é impressionante, tendo em conta o contexto ideológico que favorece a separação entre categorias de direitos, desde logo na medida em que uma visão mais à direita teme, naturalmente, invasões semântico-ideológicas sobre liberdades básicas, tão cedo Jorge Miranda tenha protagonizado uma visão unitária dos direitos fundamentais.

Retenha-se, para mais tarde analisar o entendimento que se tem por mais correto acerca da separação das duas categorias de direitos, o entendimento constante, contra essa separação, por parte do PCP e do MDP/CDE. Interessa-nos sobretudo verificar que se entendia que a divisão em causa tem por base a ideia de os direitos de liberdade serem meras defesas contra o Estado e os direitos sociais serem programáticos (PCP). Repare-se em como se defende uma visão individualista e liberal dos direitos de liberdade, o que, em 1975, *não é uma tese favorável* ou amiga desses mesmos direitos. Pelo contrário, defender que os direitos, liberdades e garantias são meras defesas contra o Estado é, mesmo na data do processo constituinte, um retrocesso dogmático. Ainda contra a separação sistemática que acabou por se impor, considerava-se que a mesma pretendia uma subalternização dos direitos sociais relativamente aos direitos de liberdade, que se tinha por incorreta (MDP).

Em suma, no que toca ao critério subjacente à divisão sistemática entre direitos, liberdades e garantias e direitos económicos, sociais e culturais da CRP, podemos recorrer à Doutrina para recordar – que é sempre olhar do presente para o passado, daí a insistência em recorrer aos trabalhos constituintes.

Nota do editor: A íntegra da participação da autora no seminário pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=WENfyvMaKwU>

O legado de Abril

Joana Mortágua

Deputada do Bloco de Esquerda na Assembleia da República

// Onde é que tu estavas no 25 de Abril?” É a pergunta mais repetida dos últimos 40 anos e a minha geração é a primeira que não tem uma resposta para ela. Não sei onde estava no 25 de Abril. Melhor dito, sei que não estive no 25 de Abril. Não vivi o Período Revolucionário em Curso nem votei para a Assembleia Constituinte. Não fui enchente em São Bento para garantir que, mesmo com a Constituinte reunida no Palácio, a Constituição só podia ser do povo. Assim, a minha geração já é um legado do 25 de Abril. Uma geração que se considera herdeira do 25 de Abril e que tenta perceber o que há de fazer com ele.

Toda a gente tem uma história sobre o 25 de Abril que é sua para recordar com emoção. Eu não. Para mim, a Revolução é história por fazer. Não há saudosismo na relação entre as novas gerações da esquerda portuguesa e o 25 de Abril, mas há muita esperança de que os seus valores e ideais sejam as nossas ferramentas para construir o futuro.

A história da Esquerda em Portugal é a história da tensão durante o período revolucionário entre o Partido Comunista Português, o Partido Socialista e as forças diversas que iriam convergir no Bloco de Esquerda. Essa tensão atravessa as décadas desde o período revolucionário até agora, dando mesmo origem à Geringonça. Ainda assim, ultrapassa-se isso e reconhece-se que não há Esquerda sem essa expressão histórica de embate.

Todos os dias convocamos para as lutas presentes as conquistas do passado sabendo que foram elas que nos deram o direito à saúde e à educação, à liberdade e à democracia. Todos os dias a nossa luta é por preservar a melhor herança que uma geração pode receber. Cinquenta anos depois, voltamos a cantar a *Grândola* como hino de revolta, sinal de que nos afastamos demasiado desse sonho coletivo e de que está na altura de encontrar a tal semente que esqueceram nalgum canto de jardim.

Em 1974, Portugal era um país por décadas de miséria, analfabetismo e violência de Estado, onde os direitos elementares eram miragens para as classes populares.

A Guerra Colonial oferecia havia demasiado tempo os nossos jovens à morte por uma causa injusta e condenada. A guerra pela manutenção das colônias africanas era simultaneamente uma causa de isolamento internacional do regime e de crescente contestação interna. A revolta contra a guerra foi uma das derradeiras razões para o fim do regime.

O golpe militar que na noite de 24 para 25 de abril mudou tudo está bem explicado e documentado. No recém-ocupado Rádio Clube Português pôs-se a tocar a *Grândola, Vila Morena* e lançou-se o sinal que os capitães esperavam para avançar. Numa noite em que não soaram tiros, a ditadura caiu.

“*Sei que estás em festa, pá*” permanece como uma das mais bonitas declarações de amizade entre povos que partilham a sede de alegria. Quando Chico Buarque a fez, nós tínhamos acabado de começar uma festa que arrancaria o país da tristeza coletiva de uma ditadura violenta e assassina.

A Esquerda reclama o 25 de Abril como uma Revolução, mas há cada vez mais um aprofundamento do revisionismo histórico que o quer classificar como um golpe. Apenas um golpe e não um grito do povo contra o fascismo que ganhou consciência que a ditadura terrorista era também a ditadura do capital.

Dizia Brecht que “nos países democráticos não é revelado o caráter de violência que a economia tem e nos países autoritários não é revelado o caráter econômico da violência.” A verdade é que o processo revolucionário português tem como conclusão imediata a liberdade, mas a conclusão coletiva da liberdade é a luta de classes. O 25 de Abril fez-se contra o colonialismo, contra

o imperialismo, contra o latifúndio, contra o monopólio, com a percepção de que tudo isto estava ligado, não sendo possível isolá-las.

É esse o debate que estamos a ter agora e que corresponde ao papel do 25 de Novembro – que está a ser novamente discutido – e à ideia, ao chavão do “25 de Abril que é de todos”. O 25 de Abril é de todos, então, a extrema-direita dirá que o 25 de Abril também é deles para poderem ser racistas. Ou como os ultraliberais *à la* Javier Milei, que dirão que o 25 de Abril também é deles para defender o ultra neoliberalismo econômico.

É a tentativa de esvaziamento ideológico e apagamento do conteúdo revolucionário de massas para estabelecer o 25 de Abril como uma mera reconquista democrática e sobretudo a ideia de que qualquer outra coisa que não uma recomposição democrática foi um desvio às ‘intenções originais’ do 25 de Abril. Este é o maior perigo que o legado de Abril enfrenta, o de perder essência.

No contexto dos anos 70, a radicalização política na oposição ao regime ferveu com os fatores da crise do capitalismo: a crise do petróleo, a inflação, a contenção salarial e do investimento público, a guerra colonial – o seu custo financeiro e a incapacidade de a sustentar, assim como o cansaço sobre a mesma, em particular nas gerações mais novas. Para além da crise econômica, há também os antecedentes políticos que se vinham a acumular desde os anos 60.

No *annus horribilis* de 61, quando acontece tudo – é internacionalização da luta contra a ditadura, é Goa, é o assalto ao Santa Maria. Mais tarde, as crises académicas e a repressão e desmantelamento contra os movimentos estudantis tradicionais tiveram desfecho na multiplicação e politização crescente dos movimentos estudantis às esquerdas radicais. Em 69, as pseudoeleições trazem a ideia de que poderia haver uma abertura no regime que depois se transforma em mais uma absoluta desilusão, com efeitos na dita oposição mais moderada. O êxodo rural e a própria modernização capitalista da agricultura. E, sobretudo, a alteração sociológica proveniente da industrialização e terciarização da economia que adiciona as reivindicações laborais dos colarinhos brancos ao movimento operário tradicional – estes bancários e trabalhadores administrativos de uma nova classe escolarizada, urbana e mais jovem, são altamente reprimidos e ampliam a participação no movimento grevista

trabalhista. Todos estes fenômenos levam a uma recomposição do campo da oposição ao regime. O eixo desta oposição é obviamente o colonialismo.

O historiador Fernando Rosas resume este período em que simultaneamente se dá uma explosão de movimentos de esquerda radical – movimentos marxistas-leninistas e movimentos maoístas – a acrescentar à oposição organizada clandestina e semiclandestina do PCP, e em que começam os movimentos de ação armada – inclusive movimentos que, até então, não tinham participação nesta forma de luta, mas que começam a achar que a ação armada pode ser a única ou uma das formas de saída do regime. É neste caldo ideológico e cultural que se vai consolidando o Movimento dos Capitães. Ao mesmo tempo há uma degradação do regime que tem a ver com a sua desagregação interna, com a tensão permanente com um golpe mais à direita, a via Espinolista, e, principalmente, a ideia de que o regime e a guerra não tinham saída.

Entre 1973 e 1974, assiste-se à rápida politização do Movimento dos Capitães, que tinha fatores essenciais que permitiram que a consequência do golpe fosse um processo revolucionário de massas. Os Capitães interpretam as tensões e o descontentamento, sendo que a sua vitória teria consequências imprevisíveis na época. Não estava escrito que um golpe militar para acabar com uma ditadura iria desembocar num processo revolucionário de massas. Mas o próprio golpe tem características e consequências determinantes para a sua transformação na Revolução popular.

Uma das principais características determinantes é o rompimento da cadeia de comando hierárquica – a questão de não haver generais e de o golpe ser feito por oficiais de baixa patente, subalternos. Rompe-se a cadeia de comando e a violência institucionalizada do Estado e há uma mudança de natureza das Forças Armadas. E há uma percepção popular sobre essa mudança da natureza das Forças Armadas que permite um conforto sobre a não repressão da explosão popular que veio a existir nos dias e meses seguintes.

Segundamente, o golpe precipitou a pulverização política e institucional do aparelho central do Estado. A consequência do golpe não foi uma concentração de poderes; pelo contrário, divide-se entre a Junta Nacional, os Governos Provisórios, o Conselho de Estado e o Conselho do MFA.

Finalmente, a relação de forças favorável à iniciativa popular. A ausência de

um poder institucionalizado e centralizado faz também com que se pulverizem os poderes democráticos de iniciativa popular. O povo passa a ator da explosão revolucionária. É o povo quem ocupa as ruas, sobretudo depois do 1º de Maio, e Lincoln Secco afirma que é a população nas ruas que muda a natureza do golpe – isso é um fato histórico.

Revisito Fernando Rosas com a seguinte citação: “Um levantamento popular vindo de baixo, do âmago da condição social dos que nunca tinham tido voz e entravam tumultuosamente na história: os operários fizeram greve, ocuparam fábricas, geriram fábricas que os patrões abandonaram, saneiam administradores, enfrentam todos os poderes instituídos; moradores das periferias e bairros populares ocuparam casas devolutas, elegem comissões de moradores, núcleos de alfabetização, centros de dia, creches. Nos campos do sul, reconstruíram-se sindicatos, faz-se a reforma agrária a partir de 1975 com ocupação de terras e formação de cooperativas. tudo era posto em causa”. Toda a organização do Estado e a organização social e econômica foi posta em causa, desde a organização moral à organização das relações de produção.

Há um novo sujeito histórico, os oprimidos, que se propõe a substituir a ordem social. É isso que constitui uma revolução, a substituição de regime. As centenas de milhares de pessoas que se organizam e auto-organizam em processos, como as mais de três mil empresas ocupadas, 900 em autogestão, 347 intervencionadas; a nacionalização do setor financeiro e dos setores estratégicos da economia; as 500 unidades coletivas de produção. Tudo isto, obviamente, muito conturbado e muito disputado à esquerda, mas tudo num processo permanente e cumulativo de escola e experiência. Há um caminho de aprendizagem que se vai fazendo, em particular nos jovens da parte da extrema-esquerda.

O movimento popular conquista por sua iniciativa na rua as liberdades fundamentais antes de elas serem legisladas. Não há uma outorga de um poder dominante. Essa avalanche associa de forma inesperada e espontânea o fascismo apeado ao capitalismo e coloca generalizadamente o objetivo do socialismo, ligando objetivos econômicos e de democratização.

É este processo que é travado com o 25 de novembro. É aqui que as áreas histórico-ideológico-políticas se divergem. A minha área interpretará os

reveses do 25 de novembro como, sobretudo, uma consequência da quebra da unidade popular com uma direção política coerente.

Este problema tem várias razões. A ingenuidade e a falta de profundidade e maturidade política e ideológica das forças mais radicais, com uma perda da hegemonia dos setores mais radicalizados do MFA. O isolamento internacional na pressão do cenário de Guerra Fria, com a Europa de um lado e os Estados Unidos da América do outro. Entre algumas forças mais radicais, houve um medo da sovietação do regime, num susto permanente entre a ocupação estrangeira, o contragolpe fascista e a possibilidade real da guerra.

Tudo isto contribuiu para que os setores mais moderados vacilassem perante o imperialismo e alguns, iludidos com a social-democracia europeia, ganhassem algum protagonismo neste processo.

O 25 de novembro foi o que foi e não vale a pena fazer contra-história. Importa analisá-lo com verdade sobre o que foi. O 25 de novembro não é reposição da normalidade democrática e do verdadeiro espírito do 25 de Abril. O 25 de novembro é a derrota do processo revolucionário de abril e o fim da legitimidade revolucionária, substituída pelas legitimidade das urnas.

A legitimidade revolucionária era baseada na aliança entre o povo e o MFA. As conquistas populares tinham uma cobertura de legitimação das armas do MFA. A partir do momento que se anula essa proteção armada, com a extinção do MFA, há um crise de legitimidade do movimento revolucionário.

O que perspectivado é que o 25 de novembro é o fim da via revolucionária e armada para o socialismo, mas não significa o fim da possibilidade de uma via parlamentar para o socialismo. Esse é um processo que se dá depois e no qual o Partido Socialista tem papel, aliado aos outros setores liberais e que haviam de se consolidar como direita moderada, quando Mário Soares põe o socialismo na gaveta.

Este não é um processo contínuo. Depois do 25 de novembro, ainda houve uma constituição – uma constituição que defendia o socialismo, que defendia nacionalizações. A revisão constitucional de 1981 foi o primeiro grande retrocesso e para as reprivatizações foi um longo processo.

Há quem diga que o processo revolucionário se fez em 18 meses e que a contrarrevolução demorou 18 anos a tentar destruir aquilo que o povo

conquistou em 18 meses. Mas é legítimo questionar se poderia ou não haver um caminho parlamentar para o socialismo pluralista. E não foi isso que aconteceu.

O que aconteceu foi que a força do imperialismo e a dependência externa da burguesia não permitiram dar esse passo. A integração europeia é a normalização do regime democrático burguês, em que primeiro se afastam os setores radicais, depois põem-se fim às nacionalizações, e mais tarde há então as revisões constitucionais. A partir daí há um processo irreversível de refluxo e de revisão das conquistas.

Para este processo, contribuiu o fato de a burguesia nacional nunca ter tido um projeto de independência, sendo sempre dependente do capital estrangeiro e, no caso, entregou-se ao capital europeu. Um país que não tenha um projeto de independência econômica dificilmente poderá ter outra coisa que não um projeto de dependência ideológica e política. A União Europeia foi essa normalização, com o conhecimento que a construção europeia é uma construção neoliberal.

O movimento para o socialismo refluíu popularmente e recuou parlamentarmente.

O processo revolucionário, independentemente da sua duração e das suas datas, tendo existido, deixou marcas profundas na democracia parlamentar portuguesa, desde logo e mais evidentemente na Constituição. Do 25 de Abril ficou uma democracia com direitos e formalmente avançada, mesmo num quadro capitalista. Do 25 de Abril ficou a constituição e uma democracia com direitos e formalmente avançada mesmo num quadro capitalista.

Já devíamos estar em maio e a minha geração ainda não viu abril.

Durante muitos anos, os partidos à esquerda do Partido Socialista propuseram, como solução estratégica para o país reabrir abril, reabrir o processo revolucionário. A UDP chegou a assumir o slogan “Abril de novo com a força do povo”. Julgo que esse quadro já não se coloca nos mesmos termos hoje, embora o objetivo continue a ser, na nossa perspectiva, abrir um caminho popular de ruptura. Hoje procuramos de novo uma iniciativa popular que permita uma ruptura com o regime capitalista, neoliberal, imperialista, hoje com condições políticas e históricas completamente diferentes das que existiam antes.

Ao contrário do que se tenta escrever hoje, o objetivo do 25 de Abril nunca

foi uma democracia liberal. O Manifesto do MFA não tinha como objetivo uma democracia liberal. O monopólio e o fascismo eram associados e a burguesia fugia durante o processo revolucionário, que não a incluía. É esse o caráter de ruptura do 25 de Abril. Portanto, o 25 de novembro não corrige nenhum desvio ou o que hoje se chamam os excessos do período revolucionário. O 25 de novembro muda o rumo.

Aquilo que hoje se chamam os excessos do período revolucionário foi que determinou o processo revolucionário português – não são a exceção, são a condução. É isso que nos distingue do processo espanhol. É isso que faz com que a contrarrevolução tenha demorado duas décadas. É isso que faz com que até hoje a marca de água entre esquerda e direita é em torno da Constituição. É o fato de ter havido um processo revolucionário.

E depois de Abril, diz bem Fernando Rosas novamente: “A revolução era o centro de tudo e irrompia ousadamente sobre os escombros do antigo regime. através de um processo complexo e por vezes tumultuoso, mas sempre amplamente participado, discutido e até sufragado. Dele brotou a democracia. É certo que o revisionismo historiográfico e político conservador não desistiu do propósito ideológico de a separar do processo revolucionário, como se ela fosse filha do novembrismo e existisse apesar da revolução. Não a reconhecendo como o que historicamente foi: fruto que a revolução impôs, apesar do novembrismo.”

O que caracteriza a democracia é ser democrática. Uma conclusão aparentemente evidente, mas que os neoliberais nunca foram capazes de encaixar, o que acabou por gerar uma evolução semântica e conceitual que nos trouxe até à confusa distinção entre “democracias liberais” e “iliberais” – sem que se perceba bem se o que se está a qualificar é o regime político ou sistema económico. Ou como se a democracia não fosse um qualificativo absoluto, bastando aos liberais que haja mercado, mesmo sem liberdade de imprensa ou de organização política, para que um Estado seja “democrático”, embora “iliberal”.

Sem grandes argumentos, julgo ser claro que esta confusão se construiu a partir da apropriação neoliberal de uma retórica democrática para impor um determinado modelo económico: liberdade para os indivíduos (isolados) e liberdade para os mercados (onipresentes). Esse modelo, que apostou na libe-

ralização dos mercados e do capital e na privatização dos serviços públicos, transformou-se numa tragédia econômica e social, não por combustão imediata, mas por falhar o essencial: a distribuição da riqueza.

A violência econômica do fanatismo liberal espalhou pobreza e desigualdade, promoveu verdadeiros saques públicos e transformou-se muitas vezes em violência política e em autoritarismo. Em algumas partes do mundo, inspirou e continua a inspirar a política econômica de ditaduras sangrentas ou de regimes muito pouco recomendáveis, tudo em nome de uma qualquer “liberdade” desqualificada.

Contra o esvaziamento do conceito de democracia, eu diria que a nossa democracia não foi feita apenas para cumprir os objetivos da democracia liberal. A nossa democracia saída da revolução foi feita para servir à descolonização, aos direitos humanos, econômicos e sociais, à redistribuição da riqueza e à socialização da propriedade. A nossa democracia fez-se sabendo o preço de quatro décadas de uma política econômica feita pelas e para as elites; precedeu-se de greves e de lutas operárias históricas. A nossa democracia olhou para dentro e para fora e escolheu como caminho o socialismo, e assim acreditava em quem saiu à rua para organizar os bairros, os campos e as fábricas.

Um governo de esquerda que tomasse posse em Portugal amanhã encontraria muitos obstáculos na União Europeia, mas nenhum na Constituição da República Portuguesa. Um governo de esquerda de amanhã que quisesse discutir a propriedade pública ou privada dos setores estratégicos, que quisesse discutir nacionalizações, que quisesse discutir a socialização de setores da economia, não encontraria na nossa Constituição um obstáculo, apesar das revisões. Uma possibilidade que a direita quer eliminar. É essa a grande marca, o legado da Constituição. Essa marca tem uma grande participação da nossa esquerda revolucionária.

E a revolução não teria sido o que foi sem a intervenção da esquerda revolucionária que hoje bons espíritos fingem que não existiu e cujo contributo se procura apagar da historiografia. Essa participação foi generosa, mas não foi sempre aventureira – foi generosa e pretendeu ser politicamente consequente. Apesar das suas dificuldades, divisões, erros, ela deu voz a quem não tinha. Apoiou greves e protestos quando os proibiam; ajudou a implantar

nas empresas e bairros órgãos eleitos de vontade popular, contra controle de burocracias sindicais e partidárias; defendeu com intransigência o direito à autodeterminação dos povos às colónias; denunciou abusos policiais e militares e ataques à liberdade de expressão. E aguentou as perseguições que sofreu por causa disso, batendo-se sempre pelo socialismo com que sonhou e não se rendeu. Nisso reside, precisamente, a sua dignidade trágica.

Esse momento fundador da nossa democracia a que se chama simplesmente “25 de Abril” foi uma Revolução. Não reivindico nenhuma propriedade sobre as suas comemorações e muito menos a decisão sobre quem por ela desce a avenida da Liberdade, mas reivindico a sua verdade histórica; reivindico-me dos valores e dos sonhos de quem a desceu a primeira vez em 1974. Sou das muitas e muitos que rejeitam o apagão ideológico que se esconde no chavão “o 25 de Abril é de todos”.

E à pergunta sobre se o 25 de Abril é de todos, não resisto a responder com as palavras do Barata Moura: “Cravo vermelho ao peito a muitos fica bem, sobretudo faz jeito a certos filhos da mãe”.

Nota do editor: A íntegra da participação da autora no seminário pode ser vista aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=f4USqXxMtII>

Cronologia: o antes, o durante e o depois do 25 de Abril

Veja os principais acontecimentos dessa fase da história política de Portugal

1910

Em 5 de outubro, ocorre a revolução republicana, que põe fim à monarquia em Portugal. Tem início a República Portuguesa, também conhecida como Primeira República ou República Parlamentar, período marcado por intensa instabilidade política no país.

1914

Começa a Primeira Guerra Mundial. A princípio, Portugal tem posição neutra, embora mantenha frentes de batalha na África para a defesa dos territórios de Angola e Moçambique.

1916

Portugal, aliado da Inglaterra, entra na Primeira Guerra e sofre inúmeras derrotas perante os alemães.

1917

Triunfa a revolução russa.

1918

Termina a Primeira Guerra Mundial. Portugal soma cerca de 10 mil mortos e milhares de feridos.

1921

Em 6 de março, é fundado em Lisboa o Partido Comunista Português (PCP).

1922

Benito Mussolini, do Partido Nacional Fascista, ascende ao poder na Itália.

1926

Em 28 de maio, um golpe militar derruba o governo e tem início a Segunda República Portuguesa, que, em sua primeira fase, seria conhecida também como Ditadura Nacional.

1928

Em 28 de abril, António Salazar é nomeado ministro das Finanças. Para voltar ao cargo que havia ocupado por apenas 13 dias dois anos antes, exige ter o controle sobre as despesas e receitas de todos os ministérios. Defende a austeridade fiscal e medidas duras e impopulares.

1929

Queda da Bolsa de Nova Iorque. Os Estados Unidos diminuem as importações em 70%. Em Portugal, setores como o do vinho, da cortiça e do azeite, dependentes do mercado externo, entram em crise. Aumentam o desemprego e a fome.

1932

Em fevereiro, para dar uma base de massas ao regime de extrema-direita que se anunciava em Portugal, é criado o Movimento Nacional-Sindicalista (MNS), dos Camisas Azuis, em alusão ao uniforme de seus integrantes.

Salazar acumula cada vez mais poder e é nomeado primeiro-ministro.

1933 – Salazar impõe o fascismo a Portugal

Em 30 de janeiro, Adolf Hitler ascende ao poder na Alemanha.

Em 19 de março, num plebiscito no qual abstenções foram contadas como votos a favor, aprova-se a Constituição que funda o Estado Novo, nome que se dá a essa nova fase da Segunda República portuguesa, e a ditadura é institucionalizada.

Salazar torna-se presidente do Conselho de Ministros e governa inspirado na propaganda e na repressão dos regimes fascistas na Europa.

O regime cria a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), órgão de repressão aos “inimigos” do Estado, e o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), aparato para a divulgação do ideário do regime e órgão de censura.

1934

Em julho, o MNS é proscrito. Seu líder, Rolão Preto, que criticara o unipartidarismo do regime fascista português em uma entrevista, é preso e exilado.

1936

O governo fascista de Portugal estabelece o Campo de Concentração do Tafarral, no arquipélago de Cabo Verde, para aprisionamento de opositores do regime em situação degradante e aplicação de tortura.

Após um golpe de Estado, o militar Francisco Franco ascende ao poder na Espanha. Começa a Guerra Civil Espanhola.

Na Grécia, tem início a ditadura liderada pelo general Ioánnis Metaxás.

1939

Termina a Guerra Civil Espanhola e a ditadura de caráter nazifascista de Franco se consolida no poder.

Começa a Segunda Guerra Mundial, na qual Portugal mantém neutralidade, e continua vendendo volfrâmio (tungstênio) para a Inglaterra e a Alemanha.

1945

Com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, Hitler se suicida e Mussolini é executado.

Salazar chama eleições legislativas e garante que apenas seu partido, o Uniao Nacional, participe.

A antiga PVD vira PIDE, igualmente uma polícia responsável pela repressão a todas as formas de oposição ao salazarismo.

O SPN dá lugar ao Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), com os mesmos objetivos.

Em 8 de outubro, é criado o Movimento de Unidade Democrática (MUD), em oposição ao regime.

1949

Portugal é um dos 12 membros fundadores da OTAN.

1960

Em 3 de janeiro, ocorre a fuga de dez líderes comunistas, entre os quais

Álvaro Cunhal, da Cadeia do Forte de Peniche (ou Fortaleza de São Francisco), uma prisão de segurança máxima também destinada ao encarceramento dos inimigos do regime salazarista.

1961 – Começa a Guerra Colonial

Em 4 de fevereiro, começa a guerra pela libertação de Angola dos domínios de Portugal, dando início ao período que ficou conhecido como Guerra Colonial Portuguesa, Guerra de Libertação ou Guerra da Independência pelos movimentos independentistas africanos e asiáticos. O regime salazarista deu o nome de Guerra de Ultramar.

Em março, Álvaro Cunhal torna-se o novo secretário-geral do PCP, cargo que ocuparia até 1992.

Em 13 de abril, fracassa a tentativa de golpe do então ministro da Defesa Nacional, Júlio Botelho Moniz.

Em dezembro, os territórios de Goa, Damão e Diu, então dominados por Portugal, são invadidos pelas Forças Armadas da Índia.

1962

A celebração do Primeiro de Maio reúne milhares de trabalhadores nas ruas, em greves e manifestações em Almada, no Barreiro, no Couço, no Porto.

Intensificam-se as lutas operárias no setor industrial e de transportes. Conquista-se a jornada de oito horas pelos operários agrícolas nos campos do Alentejo e Ribatejo.

1963

Em 16 de janeiro, começa a guerra pela libertação da Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau).

1964

Em 25 de setembro, tem início a guerra pela libertação de Moçambique.

1968

Fisicamente incapacitado após sofrer um AVC, Salazar é sucedido por Marcello Caetano. Aumenta a impopularidade do governo.

1969

Nas eleições legislativas, as primeiras após a saída de Salazar, o partido do governo elege todos os 130 deputados, entre os quais se formaria uma “ala liberal” crítica a Caetano.

Em 24 de novembro, a PIDE passa a se chamar Direção-Geral de Segurança (DGS).

1970

Morre Salazar.

É criada a Intersindical, precursora da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN).

1973

Entram mísseis antiaéreos na luta guerrilheira, acabando com a superioridade militar portuguesa.

Constitui-se o Movimento dos Capitães, que passaria a se chamar MFA e era liderado por muitos que haviam servido no além-mar.

De 4 a 8 de abril, acontece o III Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, onde é deliberado que nas eleições legislativas de 1973 toda a oposição concorreria sob uma única lista eleitoral. Mas desistem de concorrer por considerarem que não havia condições para eleições livres. Mais uma vez, os governistas elegem todos os deputados.

Em 19 de abril, é fundado o Partido Socialista (PS).

Em 24 de setembro, de forma unilateral, é proclamada a independência da Guiné, reconhecida por 86 países.

1974 – A Revolução dos Cravos derruba a ditadura

Em fevereiro, o lançamento do livro *Portugal e o Futuro*, que defendia a necessidade de uma transição política negociada para o velho império colonial, leva à demissão do chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Francisco da Costa Gomes, que autorizara a publicação, e do vice-chefe, general António de Spínola, autor da obra.

Em 16 de março, ocorre a Intentona das Caldas, com a participação de 200 oficiais, numa tentativa de golpe que terminou com vários dos participantes presos, o que fez aumentar a revolta da tropa.

Em 24 de abril, um grupo de militares comandados por Otelo Saraiva de Carvalho instala secretamente o posto de comando do movimento golpista no quartel da Pontinha, em Lisboa. Às 22h55 é transmitida a canção *E depois do Adeus*, de Paulo de Carvalho, pelos Emissores Associados de Lisboa, emitida por João Paulo Diniz. Este é um dos sinais previamente combinados pelos golpistas, que desencadeia a tomada de posições da primeira fase do golpe de estado.

O segundo sinal é dado aos 20 minutos de 25 de abril, quando a canção *Grândola, Vila Morena*, de Zeca Afonso, é transmitida pelo programa Limite, da *Rádio Renascença*, que confirma o golpe e marca o início das operações. O locutor de serviço nessa emissão é Leite de Vasconcelos, jornalista e poeta moçambicano.

Na manhã de 25 de abril, tanques e soldados ocupam as ruas da capital portuguesa, numa ação coordenada com diversos outros regimentos militares em todo o país para derrubar o regime fascista. À Escola Prática de Cavalaria, que parte de Santarém, cabe o papel mais importante: a ocupação do Terreiro do Paço. Parte das forças vão ao Quartel do Carmo, onde estava Marcello Caetano, que se rende ao final do dia (ele se exila no Brasil).

O rescaldo é de quatro mortos, vitimados por reação a tiros do PIDE/DSG.

Celeste Caeiro, trabalhadora de um restaurante em Lisboa, carrega consigo pelas ruas de Lisboa um ramo de cravos brancos e vermelhos. Um soldado pede-lhe um cigarro, mas ela só tem flores e decide, então, iniciar a distribuição dos cravos aos soldados, que logo os colocam nos canos de suas armas. Mais tarde, floristas da Baixa continuariam a replicar o gesto.

Na primeira hora de 26 de abril, é anunciada a Junta de Salvação Nacional, formada por militares e liderada por António Spínola.

No Primeiro de Maio, ocorrido no Estádio do Alvalade, em Lisboa, Álvaro Cunhal e Mário Soares, respectivamente principais líderes do PCP e do PS, voltando do exílio, discursam, exigindo que suas organizações, como principais partidos representantes da classe operária, integrem o núcleo do governo.

A 16 de maio, constitui-se o I Governo Provisório, tendo à frente o advogado Adelino de Palma Carlos. Mário Soares (PS) é nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, Álvaro Cunhal (PCP) assume as funções de ministro sem pasta.

Em 8 de julho, é criado o Comando Operacional do Continente (Copcon), unidade das Forças Armadas e ligada à esquerda revolucionária.

O governo cai a 11 de julho, após divergências com o programa do MFA a respeito do calendário eleitoral. A favor dos spinolistas, Palma Carlos tentara aprovar o reforço dos poderes presidenciais e adiar as eleições legislativas.

Sai Palma Carlos e tem início a fase que se chamou de gonçalvista, em alusão ao nome de Vasco Gonçalves, que liderou o II, III, IV e V Governos Provisórios. Gonçalves era próximo do PCP.

Em setembro, em mais uma tentativa de golpe, Spínola, que continuava à frente da Junta de Salvação, apela às “maiorias silenciosas” contra o comunismo. O MFA, o PCP e o PS, além de outros partidos de esquerda, levantam barricadas nos principais acessos a Lisboa, impedindo a chegada de caminhonetes trazendo do interior os apoiadores do general.

Spínola se demite, sendo substituído por um general progressista, Francisco da Costa Gomes.

Em 10 de setembro, a independência da Guiné é reconhecida oficialmente por Portugal.

1975

Em fevereiro, o porta-aviões USS Saratoga faz exercícios militares no Rio Tejo, nas proximidades do Palácio de Belém. Materializava-se a ameaça dos EUA em contraponto à revolução.

Em 11 de março, de novo Spínola dirige uma tentativa golpista. Ele tenta tomar a Base Aérea de Tancos, mas o MFA rapidamente controla a situação e gigantescas mobilizações ocorrem em defesa do governo.

A 12 de março, são extintos a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado e em substituição é criado o Conselho da Revolução.

O IV Governo Provisório, formado a partir de 26 de março, radicaliza as medidas econômicas e dá início à execução de um grande plano de nacionalizações (banca, seguros, transportes etc.)

Em 25 de abril, acontece a Eleição da Assembleia Constituinte. O PS de Mário Soares sai na frente, com 37,87% dos votos, seguido do PPD (hoje PSD), com 26,38%; e o PCP, com 12,53%.

Em 2 de junho, começam os trabalhos preparatórios da Constituição.

Em 25 de junho, é proclamada a independência de Moçambique.

Em 8 de julho, a Assembleia do MFA aprova o Documento-Guia da Aliança Povo-MFA, que suscita protestos veementes por parte do PS, sendo acompanhado pelo PPD/PSD e CDS. Dois dias depois, realiza-se enorme manifestação em apoio a esse texto, convocada pelo PCP e outros pequenos partidos de esquerda.

Em 12 de julho, os socialistas saem do IV Governo Provisório. No dia 17, o PPD faz o mesmo.

Com apoio do MFA e do Conselho da Revolução, o presidente Costa Gomes mantém Vasco Gonçalves na chefia do V Governo Provisório, que dura apenas até 19 de setembro, sem participação do PS e do PPD.

Em 7 de agosto de 1975, em contraposição ao documento Povo-MFA, é publicado, no *Jornal Novo*, o chamado Documento dos Nove. Em apoio ao documento, o PS promove uma manifestação em Belém em 15 de agosto. O PCP reage com num comício, realizado no Pavilhão dos Desportos, em que apela “à unidade dos democratas e antifascistas”.

Acirra-se a luta de classes e a disputa pelos destinos da Revolução, no período que ficou conhecido como Verão Quente.

Em 19 de agosto, o então presidente da República, Costa Gomes, reúne os signatários do Documento dos Nove e tem início um processo de consulta para a formação do VI Governo Provisório.

Em 25 de agosto, o PCP e outras forças formam a Frente de Unidade Popular (FUP).

O Conselho da Revolução suspende a V Divisão, que tinha uma linha pró-FUP e era ligada a Vasco Gonçalves.

Em 5 de setembro, cai o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, após Assem-

bleia do MFA, em Tancos.

Em 19 de setembro forma-se o VI e último Governo Provisório, tendo à frente José Baptista Pinheiro de Azevedo, que havia integrado a Junta de Salvação Nacional.

Em 11 de novembro, é proclamada a independência de Angola.

Em 12 de novembro, dezenas de milhares de trabalhadores cercam o Palácio de São Bento durante dois dias. Com a recusa do Ministério do Trabalho em atendê-los, a manifestação radicalizou-se e mobilizou-se contra o VI Governo Provisório, que suspendeu funções no dia 20.

Também em 20 de novembro, morre o ditador Francisco Franco, e começa um período de transição política na Espanha.

Em Portugal, a partir da madrugada de 25 de novembro, uma tentativa de sublevação de unidades militares de extrema-esquerda opõe-se à direita militar.

Por volta das 7h, os paraquedistas ocupam o comando da 1ª Região Aérea e prendem o seu comandante. É dado o alerta à Presidência da República que “o ‘golpe’ está na rua”.

A ação é neutralizada pela operação militar liderada pelo general Ramalho Eanes. Ele alegava que o PCP queria implantar um regime totalitário. O país entra em estado de sítio. As medidas levam à desmobilização popular.

Em 26 de novembro, o Conselho da Revolução decide dissolver o Copcon e ordena a presença de todos os seus comandantes no Palácio de Belém. Esses se juntam a outras dezenas de oficiais já encarcerados.

O processo revolucionário é paralisado e o MFA também acaba por dissolver-se.

1976

Em 2 de abril de 1976, a Assembleia Constituinte aprova a nova Constituição de Portugal, que entra em vigor no mesmo ano.

A 27 de junho, Ramalho Eanes é eleito presidente com 61,59% dos votos. Foi reeleito em 7 de dezembro de 1980, com 56,44% dos votos.

Personalidades mencionadas nos artigos

Adelino Hermitério da Palma Carlos (1905-1992) – Advogado e professor universitário, foi primeiro-ministro do I Governo Provisório (de 16 de maio a 18 de julho de 1974). Seu nome foi sugerido ao presidente Spínola pelos dirigentes do Grande Oriente Lusitano (organização maçônica). Foi fundador do PPD e foi conselheiro do PRD.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Adelino_da_Palma_Carlos

https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/palma_carlos.htm

Amílcar Cabral (1924-1973) – Nome de guerra: Abel Djassi. Nascido na Guiné, viveu em Cabo Verde e Portugal. Ativista político pela libertação das colônias portuguesas de Guiné e Cabo Verde, fundou o PAIGC. Foi assassinado em circunstâncias não esclarecidas em janeiro de 1973.

<https://www.marxists.org/portugues/cabral/index.htm>

<https://www.geledes.org.br/amilcar-cabral-ideologo-e-pedagogo-da-revolucao/>

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/4fgsbTjkwjxWC3Fh4Yrr5PB/>

André Ventura (1983-) – Jurista, professor universitário e ex-comentarista esportivo, é deputado pelo CH, partido de extrema-direita do qual é o presidente. Foi candidato à Presidência da República em 2021, ficando em terceiro lugar.

https://pt.wikipedia.org/wiki/André_Ventura

<https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=6535>

Álvaro Cunhal (1913-2005) – Aos 17 anos, filiou-se ao PCP, partido do qual foi secretário-geral. Opositor ao Estado Novo, dedicou a vida ao ideal comunista. Esteve preso por três ocasiões, somando 15 anos de cárcere, oito dos quais em isolamento. Voltou do exílio dias após a Revolução dos Cravos. Foi ministro sem pasta em quatro governos provisórios e deputado na AR.

<https://www.museudoaljube.pt/2023/11/10/alvaro-cunhal/>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Álvaro_Cunhal

António de Oliveira Salazar (1889-1970) – Após ser ministro da Fazenda, foi o primeiro-ministro de Portugal durante 36 anos (1933-68), período em que impôs um regime autoritário inspirado no fascismo italiano. Seu lema era: Deus, Pátria e Família. Morreu dois anos após sofrer um derrame que o afastou da política.

https://www.ebiografia.com/antonio_de_oliveira_salazar/

https://pt.wikipedia.org/wiki/António_de_Oliveira_Salazar

António Ramalho Eanes (1935-) – Participou na Guerra Colonial Portuguesa e estava em Angola no 25 de Abril. Já havia se manifestado contrário à política colonial do regime. Aderiu ao MFA. Liderou o comando que neutralizou a tentativa de golpe de Estado em novembro de 1975 e foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército de Portugal. Primeiro presidente da República eleito democraticamente após a Revolução, foi reeleito, governando de 1976 a 1982. Foi o último militar nesse posto.

https://pt.wikipedia.org/wiki/António_Ramalho_Eanes#cite_note-0-3

<https://www.presidencia.pt/presidente-da-republica/a-presidencia/antigos-presidentes/antonio-ramalho-eanes/>

António de Spínola (1910-1996) – General, foi governador da Guiné Portuguesa (1968-73). Na volta a Lisboa, tomou posse em janeiro de 1974 como vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, sendo demitido após publicar um livro questionando a política colonial do regime, o que teria acelerado o processo de conspiração do então Movimento dos Capitães, depois MFA. Na noite do 25 de Abril, foi nomeado presidente da Junta de Salvação Nacional e, a 15 de maio, presidente da República. Governou até 30 de setembro de 1974. Após envolver-se na tentativa de golpe de direita em março de 1975, fugiu para a Espanha. Regressou a Portugal em 1976, após negociação com o então presidente.

https://pt.wikipedia.org/wiki/António_de_Spínola

<https://www.presidencia.pt/presidente-da-republica/a-presidencia/antigos-presidentes/antonio-de-spinola/>

Bento António Gonçalves (1902-1942) – Sindicalista, foi secretário-geral do PCP, responsável pela reorganização do partido segundo os princípios da Terceira Internacional Comunista e amplamente envolvido na luta contra o regime do Estado Novo. Morreu no Campo de Concentração do Tarrafal por falta de tratamento médico.

<https://www.marxists.org/portugues/goncalves/index.htm>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Bento_António_Gonçalves

Ernesto Melo Antunes (1933-1999) – Membro da direção do MFA e principal criador do seu programa político, foi ministro sem pasta, ministro dos Negócios Estrangeiros, membro do Conselho da Revolução e um dos signatários do Documento dos Nove, contra a radicalização do processo revolucionário. Presidente da Comissão Constitucional desde 1976 até 1983, passou à reserva em 1981 com o posto de tenente-coronel.

<https://www.infopedia.pt/artigos/Sernesto-melo-antunes>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ernesto_Melo_Antunes

Francisco da Costa Gomes (1914-2001) – Segundo presidente após a Revolução dos Cravos, o militar governou de 30 de setembro de 1974 a 13 de julho de 1976. Depois, integrou a Presidência do Conselho Mundial da Paz e a Presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Integrava ainda o Grupo de Generais para a Paz e o Desarmamento. Muitos dos seus críticos, apontaram que o envolvimento neste organismo é prova a posteriori da proximidade com a União Soviética e com os ideais comunistas.

<https://www.presidencia.pt/presidente-da-republica/a-presidencia/antigos-presidentes/francisco-da-costa-gomes/>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_da_Costa_Gomes

Franciso Sá Carneiro (1934-1980) – Fundador e líder do PPD /PSD, foi primeiro-ministro de Portugal por 11 meses em 1980. Morreu no exercício das funções durante a explosão de uma aeronave em que viajava, num episódio que ficou conhecido como Atentado de Camarate.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Sá_Carneiro

https://pt.wikipedia.org/wiki/Tragédia_de_Camarate

Jaime Neves (1936-2013) – Durante o 25 de Novembro de 1975, liderava o Regimento de Comandos da Amadora, uma das unidades militares que pôs fim à influência da esquerda militar radical e conduziu ao fim do PREC. Foi condecorado e promovido sob o argumento de que evitou que Portugal caísse numa ditadura comunista. Atuou como empresário do ramo de segurança privada.

<https://www.publico.pt/2013/01/27/sociedade/noticia/morreu-general-jaime-neves-1582257>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Jaime_Neves

João Varela Gomes (1925-2018) – Militar e revolucionário português contra o Estado Novo. Encabeçou a Revolta de Beja de 1961, resistiu à intentona spinoquista de 11 de março de 1975 e dirigiu a resistência paraquedista no 25 de novembro do mesmo ano.

https://pt.wikipedia.org/wiki/João_Varela_Gomes

<https://setentaquatro.pt/ensaio/varela-gomes-e-escala-de-brecht>

Jorge Miranda (1941-) – Doutor em ciências político-jurídicas, foi deputado constituinte em Portugal pelo PPD, com importante papel na elaboração da Constituição da República Portuguesa de 1976. Embora não tenha contribuído diretamente na construção da Constituição brasileira de 1988, seus livros foram importantes referências.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Jorge_Miranda

<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/constitucionalista-portugues-jorge-miranda-pede-aos-brasileiros-que-defendam-sua-constituicao/111950630#:~:text=Doutor%20em%20ciências%20político%2Djurídicas,seus%20livros%20foram%20importantes%20referências.>

Júlio Botelho Moniz (1900-1970) – Atingiu o posto de general do Exército Português durante o Estado Novo e foi responsável pelo fracassado golpe de estado denominado Golpe Botelho Moniz ou Abrilada de 13 de abril de 1961 quando era ministro da Defesa Nacional. Estava desencantado com a política de intransigência de Salazar em relação à autodeterminação dos territórios ultramarinos.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Júlio_Botelho_Moniz

Luís Montenegro (1973-) – Advogado, é o 119º primeiro-ministro de Portugal desde 2 de abril de 2024. É também o presidente do PPD/PSD.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Presidente_do_Partido_Social_Democrata_\(Portugal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Presidente_do_Partido_Social_Democrata_(Portugal))

<https://www.psd.pt/pt/presidente>

Marcello Caetano (1906-1980) – Originário do Integralismo Lusitano, foi proeminente figura durante o regime salazarista e último presidente (1968-74) do Conselho de Ministros do Estado Novo. Primeiro líder a usar a televisão sistematicamente para tentar legitimar seu poder, frustrou a expectativa de mudança no período que ficou conhecido como primavera marcelista. Deposto no 25 de Abril, exilou-se no Brasil, onde morreu.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcello_Caetano

<https://www.conjur.com.br/2024-abr-25/como-o-ultimo-ditador-portugues-foi-acolhido-aqui-pelas-elites-conservadora-e-progressista/>

Mário Soares (1924-2017) – Advogado, foi co-fundador e secretário-geral do PS. No 25 de Abril, estava exilado em Paris. Nas comemorações do Primeiro de Maio, já de volta a Lisboa, Soares e Álvaro Cunhal, do PCP, subiram de braços dados, pela primeira e última vez, as ruas da Baixa Pombalina e a Avenida da Liberdade. Foi primeiro-ministro de Portugal (1976-78 e 1983-85) e presidente da República (1986-96). Ficou em terceiro lugar ao tentar um terceiro mandato nas eleições de 2006.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Mário_Soares

Octávio Pato (1925-1999) – Militante do PCP desde os 15 anos, foi também dirigente do partido. Capturado pelo PIDE, foi preso, torturado e condenado a oito anos e meio. Depois do 25 de Abril, foi deputado e presidente do Grupo parlamentar do PCP na Assembleia Constituinte, candidato à Presidência da República em 1976 e deputado à AR.

<https://memorial2019.org/presos/octavio-floriano-rodrigues-pato>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Octávio_Pato

Otelo Saraiva de Carvalho (1936-2021) – Responsável pelo setor operacional da Comissão Coordenadora e Executiva do Movimento dos Capitães, ajudou a elaborar o plano de operações militares do 25 de Abril de 1974. Foi nomeado comandante da Região Militar de Lisboa e do Copcon. Afinado com a ala mais radical do MFA, ficou três meses preso em consequência dos acontecimentos do 25 de Novembro. Foi candidato presidencial nas eleições de 1976, ficando em segundo lugar.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Otelo_Saraiva_de_Carvalho

https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/saraiva_otelo.htm

Vasco Gonçalves (1921-2005) – General, foi primeiro-ministro de Portugal dos II, III, IV e V Governos Provisórios, período denominado “gonçalvismo” ou PREC. Durante o seu governo, ocorreram a nacionalização da banca, seguros e centenas de outras empresas e radicalização da reforma agrária. Foi nesse período que houve a descolonização de Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Recebeu críticas à esquerda e à direita, sendo demitido em setembro de 1975.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Vasco_Gonçalves

https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/g/goncalves_vasco.htm

Vasco Lourenço (1942-) – Pertenceu à comissão política do MFA à época da Revolução dos Cravos. Fez parte do Conselho da Revolução, sendo seu habitual porta-voz, e integrou o Grupo dos Nove. É um dos fundadores e atual presidente da direção da Associação 25 de Abril.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Vasco_Lourenço

[https://www.infopedia.pt/artigos/\\$vasco-lourenco](https://www.infopedia.pt/artigos/$vasco-lourenco)

<https://memoriasdarevolucao.pt/index.php/historia/biografias/95-vasco-lourenco-1942>

Glossário

Ação Revolucionária Armada (ARA) – Braço armado do Partido Comunista Português (PCP) que esteve em atividade de 1970 a 1973, sob a ditadura do Estado Novo.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ação_Revolucionária_Armada

AD – Aliança Democrática. Coligação política de centro-direita, formada por PPD/PSD, CDS-PP, PPM e personalidades independentes. Foi a coligação mais votada nas eleições legislativas de maio de 2024, com 29,49% dos votos, elegendo 80 dos 230 deputados na AR.

<https://ad2024.pt>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Aliança_Democrática_\(2024\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Aliança_Democrática_(2024))

ADIM – Associação para Defesa dos Interesses de Macau. Ooanização de direita fundada em 1974 e que manteve relação de estreita colaboração política com o CDS português. Elegeu um deputado à Assembleia Constituinte de abril de 1975.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Associação_para_a_Defesa_dos_Interesses_de_Macau

Aliança Povo-MFA – estratégia de estabilização do Estado proposta pelo PCP em maio de. 1974, apoiando-se nos militares para levar avante o seu programa. O MFA, no seu Documento-Guia do Projeto Aliança Povo-MFA, proclama a construção de uma sociedade socialista em Portugal como o local para onde a revolução portuguesa devia seguir.

https://www.academia.edu/45507062/Entrada_Documento_Guia_da_Aliança_Povo_MFA_Dicionário_do_25_de_Abril

AR – Assembleia da República (parlamento português).

<https://www.parlamento.pt>

ASP – Ação Socialista Portuguesa. Organização fundada em Genebra por Mário Soares, Manuel Tito de Morais e Francisco Ramos da Costa em novembro de 1964. Foi o embrião do PS. Ação Socialista é o nome do jornal digital diário do PS.

<https://ps.pt/a-nossa-historia/>

BE – Bloco de Esquerda. Partido político fundado em 28 de fevereiro de 1999, afirma em seu estatuto estar comprometido com a “defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo”. Tem cinco de 230 deputados na atual formação da AR.

<https://www.bloco.org>

Campo de Concentração do Tarrafal – Ou Campo da Morte Lenta. – Construído em 1936, com base no decreto nº 26:539 de 23 de abril, a colônia penal funcionou até 1956. Em 1962, foi reaberto com o nome de Campo de Trabalho de Chão Bom, destinado a encarcerar 340 antifascistas e 230 anticolonialistas submetidos a tortura de todo o tipo. Hoje é um museu.

<https://ipc.cv/monumento-e-sitio/campo-de-concentracao-do-tarrafal-2/>

CDS – Partido do Centro Democrático e Social. Conservador de caráter democrata-cristão, foi fundado a 19 de julho de 1974. Em 1993, agregou a sua sigla a expressão Partido Popular (**CDS-PP**), que tem dois deputados na AR.

<https://www.cds.pt>

CEE – Comunidade Econômica Europeia. Foi fundada em 1958 com a finalidade de estabelecer um mercado comum europeu, ao qual Portugal aderiu em 1986. Em 1993, a CEE foi substituída pela União Europeia.

https://european-union.europa.eu/index_pt

CH – Chega, partido político português de extrema-direita fundado em 9 de abril de 2019. Nas eleições de 2024, elegeu 50 deputados, tornando-se a terceira maior força política na AR.

<https://partidochega.pt>

Conselho da Revolução – Órgão de soberania surgido na sequência do golpe contrarrevolucionário de 11 de março de 1975 em substituição da Junta de

Salvação Nacional, do Conselho de Estado e do Conselho dos Vinte. Foi extinto em 1982.

[https://www.infopedia.pt/artigos/\\$conselho-da-revolucao](https://www.infopedia.pt/artigos/$conselho-da-revolucao)

Copcon – Comando Operacional do Continente. Criado a 8 de julho de 1974, almejava apoiar as condições de transformação que emergiram da Revolução. Continha forças especiais militares comandadas por Otelo Saraiva de Carvalho.

<https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/2082>

<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/cinco/01.htm>

CRP – Constituição da República Portuguesa.

<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Estado Novo português – Período compreendido de 1933 a 1974 em que vigorou um regime autoritário conhecido por Salazarismo, em referência a António de Oliveira Salazar, que governou de 1933 a 1968. O regime foi derrubado pela Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974.

<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/EstadoNovo.aspx>

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola. Criada em 7 de julho de 1954, foi um dos movimentos nacionalistas angolanos durante a guerra anti-colonial de 1961 a 1974. Desde 1991, é um partido político e está no espectro de centro-direita à direita.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_Nacional_de_Libertação_de_Angola

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique. Foi fundada a 25 de junho de 1962 com o objetivo de lutar pela independência de Moçambique do domínio colonial português. Desde 1997, é um partido político de cunho marxista-leninista. Foi partido único até 1990.

<https://www.frelimo.org.mz>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_de_Libertação_de_Moçambique

FUR – Frente de Unidade Revolucionária. Inicialmente designada Frente de Unidade Popular (FUP), surgiu a 25 de agosto de 1975 em apoio ao V

Governo Provisório. Reunia vários partidos de esquerda, extrema-esquerda e esquerda revolucionária.

<https://memoriasdarevolucao.pt/index.php/rtp/diario-do-prec/394-25-de-agosto-frente-de-unidade-popular-frente-de-unidade-revolucionaria>

<https://ahsocial.ics.ulisboa.pt/atom/frente-de-unidade-revolucionaria-fur>

Geringonça – Apelido dado ao governo que assumiu o poder em Portugal em novembro de 2015, formado por uma coalizão de partidos de esquerda (PCP, BE e Os Verdes) liderada pelo primeiro-ministro António Costa (PS).

<https://medium.com/geringonca/o-que-e-a-geringonca-portuguesa-73abc8907436>

Grupo dos Nove – Grupo de oficiais de tendência moderada pertencente ao MFA e que publicaram, em agosto de 1975, o Documento dos Nove, com vista à clarificação de posições políticas e ideológicas dentro e fora das Forças Armadas.

<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1975/08/06.htm>

Junta de Salvação Nacional – Órgão de Governo Provisório instituído em abril de 1974 pelo MFA no momento da vitória. Constituíam-no sete oficiais superiores e generais dos três ramos das Forças Armadas: António de Spínola, Francisco da Costa Gomes e Silvério Marques, do Exército; Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho, da Armada; Galvão de Melo e Diogo Neto, da Força Aérea. Tinha como missão implementar o Programa do MFA e que se poderia sintetizar na conquista de três Ds: Desenvolvimento, Democratização e Descolonização.

<https://www.infopedia.pt/artigos/§junta-de-salvacao-nacional>

MDP/CDE – Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral. Organização política de esquerda, de oposição ao Estado Novo, surgida em 1969 com a finalidade de concorrer às eleições legislativas.

<https://www.infopedia.pt/artigos/§mdpcde>

MFA – Movimento das Forças Armadas. Originalmente denominado Movimento dos Capitães, está ligado à publicação dos Decretos-Leis 353, de 13 de julho de 1973, e 409, de 20 de agosto do mesmo ano, por meio dos quais se

pretendia resolver o problema da falta de oficiais do Exército em face da continuação da Guerra Colonial. Em novembro de 1973, o Movimento explicita que, além das reivindicações corporativas, estavam em causa o fim da Guerra e o restabelecimento da democracia.

[https://www.infopedia.pt/artigos/\\$movimento-das-forcas-armadas-\(mfa\)](https://www.infopedia.pt/artigos/$movimento-das-forcas-armadas-(mfa))

MNS – Movimento Nacional-Sindicalista. Criado em 1932, foi anunciado como antidemocrático, anticomunista, antiburguês, antiparlamentar, nacionalista, corporativista e familiar. Seus adeptos vestiam camisetas-azuis. Tentaram diversas vezes derrubar o regime. O grupo foi perseguido, alguns membros aderiram à União Nacional, o partido de Salazar, e o líder acabou preso e forçado ao exílio na Espanha. Foi extinto em 1934.

<https://ensina.rtp.pt/artigo/rolao-preto-o-lider-dos-camisetas-azuis/>

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola. Fundado a 10 de fevereiro de 1956, foi fundamental na luta pela independência contra Portugal, que se concretizou a 11 de novembro de 1975.

<https://www.mpla.ao>

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado. Fundado em setembro de 1970, foi inscrito no Supremo Tribunal de Justiça em 18 de fevereiro de 1975. Passou a designar-se Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses, com a sigla PCTP/MRPP em 15 de março de 1977.

<https://www.cne.pt/partido/partido-comunista-dos-trabalhadores-portugueses>

<https://www.lutapopularonline.org>

MUD – Movimento de Unidade Democrática. Nascido a 8 de outubro de 1945 em oposição ao regime fascista em Portugal.

[https://www.infopedia.pt/artigos/\\$movimento-de-unidade-democratica-\(mud\)](https://www.infopedia.pt/artigos/$movimento-de-unidade-democratica-(mud))

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte. Criada em 1949, logo no início da Guerra Fria, é uma aliança militar ocidental liderada pelos Estados Unidos, da qual Portugal foi um dos 12 membros fundadores. Atualmente é formada por 32 países.

https://www.nato.int/nato-welcome/index_pt.html

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Criado em 19 de setembro de 1956, o movimento organizou a luta pela independência dos dois países, que eram colônias de Portugal. A então Guiné Portuguesa é a atual Guiné-Bissau.

<https://partidopaigc.com>

PCP – Partido Comunista Português. Fundado a 6 de março de 1921, “é o partido político do proletariado, o partido da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses”, segundo seu estatuto. Tem quatro deputados na **AR**.

<https://www.pcp.pt>

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado. Criada em 1945, foi parte do aparelho repressor da ditadura salazarista contra as atividades das organizações clandestinas, particularmente do **PCP**. Substituiu a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), que fora criada em 1933. E foi rebatizada como Direção Geral de Segurança (DGS) na parte final do regime.

[https://www.infopedia.pt/artigos/\\$pide-\(policia-internacional-e-de-defesa-do](https://www.infopedia.pt/artigos/$pide-(policia-internacional-e-de-defesa-do)
<https://ensina.rtp.pt/artigo/a-extincao-da-pide/>

PPD – Partido Popular Democrático. Fundado a 6 de maio de 1974, por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota, posicionando-se no espectro de “centro-esquerda, de cariz social-democrata, com base nos princípios da Liberdade, Igualdade e Solidariedade”. Em 3 de outubro de 1976, a designação mudou para **PSD**, Partido Social-Democrata.

<https://www.psd.pt>

PPM – Partido Popular Monárquico, fundado em 23 de maio de 1974 por iniciativa da Convergência Monárquica.

<https://partidopopularmonarquico.pt>

PREC – Processo Revolucionário em Curso. Designava a forte movimentação social e política registrada em Portugal em 1974/1975 pela esquerda e pela extrema-esquerda com vista à conquista do poder de Estado.

[https://www.infopedia.pt/artigos/\\$prec-\(processo-revolucionario-em-curso\)](https://www.infopedia.pt/artigos/$prec-(processo-revolucionario-em-curso))

PS – Partido Socialista, fundado em 19 de abril de 1973 a partir da Ação Socialista Portuguesa (**ASP**). Define-se como “grande Partido da Liberdade e da Democracia (antes e depois do 25 de Abril); construtor do Estado de Direito e do Estado Social; principal motor da integração europeia e defensor do Modelo Social Europeu e de uma Europa ao serviço dos cidadãos; partido humanista e defensor das grandes causas e dos novos direitos da contemporaneidade (igualdade de gênero; direitos LGBT, direitos dos animais, políticas de inclusão; transição verde e transição digital; acolhimento e integração de refugiados e migrantes); partido da inovação e do desenvolvimento (econômico, social, cultural e humano)”. Tem 78 deputados na **AR**.

<https://ps.pt>

PSD – Partido Social-Democrata (originalmente **PPD**). Tem 78 deputados na **AR**.

<https://www.psd.pt>

SPN – Secretariado da Propaganda Nacional. Criado em 1933 para a divulgação da obra e ideário do Estado Novo, sustentado na Política do Espírito de António Ferro.

<https://ensina.rtp.pt/explicador/o-spn-como-motor-do-projeto-cultural-do-estado-novo/>

UDP – União Democrática Popular. Partido de esquerda fundado em 16 de dezembro de 1974 e dissolvido em 3 de abril de 2005, unindo-se ao **BE**.

https://pt.wikipedia.org/wiki/União_Democrática_Popular

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola, fundada em 1966. Desde o fim da Guerra Civil, em 2002, a UNITA abandonou a luta armada, convertendo-se num partido político de centro-direita.

<http://www.unitaangola.com/PT/PrincipNouvPo.awp>

V Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas – Criada em meados de junho de 1974 com o objetivo de coordenar o serviço de informação, publicidade e elaboração de doutrina do MFA. Era responsável pelos programas de rádio e de televisão, pela publicação de um boletim e realizava conferências

para explicar o programa do Movimento.

<https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=8>

Verão Quente de 1975 – Após o 11 de março de 1975 acentuou-se o confronto entre algumas forças de esquerda que defendiam a tomada de poder pela força revolucionária e outras fações políticas de centro e de direita apostadas numa democracia eleitoral. Uma das consequências deste confronto será o afastamento de Vasco Gonçalves do governo.

<https://ensina.rtp.pt/artigo/o-verao-quente-de-1975/>



No dia 25 de abril de 1974, foi deposto o regime ditatorial vigente em Portugal desde 1933. Entretanto, os acontecimentos foram muito além, a tal ponto que o episódio é conhecido como o início da Revolução dos Cravos.

Cinquenta anos e alguns dias depois, mais precisamente em 10 e 11 de maio de 2024, a Fundação Perseu Abramo organizou o Seminário 50 anos da Revolução dos Cravos. Dentro da nossa tradição de pluralismo, convidamos para o debate pessoas que expressam diferentes tradições ideológicas, políticas e historiográficas.

O seminário foi gravado e transmitido ao vivo. Posteriormente, os debatedores enviaram seus textos, aqui publicados.

Esperamos que este livro, bem como o seminário que lhe deu origem, contribuam para que a esquerda brasileira conheça melhor o que foi a Revolução de Abril.



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br